



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MATHEUS MAYMONE DE BARROS DIAS

**COMO OS PARTIDOS DECIDIRAM SEUS CANDIDATOS A VEREADOR NA
REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE EM 2024?**

CAMPINA GRANDE

2026

MATHEUS MAYMONE DE BARROS DIAS

**COMO OS PARTIDOS DECIDIRAM SEUS CANDIDATOS A VEREADOR NA
REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE EM 2024?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof. Dra Gabriela da Silva Tarouco

CAMPINA GRANDE

2026

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
Sistema de Bibliotecas - SISTEMOTECA
Catalogação de Publicação na Fonte. UFCG - Biblioteca Central

D541p

Dias, Matheus Maymone de Barros.

Como os partidos decidiram seus candidatos a vereador na região metropolitana de Recife em 2024? / Matheus Maymone de Barros Dias. – 2026.

115 f. : il. color.

Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2026.

“Orientação: Profa. Dra. Gabriela da Silva Tarouco”.

Referências.

1. Eleições. 2. Partidos Políticos. 3. Região Metropolitana do Recife. 4. Recrutamento de Candidato. 5. Seleção de Candidato. I. Tarouco, Gabriela da Silva. II. Título.

UFCG/BC

CDU 324(043.3)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIA POLITICA
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

FOLHA DE ASSINATURA PARA TESES E DISSERTAÇÕES

MATHEUS MAYMONE DE BARROS DIAS

"COMO OS PARTIDOS DECIDIRAM SEUS CANDIDATOS A VEREADOR NA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE EM 2024?"

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada em: 12/02/2026

Profa. Dra. Gabriela da Silva Tarouco - PPGCP/UFCG
Orientadora

Prof. Dr. Clóvis Alberto Vieira de Melo - PPGCP/UFCG
Examinador(a) Interno

Profa. Dra. Waneska Cunha dos Anjos - IFBA
Examinador(a) Externo

Prof. Dr. Rodrigo Martins da Silva - USP
Examinador(a) Externo



Documento assinado eletronicamente por **CLOVIS ALBERTO VIEIRA DE MELO, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 13/02/2026, às 08:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela da Silva Tarouco, Usuário Externo**, em 13/02/2026, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Martins da Silva, Usuário Externo**, em 13/02/2026, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Waneska Cunha dos Anjos, Usuário Externo**, em 13/02/2026, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **6250290** e o código CRC **8B7288BE**.

[...] Andei passando como as águas, como o vento. Como todo sofrimento que enfim me calejou. Terei futuro deslizando no presente, como cabelo no pente que penteia meu amor. Ah, iaiá, eu também quero, quero pisar na fulô [...]. “Cabelo no Pente” de Alceu Valença e Vicente Barreto (1981).

Agradecimentos

Esta parte do trabalho foi a primeira a ser pensada e a última a ser escrita. Não exagero ao afirmar que, desde o primeiro momento que decidi fazer a seleção do mestrado na UFCG, iniciei os planejamentos e reflexões que resultaram neste breve momento de pura gratidão. Além da formação acadêmica e dos conhecimentos adquiridos durante a educação formal, os últimos 2 anos foram marcados por experiências e aprendizados únicos.

O breve período entre o término da minha graduação e o ingresso no mestrado foi marcado por incertezas e péssima auto-estima. Eu me culpei por coisas fora do meu alcance e me frustrei a cada fracasso, guardando cada um deles como prova de minha insuficiência. Ao mesmo tempo eu ignorava completamente qualquer tipo de sucesso, atribuindo como “sorte” ou como o mínimo a ser atingido. Em diversos momentos, apenas uma frase vinha à minha cabeça: “Ninguém me deve nada”. Era um reflexo de uma pressão criada pela minha mente de que eu não poderia pedir nem aceitar ajuda. No entanto, esta pressão não venceu.

Eu agradeço a minha avó, Maria Teresa, e minha mãe, Maura Regina, que, apesar das dificuldades na caminhada, mantiveram seu apoio incondicional para a realização dos meus objetivos. Não é segredo nenhum (para quem me conhece) que a minha avó é uma das grandes influências na maneira como eu penso e interpreto o mundo ao meu redor. Sua sabedoria mesclada com um bom humor foram marcantes para meu desenvolvimento. Minha mãe, uma das pessoas mais interessantes que já conheci, acrescenta a essa mistura seu enorme coração. Sua enorme empatia, capacidade de comunicação e gosto pela vida são admiráveis, e me motivam a tê-la como espelho. As duas são pessoas fundamentais na minha vida e sempre me orgulho quando percebo a influência de seus ensinamentos em mim.

Agradeço a Iasmin Duarte, que me acompanha na vida desde antes do fim da minha graduação. A vida adulta, cheia de mistérios, dificuldades e incertezas, se torna um agradável passeio na orla em sua bela presença e durante esses 5 anos de risadas, planejamentos e conquistas, apenas aumentei meu amor e carinho por ela. Seu companheirismo e sua compreensão foram essenciais, não somente para o término desta dissertação, mas também para compreender o que é a vida. Não tenho medo de dizer o quanto me inspiro nela e quanto orgulho sinto pelas suas conquistas. Sem suas conversas, paciência e compreensão, não haveria mestrado, dissertação ou nem mesmo a chance de um doutorado. Se hoje eu me orgulho do que eu fiz e do que eu sou, é por que ela acreditou que eu conseguiria. Em meu TCC, comentei sobre a sua forte influência e minha implacável admiração por ela. Hoje, reforço essas afirmações. Eu sou e serei eternamente grato pela sua linda presença e cada dia mais a admiro como uma pessoa forte e engenhosa.

Agradeço às minhas tias avós “Gracinha” e “Mazé” pelo apoio emocional e suporte financeiro. As duas sempre foram extremamente presentes em minha vida desde minha infância e sempre ofereceram apoio a mim, minha avó e minha mãe ao longo de toda essa jornada. Sem esse apoio essencial, o mestrado não seria possível tanto pela distância de Campina Grande como pela necessidade de viagens constantes. Esse suporte garantiu diversos “insumos” para minha produção, juntamente com a tranquilidade de saber que minha família estava me apoiando nesta empreitada.

Agradeço a meu primo Andrei, sua esposa Olívia e sua filha Helena. Os três me receberam muito bem em sua casa, permitindo que eu participasse das aulas do mestrado sem me preocupar com aluguel, comida ou outras necessidades. As conversas sobre temas diversos e regadas a vinho com Andrei e Olívia e a estadia como um todo não apenas me entreteram, mas foram um fator crucial para a minha permanência no programa. Eu nunca vou esquecer desse período e da maneira como eles abriram suas portas e, sempre que possível, estarei voltando para visitá-los (e brincar com as gatas também). Meu único arrependimento em toda esta jornada foi não ter conhecido eles antes.

Agradeço a meus amigos que acompanharam esta jornada e ofereceram o companheirismo como puderam. Hoje, fico feliz em vê-los comemorando minha jornada e ao mesmo tempo correndo atrás e conquistando seus sonhos. Não tenho como nomear todos, mas enfatizo a importância de João Euclides, Carlos Frederico, Thiago Rodolfo, João Pedro, Fernando Antônio, Rodrigo Arcoverde, Jorge Augusto, Guilherme Santos, Gabriel dos Santos e muitos outros.

Agradeço à minha orientadora, Gabriela Tarouco, que mais uma vez aceitou a tarefa de me guiar durante esta jornada. Sua dedicação e atenção foram, mais uma vez, fatores decisivos para eu conseguir concluir este trabalho. Não fosse sua confiança em minha capacidade, não teria entrado no mestrado e nem tentado entrar no doutorado. Além da orientação acadêmica, seus conselhos e conversas conseguiram manter minha calma e foco durante todo este processo.

Agradeço a meus companheiros de turma pela grande recepção e boas conversas, com ênfase para Felipe, Camila e Alana. Por conta das constantes viagens e pelo meu extremo cansaço, sinto que não os conheci tanto quanto podia. No entanto, guardo como uma boa memória os tempos que passamos juntos e desejo enorme sucesso nas trajetórias que irão seguir. Agradeço também a Paloma, que me tranquilizou em meus momentos de desespero ao entrar no Mestrado.

Agradeço também aos professores do programa. Foi uma enorme honra ter participado das aulas de Clóvis, Kelly e “Zé” Maria, que, além de terem me recebido de braços abertos, me deram forças para a conclusão desta dissertação. As conversas, caronas e aulas foram inesquecíveis. Agradeço também ao programa

como um todo e me orgulho de ter participado dele, mesmo que por um breve período. A UFCG e a cidade de Campina Grande ocupam agora um grande espaço em meu coração. Agradeço também a banca de qualificação e de defesa, composta por Waneska, Clovis e Rodrigo. Vocês foram rígidos e gentis na medida certa e levarei para sempre as lições aprendidas.

Agradeço especialmente Calop (a Calopsita) e Neeko (a gata) que pacientemente aturaram minhas perturbações, principalmente durante a escrita desta dissertação. Cada momento de estresse, de pensamento ou de planejamento foi motivo para buscar alguma das duas para me oferecer conforto, e não posso agradecer suficientemente pelas suas enormes contribuições. Como forma de agradecimento, prometo que logo após a defesa, buscarei um milho cozido (para Calop) e um saco de petiscos (para Neeko).

Todos esses e muitos outros contribuíram com este período em minha vida e a com a conclusão da dissertação. Minha família, meus amigos e colegas, professores e até mesmo muitas pessoas que eu nem sei o nome me ajudaram a chegar até aqui. Eles não me permitiram ceder aos meus medos e, graças a eles, estou aqui apresentando este trabalho. Este período foi mais do que uma etapa na minha formação acadêmica, foi um momento de aprendizado para a vida. Graças a eles, aos poucos fui aprendendo a valorizar minhas vitórias, sejam elas pequenas ou grandes.

Ninguém me deve nada e mesmo assim todos eles me ajudaram. Palavras de conforto, compreensão, apoio em todas suas formas, direcionamento e motivação são apenas algumas das coisas que eu sou grato neste momento. Nestes anos, aprendi que os fracassos fazem parte e que, justamente por isso, as vitórias devem ser comemoradas e entendi que negar a ajuda oferecida era uma ofensa enorme a si próprio e a todos que querem seu sucesso. É verdade, ninguém me deve nada, mas todos fizeram questão de me oferecer tudo que podiam e mais um pouco.

Além de agradecer a todos que confiaram e me ajudaram de alguma forma, agradeço a mim mesmo por não ter desperdiçado seus esforços. Ao contrário do período entre o fim da minha graduação e o início do mestrado, hoje me orgulho da minha trajetória e encaro o futuro com mais otimismo. Ainda há um longo percurso pela frente e muitas incertezas pelo caminho, mas com o apoio de todos vocês, encaro este futuro de braços abertos.

RESUMO

No Brasil, partidos políticos lançam candidatos em eleições para concorrer a diversos cargos. No entanto, antes da disputa eleitoral, é necessário definir quem serão os candidatos. Além das exigências definidas pelas “regras do jogo”, os próprios partidos podem definir critérios específicos para candidatos através dos métodos de escolha, nos requisitos internos do estatuto ou preferências das elites partidárias. Recrutamento e Seleção de candidatos não é um tema novo na ciência política, mas ainda é relativamente inexplorado no Brasil. Através da análise de estatutos partidários, questionários e entrevistas semi-estruturadas, esta dissertação contribui com a literatura ao responder à pergunta “Como os partidos decidiram seus candidatos a vereador na Região Metropolitana de Recife em 2024?”.

Palavras Chave: Partidos; Recrutamento; Seleção; Eleições; Região Metropolitana do Recife.

ABSTRACT

In Brazil, political parties nominate candidates in elections to compete for various offices. However, prior to the electoral contest, it is necessary to define who the candidates will be. Beyond the requirements established by the "game rules," the parties themselves may define specific criteria for candidates through selection methods, internal statutory requirements, or party elite preferences. Candidate recruitment and selection is not a new topic in political science, but it remains relatively underexplored in Brazil. Through the analysis of party statutes, surveys, and semi-structured interviews, this dissertation contributes to the literature by answering the question: "How did parties decide their city council candidates in the Recife Metropolitan Region in 2024?".

Palavras Chave: Parties; Recruitment; Selection; Elections; Recife Metropolitan Region.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Variáveis dos métodos de seleção de candidaturas, segundo Hazan e Rahat (2001).....	26
Quadro 2-Tipos ideais de candidatos ao legislativo e suas características....	29
Quadro 3- Síntese do modelo tipológico de recrutamento partidário.....	32
Quadro 4- Elementos do contexto brasileiro com potencial impacto no processo de seleção de candidatos.....	39
Quadro 5: Comportamentos diferentes de partidos em eleições municipais..	41
Quadro 6- Características dos estatutos.....	76
Quadro 7- Estruturas internas de formação política.....	78
Quadro 8- Rodadas de envio dos questionários.....	85
Quadro 9- Partido dos entrevistados, motivo de inclusão e meio de execução da entrevista.....	97
Quadro 10- Características do aspirante.....	99
Quadro 11- Agendas levantadas através das conclusões da dissertação...	105

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa da Região Metropolitana do Recife	50
Figura 2- Trajetória do aspirante no PT	61
Figura 3- Formação do órgão seletor do PT	61
Figura 4- Trajetória do aspirante no PP	65
Figura 5- Formação do órgão seletor do PP	65
Figura 6- Trajetória do aspirante no MDB	67
Figura 7- Formação do órgão seletor do MDB	68
Figura 8- Trajetória do aspirante no PSDB	70
Figura 9- Formação do órgão seletor no PSDB	71
Figura 10- Trajetória do aspirante no PSB	73
Figura 11- Formação do órgão seletor no PSB	73
Figura 12- processo de desenho metodológico das entrevistas semiestruturadas	93
Figura 13- Exemplo de entrevista	93

SUMÁRIO

1- Introdução.....	12
2- Recrutamento e seleção de candidatos na literatura.....	17
2.1-Organização intra-partidária.....	17
2.2-Recrutamento e seleção de candidatos.....	22
2.3- Recrutamento e seleção de candidatos no Brasil.....	33
2.4- Novas dinâmicas de organização intra-partidária: do recrutamento à seleção.....	45
3- Amostra: a região metropolitana do Recife.....	51
4- Os critérios formais: Análise dos Estatutos Partidários.....	59
4.1- Partido dos Trabalhadores.....	61
4.2- Partido Progressista.....	64
4.3- Movimento Democrático Brasileiro.....	67
4.4- Partido da Social Democracia Brasileira.....	70
4.5 Partido Socialista Brasileiro.....	73
4.6- Conclusão da análise dos estatutos.....	75
5- Elementos informais do processo de seleção de candidaturas.....	79
5.1- Questionários.....	83
5.2- Entrevistas Semi-estruturadas.....	93
6- Considerações finais.....	102
Referências bibliográficas.....	108
Apêndice.....	112
Anexo.....	114

1- Introdução

A cada quatro anos no Brasil ocorrem as eleições para cargos eletivos legislativos e executivos na esfera municipal, estadual e federal. Os partidos políticos brasileiros lançam candidaturas, buscando ocupar essas posições através do sucesso eleitoral e aspirantes¹, motivados por diversos objetivos pessoais ou coletivos, demonstram interesse em disputar os cargos através das plataformas partidárias. No entanto, para lançar candidaturas, os partidos precisam decidir internamente quais dos potenciais aspirantes vão ser amparados pela estrutura partidária e se tornarão de fato candidatos, conciliando as motivações e metas individuais dos aspirantes com os objetivos definidos pelo partido naquela eleição.

Os aspirantes passam por duas principais avaliações. Primeiro devem cumprir com todos os requisitos determinados pelo Tribunal Superior Eleitoral e pela legislação brasileira para poder ocupar o cargo público que desejam disputar, apresentando uma situação de regularidade com a justiça eleitoral e cumprindo alguns pré-requisitos como idade e residência eleitoral. Estar dentro desses pré-requisitos legais, no entanto, é apenas o primeiro passo da jornada do aspirante. No Brasil, as candidaturas precisam ser lançadas através de um partido político, que aceita ou não a pré-candidatura e avalia a partir de critérios próprios quais candidaturas serão lançadas.

É possível, até certo ponto, comparar esta decisão com um processo seletivo para uma vaga de emprego. O candidato, ao preencher os requisitos estabelecidos, é avaliado através de diversos critérios por uma seção específica da empresa e compete com outros candidatos para preencher alguma das vagas disponíveis. Esta analogia, no entanto, se limita apenas a essa aparente similaridade processual. Diversos trabalhos na literatura da ciência política evidenciaram uma série de variáveis que interferem no processo de seleção de candidaturas, desde contextos nacionais, características das estruturas internas dos partidos, formação dos órgãos responsáveis pela seleção e diversas outras que serão explicitadas na revisão de literatura desta dissertação. As principais perguntas que a literatura busca

¹ Nesta dissertação, utilizo “aspirantes” como um termo único para todos os indivíduos que desejam concorrer a um cargo independente da sua origem ou contexto dentro do partido (incluindo elites e casos de reeleição).

responder podem ser divididas em duas principais questões: “Quem seleciona” e “Como seleciona”.

Diversos autores na ciência política dedicaram tempo e esforço para responder às perguntas relacionadas ao processo de decisão interno de candidaturas. Através do uso de metodologias diversas, muito já se sabe sobre os conceitos gerais e implicações dos processos internos de recrutamento e seleção de candidaturas. Ao mesmo tempo, o caráter obscuro dos chamados “jardins secretos”² ainda abre espaço para novos pesquisadores que desejam contribuir com o tema a nível global e nacional (Brasil). Apesar da existência de estudos a nível regional e municipal, pouco ainda se sabe sobre as particularidades do processo de recrutamento e seleção de candidatos no Brasil e ainda há um longo caminho a ser percorrido para elaborar um quadro a nível nacional do tema no Brasil (Braga; Speck, 2023).

Observando essa lacuna, esta dissertação apresenta contribuições (mesmo que limitadas pelo tempo e recursos disponíveis) à literatura da ciência política nacional. A pesquisa estabeleceu como unidade de análise os partidos ativos da Região Metropolitana do Recife (RMR), tanto pela viabilidade metodológica como pela ausência de pesquisas específicas no recorte geográfico, e os processos ocorridos nas eleições municipais de 2024 pela viabilidade metodológica e por ter sido a mais recente. Foi definido que apenas as candidaturas ao cargo de vereador seriam investigadas para maximizar a quantidade de informações obtidas. A pergunta principal que guia este trabalho, portanto, foi definida em: Como os partidos decidiram seus candidatos a vereador na Região Metropolitana de Recife (RMR) em 2024?.

O objetivo geral da pesquisa, similarmente à pergunta guia, foi estabelecido como: Descrever o processo de seleção de candidatos a vereador na Região Metropolitana do Recife nas eleições de 2024. Os objetivos específicos para atingir o objetivo geral são: Descrever o formato dos órgãos seletores, identificar e

² Tradução do termo “The secret garden”. Foi a maneira que Anthony Michell Howard (Jornalista Britânico) descreveu o processo de seleção de candidatos ao parlamento britânico. Desde então o termo é utilizado para descrever processos obscuros referentes ao recrutamento e seleção de candidatos.

descrever critérios formais e informais na seleção, Identificar e descrever “perfis ideais” no recrutamento e seleção de aspirantes e identificar potenciais variáveis contextuais dos municípios e da eleição de 2024.

Para buscar atingir esses objetivos, a dissertação empregou três metodologias diferentes para a coleta dos dados. A primeira foi a análise documental dos estatutos de cinco partidos presentes na RMR escolhidos através de critérios que serão descritos no capítulo. A segunda foi a elaboração e envio de questionários (sem amostras formuladas) para filiados partidários residentes na RMR. A terceira e última foi a realização de entrevistas semiestruturadas com indivíduos envolvidos no processo de seleção (que selecionaram ou foram selecionados) nas eleições municipais de 2024 em algum dos municípios da RMR. Além dessas três metodologias de coleta de dados, foram utilizados de forma descritiva os conjuntos de dados secundários disponíveis pelo TSE e pelo IBGE (censo de 2022) com relação aos resultados eleitorais de 2024, organizações partidárias e características socioeconômicas dos municípios na RMR. É importante frisar que os resultados se limitaram aos municípios de Recife, Paulista e Olinda ao mesmo tempo que os partidos selecionados foram majoritariamente de esquerda.

Apesar da relevância em apresentar e testar hipóteses, as limitações e a estrutura metodológica do trabalho não permitem testes satisfatórios de hipóteses derivadas da literatura. No entanto, o intuito principal da dissertação não foi o teste de hipóteses da literatura ou a elaboração de um quadro representativo de todas as características dos processos estudados e sim a verificação da presença de variáveis e hipóteses já identificadas pela literatura e a elaboração de novas potenciais variáveis e hipóteses nos processos de recrutamento e seleção de candidatos. A pesquisa atingiu relativo sucesso, obtendo resultados similares aos de outras pesquisas realizadas no Brasil e contribuiu através de *insights* com relação tanto aos processos de seleção partidária como dos meios utilizados para obter os dados referentes a esse processo. No entanto, algumas limitações metodológicas, problemas na aplicação da metodologia de questionários e a dificuldade de identificação dos processos internos geraram alguns empecilhos na formação de conclusões (por isso uso o termo “relativo sucesso”).

Portanto, esta dissertação se subdivide em capítulos para expor (em ordem de apresentação) as definições e descobertas já evidenciadas pela literatura internacional e nacional sobre os processos internos de recrutamento e seleção de candidatos, as características dos partidos presentes na Região Metropolitana do Recife e as eleições de 2024, a análise de estatutos, a coleta de dados na RMR e seus resultados e, por fim, as considerações finais.

Apesar do esforço monumental em apresentar em conjunto as descobertas já evidenciadas pela literatura juntamente com as conclusões retiradas através de metodologias dedicadas, os processos internos dos partidos são marcados por alta complexidade e obscuridade³ e diversos trabalhos que antecederam esta dissertação já evidenciaram as dificuldades envolvidas. No entanto, compreender como os aspirantes se tornam candidatos permite compreender uma etapa essencial de todo o processo eleitoral, afinal, só ganham as eleições aqueles que possam competir. Se aventurar a estudar esses processos, apesar das enormes dificuldades, se torna recompensante tanto para aqueles que decidem compreender as características dos órgãos seletores como para a ciência política como um todo. Os “jardins secretos”, apesar de serem de difícil acesso, revelam uma grande riqueza de informações quando são revelados, tanto dos seus “jardineiros” (órgão seletor) como das plantas e flores que são cultivadas (candidatos).

Os resultados encontrados indicam que em Paulista, Olinda e Recife (os 3 municípios abordados), as elites partidárias municipais são as principais responsáveis pela seleção de vereadores utilizando critérios formais e informais. No entanto, não foram encontrados indícios de critérios informais específicos da Região Metropolitana do Recife.

A dissertação se desdobra em mais quatro capítulos, além desta introdução. O capítulo 2 revisa os debates da literatura, apresentando e aprofundando conceitos sobre o recrutamento e a seleção. O capítulo 3 descreve o objeto e o recorte temporal e geográfico, apresentando detalhes sobre a RMR em 2024. O capítulo 4 analisa os critérios formais e sua análise através dos estatutos de 5 partidos

³ Afinal, os partidos não costumam sair divulgando suas “receitas secretas” do sucesso eleitoral de forma aberta.

relevantes na RMR. O capítulo 5 analisa os critérios informais através de questionários e entrevistas. As considerações finais resumem os achados e a agenda de pesquisa, apresentando um breve direcionamento para pesquisas futuras.

2- Recrutamento e seleção de candidatos na literatura

Apesar da vasta literatura que estuda partidos políticos e seus processos internos no Brasil e no mundo, as mudanças de estratégias dos partidos, diferenças nas estruturas partidárias ideais ou específicas de cada partido, eventos mundiais e até mesmo a própria passagem do tempo exigem do pesquisador uma constante investigação para verificar se o que já está estabelecido nos textos permanece visível na realidade ou se aplica a casos específicos. Essa necessidade não é única da literatura sobre partidos políticos, sendo algo comum na construção do conhecimento científico. Os trabalhos anteriores e suas contribuições são apresentados e discutidos antes de apresentar as contribuições específicas de uma pesquisa e esta dissertação não pretende subverter esta lógica.

Nas seções subsequentes, serão apresentados diversos conceitos sobre o funcionamento interno dos partidos políticos, o que é recrutamento e seleção de candidatos, tipos de recrutamento e seleção, os conhecimentos adquiridos sobre o tema no Brasil, dificuldades do tema e novos desafios.

Antes de adentrar nos tópicos a seguir, é necessário esclarecer um detalhe específico. Compreender estruturas internas partidárias já se apresenta como uma tarefa árdua pela dificuldade em obter informações sobre os processos internos (algo que será amplamente discutido ao longo do texto. Grande parte dessa discussão teórica a seguir prioriza o caráter de recrutamento e seleção no legislativo, assim como grande parte da literatura o faz. Pouco será discutido sobre mecanismos de recrutamento e seleção especificamente para cargos do executivo.

2.1-Organização intra-partidária

Apesar de insuficiente (admissão do próprio autor), a definição mínima de Sartori sobre partidos políticos se encaixa suficientemente bem para as análises seguintes: “Um partido é qualquer grupo político que se apresenta nas eleições e pode através delas apresentar candidatos para cargos públicos”⁴ (Sartori, 1976). Apesar de não envolver outros fatores fora do período eleitoral, essa definição

⁴ Tradução Direta do inglês.

serve como ótimo ponto de partida para adentrar nas questões internas dos partidos políticos relevantes para os argumentos deste trabalho. Partidos políticos evidentemente são conhecidos por apresentar candidatos para competir em eleições, mas também interagem com outros partidos políticos, com governos, com membros da sociedade civil e, principalmente (neste caso), seus membros e suas elites interagem internamente entre si.

Partidos não são consciências coletivas⁵ e o faccionalismo e as elites partidárias são dois conceitos constantemente usados na literatura que nos lembram desse fato. Robert Michels em 1911 apresenta a “lei de ferro da oligarquia”, argumentando (em grande resumo) que organizações democráticas são fadadas ao controle de elites burocráticas especializadas afastadas das massas que representam (principalmente os partidos socialistas contemporâneos à formulação da lei). Apesar de hoje termos conhecimento das falhas da “lei de ferro da oligarquia” através dos estudos sobre organizações intra-partidárias, peculiaridades na estrutura partidária (como descentralização) e da existência de facções internas que brigam pelo poder (pontos que serão mais amplamente discutidos em breve), Michels apresentou uma das maiores preocupações dos que estudam o funcionamento interno dos partidos.

As diversas possibilidades de estruturar internamente um partido geram um amplo leque de consequências. Além das estruturas impostas aos partidos políticos (geralmente pela constituição ou regimento eleitoral que regulam sua existência), os partidos devem decidir como as decisões devem ser tomadas. Qual agenda o partido quer avançar, quais órgãos internos existem e como são compostos, como vão ser decididos os candidatos e como conflitos internos são resolvidos são apenas algumas das questões apresentadas que variam entre partidos. Em síntese, não há modelo ideal de estrutura interna. Partidos podem priorizar a participação interna dos membros ou até mesmo de todo o eleitorado como fator principal da tomada de decisão, mas também podem querer limitar certas questões apenas para as elites partidárias ou lideranças. O principal a ser retirado dessas variações é que elas existem pelos fatores do ambiente onde o partido é formado e dos indivíduos

⁵ Conceito da biologia muito usado na cultura pop onde vários seres compartilham uma mente, um único pensamento indivisível e uma única consciência (como abelhas e formigas).

que o compõem e produzem efeitos visíveis no partido e nos processos eleitorais que tornam relevante o entendimento das estruturas e suas consequências (Cross; Katz, 2013).

Seria infrutífero nesta seção discutir os efeitos de diferentes estruturas partidárias de maneira generalizada, considerando as diversas variáveis exógenas ao partido (como fatores regionais e nacionais, contextos históricos, estruturas socioeconômicas...) de uma maneira geral. Além disso, o intuito dessa argumentação não é apresentar um levantamento geral da literatura sobre essas estruturas. O principal argumento, neste momento, é apresentar uma noção básica das organizações intrapartidárias para, em seguida, tratar sobre recrutamento e seleção de candidatos em específico.

Essas diversas estruturas partidárias necessitam de pessoas para funcionar. Como explicitado anteriormente, partidos não são como colméias: eles necessitam de indivíduos capacitados e de membros dispostos a levantar suas bandeiras. Elites partidárias não nascem necessariamente como elites políticas, e não é incomum ouvir histórias de ascensão na vida política dentro das fileiras dos partidos, com novas lideranças sendo formadas. Partidos podem buscar membros em setores específicos da sociedade (como movimentos sociais ou associações locais) ou buscar membros na população em geral através de pautas menos específicas, mas independente da origem e das funções exercidas pelos membros, os partidos buscam filiados.

As maneiras como os partidos buscam seus membros e a participação interna vem mudando ao longo do tempo. Scarrow (2015) narra as mudanças do sentido da filiação dos membros, desde o crescimento da cultura de associações (de cunho político ou não) na europa, organizações de massas guiadas por aspectos ideológicos, crescimento rápido do eleitorado (expansão do sufrágio) e no surgimento de organizações partidárias que incentivam a participação de diversos setores da sociedade a avançar agendas (formando os braços militantes dos partidos). Partidos em todo espectro ideológico do meio ao fim do século XX buscavam expandir suas fileiras, atraindo membros tanto para financiar suas ações como também tomar parte nas decisões internas. No entanto, os partidos

ultimamente demonstram uma menor importância na participação da tomada de decisão interna e mais no caráter de “fãs” do partido (Scarrow, 2015).

Partidos que funcionam em sistemas democráticos buscam (ou são pressionados) se organizar internamente de maneira a permitir que as decisões internas sejam tomadas de forma institucionalizada, através de convenções internas (mais ou menos inclusivas). Há uma tendência dos partidos de criar convenções internas (que variam em quem pode participar) para decidir quem vai liderar o partido até mesmo nos partidos criados por figuras personalistas (Cross, 2013). Ao mesmo tempo que essa tendência aparenta apontar um crescimento na “democracia intrapartidária”, a definição do que é ser um membro partidário vem mudando. O relativo alto custo dos modelos antigos de filiação (tanto custos monetários como de informação) causaram uma diminuição na oferta de pessoas dispostas a entrar nessas estruturas partidárias, causando mudanças na definição de quem pode ser “membro” do partido. Partidos oferecem incentivos para a adesão a organizações de base, como um certo poder decisório em algum nível e um menor custo a essa adesão, diminuindo os filtros ideológicos em troca de aumentar suas fileiras e gerar resultados eleitorais melhores. A filiação deixa de ser uma necessidade para a existência do partido para uma função menos essencial: legitimar as decisões internas do partido e serem braços fortes das campanhas eleitorais (Young, 2013). Claro que isso não significa que o conceito de *Grassroots Politics*⁶ foi enterrado. Muitas dessas organizações, mesmo em menor protagonismo, ainda geram lideranças e são pontos de partida válidos de elites partidárias. Mas é importante observar como essas dinâmicas vêm mudando ao longo do tempo.

Um impacto da democracia intrapartidária é o potencial de alimentar cisões entre os membros partidários. O potencial de decidir internamente entre os membros de maneira menos restritiva permite o crescimento de lideranças de facções internas ou desafiadoras das elites partidárias, o que gera também um certo receio das elites partidárias em expandir essas estruturas internas de forma irrestrita (Young, 2013). Há um certo equilíbrio, então, que faz com que as organizações

⁶ “Política das raízes”. Conceito que indica organizações mobilizadas de baixo pra cima, onde lideranças surgem de comunidades locais e de cidadãos comuns ao invés de elites.

intrapartidárias sejam participativas o suficiente para promover o ingresso de novos membros mas não o suficiente para sempre apresentar riscos às elites partidárias estabelecidas.

Na seção 2.3, retomarei o texto anterior para discutir o futuro da participação e conseqüentemente da seleção e recrutamento de candidatos, como o efeito das redes sociais e das novas formas de filiação partidária e participação. No momento, é interessante perceber a mudança nas tendências da participação interna. Filiados (termo que atualmente é usado de maneira alternada com membros partidários nesse texto) se apresentavam como o ponto de origem principal ou, ao menos, fundamental para as tomadas de decisão internas do partido ou para legitimar as decisões das elites partidárias, mas seus números vêm diminuindo ao longo dos anos (Scarrow, 2015 e Young, 2013). É importante lembrar que, apesar de se mostrar como um padrão dos partidos contemporâneos, não significa que todos os partidos em todos os contextos e países mudaram uniformemente para esse modelo de membros menos participativos. No entanto, essa mudança na “regra geral” apresenta algumas das mudanças que a literatura vem identificando nas organizações intrapartidárias.

Retomando o ponto inicial. A “lei de ferro da oligarquia” se torna menos rígida ao observar os conceitos apresentados anteriormente. Mesmo com mudanças nas estruturas partidárias, os partidos são incentivados por diversos fatores a incentivar algum tipo de conexão entre as elites partidárias e os filiados/eleitores. Organizações democráticas intrapartidárias são vantajosas para os partidos (em níveis diferentes) e impedem a concretização da ideia de uma elite burocrática completamente isolada. Claro, as elites partidárias vão buscar manter suas posições e podem tentar restringir a participação interna, mas enfrentam o *trade off* de retirar os incentivos para novos e antigos membros do partido. Além disso, partidos podem expandir suas operações e escopos. O partido pode priorizar a elite partidária como candidatos potenciais, mas deve buscar sempre candidatos politicamente viáveis dentro e fora de suas fileiras. A maneira como é decidido quem vai concorrer a uma eleição por um partido (além dos requerimentos legais) sofre influência direta das organizações intrapartidárias e gera conseqüências tanto para o partido como

também para as eleições, afinal, só pode ganhar uma eleição quem pode se tornar candidato.

As dinâmicas internas de funcionamento dos partidos, apesar de poderem ser investigadas e quantificadas, são repletas de confidencialidade. Nem todos os processos são abertos a todo público e o processo de recrutamento e seleção de candidatos não formam uma exceção a essa característica. Um termo recorrente na literatura utilizado para descrever as origens dos candidatos e o processo da seleção interna é “jardins secretos” e ilustra bem essa dificuldade na obtenção de informações. Assim como outros tópicos das organizações intrapartidárias, os estudiosos sobre recrutamento e a seleção de candidatos sofreram diversos obstáculos para obter esclarecimentos dessa etapa crucial pré-eleitoral. Por muito tempo, o processo onde é tomada a decisão de quem irá concorrer às eleições em democracias foi relativamente negligenciado, principalmente de forma comparativa. As regras formais eram vistas apenas como “formalidades” de algo já acordado anteriormente e as dificuldades de conseguir observar este processo interno (majoritariamente sigiloso) juntamente com limitações teóricas/metodológicas permitiam apenas análises superficiais (Galagher; Marsh, 1988). Com o avanço na literatura, diversos autores começaram a destacar a importância de compreender não somente quem poderia se tornar um candidato, mas também os impactos das diversas maneiras de se tomar essa decisão. Mas afinal, o que é recrutamento e o que é seleção de candidatos?

2.2-Recrutamento e seleção de candidatos

Até o presente momento, me refiro ao processo de buscar indivíduos capacitados e selecionar quais irão se candidatar em uma eleição a um cargo público como o processo de recrutamento e seleção de candidatos. No entanto, é importante diferenciar os dois termos. Recrutamento político não se refere apenas à busca de candidatos, mas de membros partidários no geral que participam das estruturas internas dos partidos que podem entrar na “reserva de aspirantes”, se tornando potenciais candidatos. Este processo é afetado pelo regimento interno do

partido, preferências dos *gatekeepers*⁷, dos regimentos eleitorais, constituições e regulações legais que definem os sistemas partidários e eleitorais e quem participa deles e, por fim, pela quantidade de indivíduos dispostos a participarem desse processo, em um efeito comparado ao da oferta e demanda (Norris, 1997). Recrutamento, portanto, é o processo inicial do caminho até a candidatura. Norris, no entanto, aponta que a maneira como as estruturas partidárias definem esses “caminhos para o poder” é tão importante quanto os indivíduos que participam desse processo. Além dos critérios formais que podem ser identificados através de estatutos partidários, critérios informais e personalistas também possuem um papel definitivo no entendimento dessas estruturas internas.

O recrutamento partidário não possui como única finalidade a formação de futuros candidatos. A formação de bases fortes de filiados (que formam e aumentam bases eleitorais) que se tornarão membros fortes da burocracia partidária também são frutos do recrutamento. A filiação partidária por si só demonstra uma grande importância na literatura tanto na difusão de candidaturas e de agendas partidárias como também servindo para os cidadãos que estão em busca de reivindicar demandas através de canais mais efetivos, formando uma situação de “ganha-ganha” (Cervi; Terron; Soares, 2020). Nem todos que buscam participar ativamente da vida política através de um partido buscam se candidatar e podem se contentar em exercer a atividade política dentro do partido através de convenções de seleção de candidatos e estruturas de base. É possível que, com o tempo, algum desses indivíduos seja recrutado ativamente pelo partido para se tornar um potencial candidato através de olheiros ou alimente uma própria motivação de querer se tornar um candidato em alguma eleição, mas pode preferir se manter na estrutura interna partidária e crescer internamente apenas por falta de motivação para se tornar candidato ou pela falta de potencial (recursos financeiros, falta de base eleitoral).

Aderência à agenda do partido pode não ser suficiente para um aspirante se tornar um candidato de fato e outros fatores como a possibilidade de custear a própria campanha, uma boa avaliação pré-eleitoral (bom potencial de voto) e até

⁷ Traduzindo livremente: “Porteiros”. figuras internas do partido com poder decisório de quem participa dos processos.

mesmo motivações pessoais podem ser fatores importantes na decisão de quem vai concorrer e quem vai permanecer na reserva. Além disso, a oferta de aspirantes pode ser tanto uma consequência dos critérios dos *gatekeepers* como uma causa. No caso de pouca oferta, os porteiros podem ser menos criteriosos para evitar uma “seca” de aspirantes recrutados, mas podem fazer o inverso, fortalecendo os filtros de entrada no caso de uma enorme quantidade de potenciais pré-candidatos em relação à quantidade pretendida (Norris, 1997).

O recrutamento partidário não é apenas uma fonte de candidatos, é uma maneira de o partido se conectar e se renovar ao longo do tempo, adaptando-se a novas realidades. Os partidos buscam novos membros para renovar não somente as suas bases, mas também permitindo o surgimento de novas elites partidárias e mantendo suas burocracias funcionais (Peres; Machado, 2017).

A seleção se refere não ao processo da montagem das reservas e às buscas pelos “jardins secretos”, mas sim à escolha de quem, dentro desses potenciais candidatos, vai aparecer nas urnas pelo partido. Além dos critérios mais óbvios, como adequação com as regulações eleitorais, os partidos podem formular suas estruturas de decisão de diversas maneiras com impactos diferentes. Um partido pode realizar eleições internas onde todos seus membros (ou eleitores no geral) votam em quem desejam ver nas urnas, ou assumir estruturas mais rígidas e centralizadas onde apenas um grupo seletivo ou até mesmo a liderança partidária apenas decide quem será aprovado (Hazan; Rahat, 2010). Assim como descrito anteriormente sobre estruturas partidárias, os partidos montam suas maneiras de selecionar seus candidatos de maneiras diferentes e com efeitos diversos. Mudanças significativas do processo de seleção geram efeitos políticos consideráveis dentro de um partido e essas estruturas costumam manter uma certa estabilidade.

Recrutamento e seleção de candidatos, portanto, se tornam dois processos comumente associados e estudados em conjunto. Para alguém se eleger, precisa ser selecionado como candidato, e para ser selecionado como candidato, o partido precisa saber de sua existência, pré-disposições e capacidades. No momento, vamos dar mais atenção ao processo de seleção. Hazan e Rahat (2001) separam algumas dimensões a serem estudadas no processo de seleção de candidatos:

Exclusividade, tendo como oposto a inclusividade, representa quem participa desse processo tanto como possível candidato como também na formação do órgão seletor. Quanto mais inclusivo o órgão seletor de um partido, maior a participação dos membros partidários ou do eleitorado em geral. Quanto mais exclusivo, mais limitado é o poder de decisão para pequenos grupos (delegados, comitês fechados ou até mesmo a própria liderança partidária). Em um extremo, todo eleitorado possui algum tipo de efeito na decisão, enquanto no outro, apenas a liderança partidária detém o poder da palavra final. A mesma dimensão pode ser aplicada tanto para quem pode se tornar um candidato como também quem decide (ou melhor, quem faz parte do processo de seleção).

A outra dimensão, a centralização, se refere à distribuição dos órgãos seletores dentro do território. Em organizações mais centralizadas, aspirantes disputam o processo de seleção dentro de um único órgão nacional enquanto que em organizações mais descentralizadas, distritos, regiões ou setores diferentes da sociedade disputam em pequenos microcosmos, gerando uma maior representação de minorias étnicas ou regionais, mas enfraquecendo o controle das organizações nacionais como um todo.

Além das duas dimensões acima, outro fator interessante a ser observado que se torna uma classificação seria a diferença entre sistemas de indicação e de votação. O sistema de votação é caracterizado pelos procedimentos onde votos determinam exclusivamente quem se torna candidato e a votação “deve ser apresentada oficialmente como o método de justificar e legitimar os resultados da seleção”⁸. No contrário dessas exigências, o sistema é caracterizado como de indicações (sem a necessidade de ratificação de alguma estrutura partidária). Como uma maneira de simplificar essas variáveis acima, apresento o quadro a seguir para listar as mesmas e algumas das possibilidades de variação:

⁸ Traduzido diretamente do texto de Hazat e Rahan (2001).

Quadro 1: Variáveis dos métodos de seleção de candidaturas, segundo Hazan e Rahat (2001)

Variável do processo	Possibilidades
Quem seleciona (selectorate)	- eleitorado em geral (mais inclusivo) - membros do partido - órgão do partido - comissão do partido - líder do partido (menos inclusivo)
Quem pode ser candidato	- qualquer cidadão (mais inclusivo) - membros do partido - membros com requisitos especiais, como tempo de filiação, contribuição (menos inclusivo)
Centralização funcional	- concentrada na autoridade hierárquica partilhada através dos membros comuns
Centralização territorial	- centralizada na oligarquia nacional - descentralizada através das oligarquias locais
Como se escolhe	- votação - indicação

Fonte: Maymone (2023).

Em síntese, partidos mais centralizados e exclusivos trocam legitimidade do eleitorado por estabilidade e controle firme, enquanto os descentralizados e inclusivos recebem maior legitimidade, mas sofrem com diversas facções e pouco controle interno. Diversos fatores atuam no momento da formulação dos órgãos seletores e esses *trade offs* entre legitimidade e controle são examinados constantemente. Uma derrota avassaladora nas urnas, conflitos internos ou eventos específicos que prejudiquem a imagem do partido como um todo podem motivar revisões nas estruturas internas do partido, e o órgão seletor pode sofrer mudanças na sua formatação para mitigar essas questões. Forte faccionalismo interno pode motivar as elites partidárias a centralizar o processo e limitar o acesso dos membros das fileiras, mas crises políticas que englobam alguns dos membros das elites, escândalos eleitorais, mudanças na sociedade e eventos exógenos ao partido que causem diminuição nos filiados podem motivar maior descentralização e inclusividade nos métodos de escolha, como uma maneira de oferecer incentivos aos membros (Hazan; Rahat, 2010. Scarrow, 2015).

Partidos também podem assumir estruturas diferentes dentro de um território nacional. Como exemplo, podemos entrar no caso brasileiro (que será discutido em maior profundidade na próxima seção). No Brasil, são realizadas eleições a nível nacional, estadual e municipal. Um partido pode lançar candidaturas em todas

essas dimensões, mas pode assumir estruturas diferentes ou não em cada nível. A maneira como é decidido o candidato lançado para a presidência pode assumir um formato mais centralizado e menos inclusivo, mas o partido pode assumir uma estrutura extremamente descentralizada e inclusiva para selecionar candidatos para o cargo de vereador. Hazan e Rahat (2010) também apontam que esses processos podem não ocorrer em etapas únicas, mas em etapas consecutivas que mesclam essas variáveis. O processo, por exemplo, pode começar com uma lista limitada indicada por elites partidárias e ratificado por todos os membros através de votação, ou ser exatamente o contrário e se inicie inclusivo (com participação ampla dos membros como um todo) para decidir quem são os aspirantes preferidos, que enfim serão selecionados por um pequeno grupo ou por uma única liderança.

Recrutamento, portanto, é um primeiro filtro. É como um partido busca (de forma mais ativa) ou recebe (de forma mais passiva) indivíduos interessados em fazer parte da estrutura política de alguma maneira, seja para se tornarem futuros candidatos, fazer parte da estrutura partidária (no baixo e alto escalão) ou se unir a pessoas que compartilham da mesma opinião para discutir questões e avançar agendas. Dessas bases formadas, o órgão seletor em seus diversos potenciais formatos decide quais desses aspirantes poderão ser aceitos como pré-candidatos e quais desses pré-candidatos vão se tornar, de fato, candidatos para aquela eleição. Os dois processos, portanto, se tornam distinguíveis o suficiente para serem tratados como dois processos diferentes, mas bastante interligados ao ponto de serem citados comumente em conjunto ao descrever toda a trajetória de um indivíduo, desde o momento aspiração política até ser efetivado como candidato de fato, não sendo interligados apenas entre si, mas também com outras variáveis como as regulações eleitorais, contextos nacionais e eleições específicas.

Os trabalhos de Norris (1997) e Hazan e Rahat (2001, 2006 e 2010) servem como um ótimo *framework* teórico para entender e classificar essas estruturas, suas peculiaridades e os efeitos dos métodos escolhidos. No entanto, como dito anteriormente, essas características e variáveis dependem muito de fatores exógenos ao partido, como contextos nacionais e subnacionais, sistemas partidários, sistemas eleitorais e regulações eleitorais. Os autores citados anteriormente e vários outros buscam a generalização através dos estudos de

democracias avançadas (principalmente no ocidente). Siavelis e Morgenstern (2008) reconhecem a importância da distinção entre os dois termos e as contribuições dos trabalhos anteriores, mas apontam discrepâncias e peculiaridades desse *framework* teórico quando aplicado à América Latina.

É possível desenhar uma relação entre as características dos candidatos e as variáveis do processo de seleção, observando que a maneira como um partido seleciona quem será candidato determina os tipos de candidato que podem surgir naquele partido e se o candidato se apresenta como leal ao partido ou a seu eleitorado em específico. A lealdade do candidato, no caso, aparece como relevante pela necessidade do candidato em busca da reeleição, por exemplo, em ser escolhido pelas mesmas estruturas que lhe permitiram concorrer para seu primeiro mandato (Siavelis; Morgenstern, 2008). Em partidos menos inclusivos, um candidato que fere as relações com as elites/lideranças partidárias terá menor chance de ser escolhido novamente ou perde prioridade no momento da divisão de recursos de campanha. Em partidos mais inclusivos, candidatos podem sentir que têm menos contas a prestar às elites partidárias e mais ao seu eleitorado seletor (remetendo à ideia anterior de Hazan e Rahat do aumento do faccionalismo em sistemas mais inclusivos). Essa lealdade originária do processo de seleção de candidatos gera impactos não somente nos períodos eleitorais mas também no caso de candidatos eleitos, gerando maior controle das lideranças partidárias nas ações de legisladores eleitos do próprio partido.

No entanto, outras variáveis interferem sobre a noção de lealdade. O nível de centralização define a quem exatamente essa lealdade é devida. Em exemplos mais centralizados, a lealdade permanece com os agentes nacionais do partido, ou seja, aqueles que têm maior relevância na seleção de candidatos, enquanto em exemplos mais descentralizados, a lealdade fica com agentes regionais. Partidos em sistemas onde a identificação do eleitorado com as pautas partidárias é baixa podem ser terreno fértil para candidatos mais personalistas, pois o eleitorado persegue menos as legendas e mais as figuras carismáticas (Hazan; Rahat, 2010).

Antes de discutir um pouco mais sobre essas características dos candidatos e suas consequências, acredito que seria bom apresentar um breve resumo desses

“tipos ideais”⁹, seus comportamentos e características dos ambientes que permitem seus aparecimentos. O quadro a seguir é uma adaptação de dois quadros retirados e traduzidos diretamente do Siavelis e Morgenstern (2008) e apresenta os tipos ideais dos candidatos, suas características e características dos partidos onde esses candidatos são mais comuns.

Quadro 2-Tipos ideais de candidatos ao legislativo e suas características ¹⁰

	Leal ao partido	Servo do eleitorado	Empreendedor	Delegado de grupo
Estilo de campanha	Exaltando a plataforma do partido	Apelando ao eleitorado	Personalístico	Exaltando as demandas do grupo
Busca pessoal por votos	Raramente	Comum/de longo prazo	Comum/de curto prazo	Depende da importância do indivíduo no grupo
Orientação do mandato	Partido acima do eleitorado	Eleitorado acima do partido	Individualista, recompensando grupos ou indivíduos que o apoiam	Grupo representado acima do partido
Tipos de bens almejados/objetivados no mandato	Coletivos, programáticos e ideológicos	Clientelismo ¹¹ . Bens públicos e vantagens ao seu próprio eleitorado	Particulares, com recompensas aos seus apoiadores	Benefícios focados no grupo representado
Disciplina legislativa/ Apoio ao presidente ¹²	Alta	Moderada, mas pode ser obtida em troca de vantagens	Baixa, priorizando motivos pessoais	Moderada, podendo ser obtida em troca de vantagens ao grupo
centralização	Alta centralização	Descentralizado/ regional	Descentralizado/ regional	Corporativo
inclusividade	Seleção pelas elites	Votações internas gerais/ alta inclusividade	auto-seleção	Papel de destaque de grupos organizados

⁹ Max Weber (1919) categoriza os políticos em dois tipos: o que “vive da política” e o que “vive para a política”. Apesar de utilizar o mesmo termo, o tipo ideal não necessariamente reflete a esta categorização.

¹⁰ Todos os nomes dos tipos ideais apresentados neste quadro são traduções livres feitas pelo autor.

¹¹ No quadro original, é utilizada a expressão “Pork”. Não imaginei uma tradução que faria justiça ao termo então modifiquei pelo termo clientelismo.

¹² Chefe do executivo do país/estado/município. Esta categoria remete a disciplina do legislador em cumprir com acordos e coalizões feitos entre o partido e o presidente atuante, seja ele do seu partido ou não.

Fonte: Siavelis e Morgerstern (2008).

Essas classificações servem dois propósitos para a argumentação deste texto. A primeira é a exemplificação de alguns dos efeitos dos diferentes tipos de órgão seletor e a segunda é especificamente sobre os processos de seleção de candidatos na América Latina. A utilidade de tipificações como essa se encontra na possibilidade de enquadrar exemplos empíricos em tipos já estabelecidos na literatura para facilitar o entendimento e a generalização dos achados. No entanto, é notória a falta de elementos das origens dos candidatos nessa tipificação, principalmente por se tratar de um trabalho que prioriza principalmente o processo de seleção de candidatos.

Recrutamento e seleção, apesar de suas diferenças conceituais, se apresentam como processos relativamente indivisíveis na América Latina. Elites políticas buscam e identificam aspirantes em potencial ao mesmo tempo que os escolhem, mesclando todo o processo de uma forma que aparenta dificultar a diferenciação entre os dois processos da mesma maneira apresentada anteriormente (Siavelis; Morgenstern, 2008). No entanto, o recrutamento partidário não remete apenas ao recrutamento de candidatos, se referindo também à busca de membros para as bases e organizações partidárias, podendo criar novas lideranças (e candidaturas) no processo (Peres; Machado, 2017). Portanto, apesar da tentação de utilizar os termos de forma alternada e com mesmo significado, essa dissertação manterá a diferença entre os dois processos, utilizando recrutamento para se referir a processos de busca e recepção de bases partidárias (e consequentemente, aspirantes) e seleção para o processo interno de decisão de quem vai assumir o posto de candidato.

Tanto o texto de Peres e Machado (2017) como o de Siavelis e Morgenstern (2008) contribuem para a definição do que é recrutamento e o que é seleção. O primeiro, além de exaltar a importância do estudo sobre recrutamento, lembra que os partidos não buscam apenas candidatos e chamam a atenção para diferentes maneiras pelas quais um partido busca recrutar indivíduos para suas fileiras. Através dessa tipologia do recrutamento partidário (Peres; Machado, 2017), é possível observar dois grandes tipos de recrutamento partidário: Recrutamento

extensivo e intensivo. O recrutamento extensivo é formativo, priorizando a formação de lideranças políticas coerentes programaticamente com o partido e militâncias bem educadas em seus programas e agendas. O recrutamento intensivo se apresenta como oposto, priorizando formações rápidas de bases eleitorais ligadas ao partido e a formação de candidaturas mais pragmáticas.

Além disso, as formas específicas do recrutamento partidário definem os tipos de membros atraídos. Os autores separam duas dimensões: escopo e origem dos recrutados. O escopo pode ser mais aberto ou mais fechado e a origem mais democrática ou plutocrática. Esses meios de recrutamento, tanto para as elites como para as bases partidárias reverberam na composição desses partidos, podendo gerar menores taxas de renovação e a formação de aristocracias e oligarquias familiares. Os autores notam também que partidos podem ter escopos e origens diferentes para suas bases e suas elites, podendo ser mais abertos e democráticos ao recrutar para as bases, mas podendo ser mais fechados e plutocráticos para as elites (Peres; Machado, 2017).

Por fim, como mais uma dimensão, os autores tipificam duas modalidades de recrutamento partidário. Partidos com estratégias de recrutamento mais ativas (buscando ativamente potenciais membros) se encaixam na modalidade de captação, enquanto partidos com estratégias mais passivas (recebendo membros interessados de forma passiva, sem buscar ativamente) se encaixam na modalidade de recepção. Essas duas modalidades se subdividem pelas suas motivações, podendo ser programáticas ou pragmáticas. No caso das programáticas, as duas submodalidades são convicção (captação) e Identificação (recepção), enquanto nas pragmáticas elas se apresentam como cooptação (captação) e adesão (recepção) (Peres; Machado, 2017).

O modelo apresentado por Peres e Machado (2017) ajuda a compreender melhor as funções do recrutamento partidário e das origens dos potenciais pré-candidatos.

Quadro 3- Síntese do modelo tipológico de recrutamento partidário

Tipos	Subtipos	Formas	Meios	Modalidades	Submodalidades
Extensivo	Para a base	Aberta/ Fechada	Para a base	Captação	Cooptação
	Para a militância		Para a elite		Convicção
Intensivo	Para candidaturas/bancada	Democrática / Plutocrática	Para a base	Recepção	Adesão
	Para a base partidária		Para a elite		Identificação

Fonte: Peres e Machado (2017).

Essa classificação do processo de recrutamento partidário acima auxilia no entendimento do processo de seleção e recrutamento como um todo, enfatizando a importância do processo de recrutamento e suas características no resultado final de quem é escolhido. Para ter suas candidaturas realizadas, os aspirantes precisam ser escolhidos pelo órgão seletor do partido que, independente de sua forma específica, acaba dependendo das bases e elites partidárias. Compreender a origem desses membros, portanto, se torna importante para o processo como um todo.

As tipificações do formato do órgão seletor (Hazan; Rahat, 2010), dos tipos ideais de candidatos (Siavelis; Morgenstern, 2008) e das maneiras de encontrar e renovar bases partidárias (Peres; Machado, 2017), portanto, serão utilizadas dentro desta dissertação para categorizar certas características em capítulos seguintes. Portanto, apresentá-las nesta seção torna-se importante para o desenvolvimento teórico deste trabalho. Apesar dessas classificações facilitarem a interpretação dos resultados dessa pesquisa, é importante também lembrar mais uma vez sobre a importância do contexto nacional (e regional, neste caso específico) na compreensão dos processos intra-partidários. O próximo tópico busca mostrar com mais especificidade o que a literatura brasileira encontrou sobre esses processos no país e quais fatores podem e devem ser levados em conta ao estudar o caso específico brasileiro.

2.3- Recrutamento e seleção de candidatos no Brasil

Ao buscar entendimento sobre recrutamento partidário, seleção de candidatos e até mesmo funcionamento interno dos partidos políticos, é necessário observar as regras que estabelecem o que são partidos políticos, suas capacidades e limites na autodeterminação, contextos nacionais e especificidades que podem gerar impactos internos nessas estruturas. Norris (1997) considera que um dos fatores definitivos das maneiras de atingir qualquer status de poder dentro de um partido político são os filtros exógenos ao partido, especificamente o sistema legal, eleitoral e partidário.

No Brasil, a “lei dos partidos políticos”¹³ garante aos partidos uma ampla autonomia para definir suas estruturas internas e seu funcionamento, com algumas limitações implementadas ao longo do tempo para evitar que controvérsias internas atrapalhem o período eleitoral (como disputas não resolvidas) e abusos dessa autonomia (como órgãos internos “não democráticos”). Apesar dessas ressalvas e incentivos a partidos que sejam reflexos do sistema democrático, essas diretrizes deixam claro que as estruturas internas organizacionais, incluindo os setores responsáveis por recrutamento de filiados e seleção de candidatos, assumem vários formatos. Nessa autonomia, também está inclusa a possibilidade das estruturas mais autônomas dentro de um mesmo partido em todo território nacional, permitindo sedes e convenções separadas regionalmente, não exigindo (após mudanças na própria legislação) uma presença e representação em todo território nacional uniformemente, também encorajando certos níveis de descentralização em todo território.

É importante lembrar que, na hierarquia de quem tem a palavra final, o partido não pode exceder os limites impostos na legislação. Mesmo que um partido decida internamente que um indivíduo seja candidato à presidência, ele e o partido ainda devem estar de acordo com a constituição federal de 1988 e as diretrizes eleitorais, sendo maior de 35 anos, brasileiro nato, registrado como eleitor, apresentar quitação com obrigações militares e diversas outras exigências. Todos

¹³ LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995. [Link](#)

esses critérios são relevantes no momento de selecionar um candidato para o período eleitoral e não cabe ao partido (independente de sua maneira de selecionar o candidato) escolher quais desses critérios devem ser seguidos. Portanto, é importante compreender a existência deles e os impactos óbvios nos órgãos seletores dos partidos brasileiros, mas torna-se menos importante lembrar todos esses critérios “rígidos” a cada momento nesse texto, considerando que nem sempre apresentam relevância para os pontos a serem levantados e estão presentes uniformemente em todos os partidos.

No entanto, duas mudanças na legislação elaboradas e apresentadas nos últimos anos vêm gerando certos impactos nas convenções nacionais e merecem uma atenção especial. A primeira se refere às mudanças com relação ao preenchimento mínimo de candidaturas femininas¹⁴ em eleições proporcionais e ao uso mínimo do fundo eleitoral para essas candidaturas¹⁵. Partidos, portanto, buscaram adaptar suas convenções para preencher essa nova demanda da legislação, não necessariamente ampliando seus esforços de recrutamento e seleção de candidaturas femininas, mas também apresentando candidaturas laranjas ou candidaturas genuínas, mas negligenciadas. Apesar de ser uma temática interessante por si só, buscar entendimento sobre as dinâmicas envolvidas na seleção e da origem de candidaturas femininas exige uma atenção e metodologias específicas não inclusas neste trabalho, principalmente pela dificuldade existente em obter informações sobre esses processos internos (ainda mais em um tópico “sensível” e com alta carga normativa).

No geral, um trabalho anterior (Maymone, 2023) encontrou duas narrativas principais ao se tratar de candidaturas femininas: Alguns órgãos seletores estavam dispostos a selecionar mais candidaturas femininas (tanto pelo potencial eleitoral como também por pautas específicas do partido) mas sofriam com uma enorme falta de oferta de potenciais candidatas dispostas a seguir com o processo eleitoral (medo de exposição ou falta de motivação) enquanto outros órgãos seletores

¹⁴ LEI Nº 12.034, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009, que torna obrigatório o preenchimento de 30% (até 70%) das candidaturas apresentadas por um partido por candidatas femininas. [Link](#). No caso, não é explicitamente dito “candidaturas femininas”, mas ficou conhecida por esse intuito pela discrepância de gênero nas apresentações de candidaturas.

¹⁵ EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 117, DE 5 DE ABRIL DE 2022. [Link](#).

apenas não confiavam no potencial de desempenho dessas candidaturas. A pesquisa identificou que nos dois casos, os partidos acabavam criando candidaturas “laranjas”¹⁶ apenas para cumprir com as exigências e evitar sanções. Aquela pesquisa foi feita, logo após as eleições de 2022. Apesar do foco não ter sido sobre as candidaturas femininas, os achados foram relevantes para a agenda. Nesta época a Emenda Constitucional que direciona parte do fundo eleitoral para essas candidaturas ainda não havia entrado em vigor por tempo o suficiente para ter seus impactos medidos e novos estudos podem trazer contribuições inéditas a esta temática.

A segunda mudança não engloba diretamente as organizações internas dos partidos, mas geram impactos tanto dentro como fora do processo eleitoral. Coligações partidárias deixaram de ser permitidas nas eleições proporcionais a partir de 2020¹⁷. As coligações nas eleições permitiam aos partidos uma possibilidade de “juntar esforços e recursos” para obter maior desempenho conjunto nas eleições proporcionais (como estabelecido na constituição de 1988 e na “lei dos partidos políticos” até o momento de sua retirada). Antes de entrar exatamente nos impactos dessa mudança, é preciso descrever um pouco das dinâmicas eleitorais entre partidos.

Nem todos os partidos políticos do Brasil estão (e nem precisam estar, como apontado na legislação) distribuídos perfeitamente em todo território nacional. Um partido pode ter alta relevância em eleições nacionais, mas nem tanta relevância a nível municipal (priorizando capitais ou centros urbanos maiores). Da mesma maneira, um partido presente e competitivo no estado do Rio de Janeiro pode ser ausente e pouco competitivo no estado de Pernambuco. Apesar de existirem diversas causas para isso (como o conteúdo programático do partido ou a sua origem), é importante apontar que a questão da distribuição eficiente de recursos e esforços, que são limitados, para alcançar os melhores resultados possíveis se torna um fator crucial.

¹⁶ Candidaturas fictícias, apenas listadas para cumprir a cota mas sem o mesmo engajamento e investimento de outras candidaturas do partido. Candidatas fictícias podem estar cientes de sua posição ou não.

¹⁷ EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 97, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017. [Link](#). Apesar da data da emenda, essa mudança só se efetivou a partir das eleições de 2020.

A recente atualização do estado da arte dos estudos sobre a organização partidária no Brasil feita por Braga e Speck (2022) identificou essa característica citada anteriormente, apontando que os partidos brasileiros tendem a se distribuir no território nacional de maneira desigual, tanto entre os partidos como entre os territórios. Também foi observado que muitos partidos eram comandados principalmente por lideranças locais (oligarquias ou lideranças únicas), que também são responsáveis por definir candidaturas e estratégias de recrutamento.

Os achados citados anteriormente ecoam trabalhos mais antigos. Limongi e Cortez (2010) explicitaram que o PT, por exemplo, sacrificou permeabilidade fora das capitais e se absteve totalmente em diversos estados nas eleições de 2010 em troca de alianças e destaque no campo nacional. Partidos que eram aliados do PT em alguns estados se apresentavam de maneira neutra ou até como rivais em outros. É possível, através dessa característica de descentralização e autonomia, observar uma espécie de “divisão do trabalho” entre os partidos, onde partidos maiores disputam por cargos do executivo e legislativo nacional e partidos menores (com menos recursos) disputam em eleições mais isoladas regionalmente. Negociações de “não competição”, alianças e coligações se tornam ferramentas valiosas para economizar recursos e ainda encontrar resultados similares de uma vitória eleitoral em todo o território nacional, mesmo que sacrificando parte dos benefícios (Limongi; Cortez. 2010).

O fim das coligações não implica o fim da cooperação entre partidos, mas elimina uma ferramenta de compromisso em que dois ou mais partidos mantêm sua presença em determinado local sem comprometer grandes quantidades de recursos. Lançar candidaturas e estruturar campanhas demandam organização e recursos humanos, financeiros e políticos, pela necessidade de membros para estruturar as campanhas, processos internos de seleção e financiamento das campanhas em si. Os partidos após essa mudança apresentaram-se mais cautelosos, observando mais atentamente os desempenhos eleitorais de seus candidatos nas eleições anteriores, o potencial de conseguir ou não sucesso eleitoral e optando mais por não concorrer quando as chances não se

apresentavam tão boas, mitigando riscos de fracasso (Schaefer; Krause; Mancuso, 2024).

Essas duas mudanças (cotas de gênero e fim das coligações partidárias) reforçam a noção apresentada no início desse tópico e por outros textos na literatura de organizações partidárias. As regras do jogo impactam no comportamento das estruturas internas partidárias, que resultam em mudanças nos candidatos escolhidos por um partido e, por fim, nos resultados de uma eleição. No entanto, retomando um pouco as dinâmicas eleitorais e o conceito de “divisão do trabalho” entre os partidos, se torna importante esclarecer que somente o contexto nacional não é suficiente para entender perfeitamente as ações dos partidos ao estruturar suas organizações internas. Por conta do alto potencial de descentralização e da alta necessidade de distribuição de recursos de maneira eficiente, se torna coerente que grande parte dos partidos brasileiros assumam estruturas mais descentralizadas, elevando a importância das elites locais (Braga; Speck, 2022). De um ponto de vista racional, se as características regionais importam, as elites partidárias locais, munidas de maior conhecimento sobre as especificidades de cada região, possuem a capacidade de tomar decisões mais efetivas e obter resultados melhores.

O sistema partidário brasileiro, portanto, pode ser classificado não como um sistema uniforme em todo território, mas como uma junção de diversos subsistemas nacionais com os mesmos partidos (em teoria) disputando pelos mesmos cargos, mas em contextos suficientemente diferentes para elencar uma diferença entre os subsistemas partidários (Paiva; Pietrafesa, 2022). A diferenciação entre esses subsistemas juntamente com a capacidade de um mesmo partido se estruturar internamente e se relacionar com outros partidos de maneiras diferentes através do território nacional, divergindo nos três níveis (nacional, estadual e municipal), gera certa dificuldade em estabelecer resultados específicos sobre cada partido de maneira geral. A tendência da literatura (como vai ser apontado até o fim deste tópico) é analisar cada unidade de maneira diferente, limitando os resultados obtidos para cada região estudada (geralmente no nível municipal e estadual).

O contexto nacional, no entanto, continua sendo relevante para compreender as disputas regionais. Disputas nacionais, estaduais e municipais geram impactos que reverberam nas outras dimensões e decisões tomadas pelos partidos (de lançar candidaturas, alocação de recursos e alinhamentos). Um partido, negociando apoio com outros em dimensões regionais diferentes, pode ter mais incentivos para lançar candidaturas. As disputas nacionais, principalmente, geram impactos que reverberam nas dimensões estaduais, que geram impactos nas dimensões municipais (Limongi; Cortez, 2010). Não existe uma hierarquia direta e essa relação pode pular dimensões ou reverter a ordem. Um exemplo notório desse efeito (e da ausência dele) é a comparação dos resultados eleitorais do Distrito Federal (sem esfera municipal) com outros estados do país. Os estados comumente apresentam resultados que espelham as disputas nacionais, enquanto o Distrito Federal possui resultados distintos (Alves; Assis; Locatelli, 2022), evidenciando a importância das estruturas locais (relativamente ausentes no Distrito Federal).

Para dificultar ainda mais o entendimento dos já obscuros processos de recrutamento de membros e seleção de candidatos nos partidos políticos brasileiros, características socioeconômicas e culturais de cada subsistema e dos grupos e indivíduos envolvidos também desempenham um papel importante nas decisões tomadas pelos agentes envolvidos. Tais efeitos ocorrem não somente na formulação dos critérios formais observáveis em estatutos e diretrizes partidárias, mas também nas regras não escritas dos processos internos dos partidos, os critérios informais. Os critérios informais são exigências não explícitas dos órgãos seletores e dos *gatekeepers* para a aprovação de uma candidatura, podendo ser relacionados ao potencial eleitoral, origem, capacidade de financiar a própria campanha, conexões com agentes relevantes ou até mesmo características sociais e socioeconômicas do aspirante¹⁸ (Maymone, 2023¹⁹ e Anjos, 2018). Um estatuto partidário pode ser abrangente, mas permitir (ou não proibir suficientemente) a tomada de decisão dos órgãos seletores de forma autônoma à suas especificações ao considerar (ou desconsiderar) especificidades e demandas locais. Os critérios informais não são exatamente uma característica negativa ou positiva do processo de seleção, mas a

¹⁸ Alguns *gatekeepers* podem criar critérios excludentes através de visões pessoais sobre gênero, etnia, religião ou orientação sexual.

¹⁹ Apesar de serem chamadas de “regras informais”, o sentido da expressão é similar ao utilizado por Anjos (2018). Portanto, adotei a expressão.

importância desses critérios deve ser reconhecida para maior compreensão do resultado desse processo. Um problema que emerge da existência desses processos é uma nova dificuldade de compreender e categorizar os órgãos seletores e seus critérios de uma forma satisfatória ao observar somente os documentos que os estabelecem formalmente.

Essa dificuldade não invalida a análise desses documentos, mas aponta certa insuficiência metodológica ao não incluir aspectos específicos para a total compreensão de como um pré-candidato se torna candidato. A identificação dos critérios formais serve um propósito para categorizar os processos de seleção de candidatos, podendo observar os objetivos e mudanças do processo formal de seleção de candidatos principalmente no contexto programático, mas são insuficientes empiricamente para categorizar o processo de seleção por completo ao não explicitar detalhes específicos dos sistemas subnacionais. A seguir, apresento um quadro ilustrando todos os elementos deste tópico apontados como relevantes para a compreensão do processo de seleção de candidatos.

Quadro 4- Elementos do contexto brasileiro com potencial impacto no processo de seleção de candidatos.

Elementos de impacto no processo de seleção	Origem dos elementos	Impacto no processo de recrutamento e seleção	Variação e previsibilidade
“Regras do jogo”	Constituição de 88, Diretrizes do TSE e mudanças na legislação	Definem legalmente quem pode se tornar candidato e estabelecem critérios gerais.	Mudanças periódicas, com estabilidade e anúncio prévio ²⁰ .
Contexto nacional	Disputas eleitorais ²¹ , eventos políticos ²² , eventos sociais e/ou culturais ²³ .	Define os principais competidores e tendências da seleção	Mudanças constantes e relativamente imprevisíveis.
Contexto subnacional (Regional)	Mesmas do contexto nacional mas em escala regional.	Reproduz o contexto nacional (capital estadual) e incorpora elementos regionais	Mudanças constantes e relativamente imprevisíveis.

²⁰ As mudanças são anunciadas pelo TSE ou TREs com certa antecedência, com exceção de demandas urgentes, como o caso dos *Deepfakes* (vídeos manipulados).

²¹ Nacionais ou estaduais com alta cobertura nacional.

²² O impeachment em 2016, por exemplo.

²³ Ascensão das redes sociais, problema das notícias falsas em massa...

		(demais municípios)	
Critérios Formais	Estatutos e diretrizes oficiais dos partidos, podendo ser nacionais ou regionais (dependendo da estrutura do partido).	Definem as convenções oficiais de seleção do partido	Mudanças periódicas, com relativa estabilidade.
Critérios informais	Prioridades do <i>gatekeeper</i> , características das elites políticas locais, necessidades do momento.	intensificam ou reduzem os critérios do partido no processo de seleção	Mudanças podem ser constantes ou incomuns, mas sempre são relativamente imprevisíveis.

Fonte: Elaboração do autor

Esses elementos, com exceção do último, são comumente analisados de forma separada ou conjunta na literatura nacional (Braga; Speck, 2022). Os critérios informais, no entanto, são normalmente analisados como parte do contexto nacional e subnacional (principalmente), mas argumento que uma diferenciação só tem a beneficiar os estudos sobre o processo de recrutamento e seleção. Um fator interessante apontado pelo levantamento de Braga e Speck (2022) seria a estabilidade dos perfis das elites partidárias entre dois estudos separados por aproximadamente 15 anos. Em 2005 e 2019 as elites partidárias foram avaliadas como majoritariamente compostas por indivíduos do sexo masculino, entre 40 e 50 anos e com potencial de custear a própria campanha (Kerbauy, 2005. Cervi; Borba, 2019). Apesar de não confirmar diretamente que os critérios informais não mudaram, é possível argumentar em parte a partir dessas evidências que não houve muita alteração em pelo menos parte dos critérios informais socioeconômicos.

Outra característica que pode ser retirada do levantamento da literatura feito por Braga e Speck (2022) é a descentralização das estruturas partidárias, a relevância constante dos diretórios estaduais e a importância crescente dos diretórios municipais nos partidos avaliados. Os diretórios estaduais tendem a ser permanentes, enquanto os municipais continuam comumente provisórios (fortalecendo a noção de mudanças constantes nos contextos subnacionais), mas em constante expansão. Considerando o fim das coligações, é compreensível que

os partidos considerem importante maior difusão em cada vez mais espaço no território nacional. Neste momento também gostaria de trazer uma espécie de classificação elaborada em trabalho anterior (Maymone 2025) e aprimorada ao longo do tempo.

Argumentei, através dos resultados de uma pesquisa exploratória, que partidos diferentes, em um mesmo contexto municipal, adotam estratégias diferentes, dependendo das suas expectativas:

Quadro 5: Comportamentos diferentes de partidos em eleições municipais

Posição do partido no contexto (incumbência e antiguidade)	Expectativa quanto ao desempenho eleitoral	Estratégia de seleção de candidaturas	Candidato ideal
Oposição. Já estabelecido	Pessimista	preservação da elite partidária e renovação dos cargos obtidos	Rabo eleitoral. Candidato fraco ou disposto a negociar sua candidatura.
Governo. Já estabelecido	Otimista	Expansão. Eleger novos candidatos fortes.	Candidatos fortes. Assistencialistas e Figuras notáveis.
Novo no município e flexível	Neutra	Expansão. “seleção natural” dos candidatos.	Aspirantes aparentemente promissores

Fonte: Maymone (2025)

Revivo, neste momento, essa classificação tanto para complementar o argumento anterior (sobre a expansão das convenções municipais, mesmo que provisórias e dominadas por oligarquias) como também para permitir uma revisão deste quadro no capítulo final deste trabalho. Com relação ao argumento anterior (mais relevante neste momento), as três estratégias recebem respaldo pela característica pós 2020 (depois do fim das coligações partidárias) de lançar ou não candidatos de maneira a minimizar os riscos (Schaefer; Krause; Mancuso, 2024), expansão das convenções municipais ao longo do território nacional pelos partidos (Braga; Speck, 2022) e a relevância dos critérios informais (Maymone, 2023. Anjos, 2018). Tais estratégias descrevem dois fatores do processo de seleção em si: Elites partidárias procuram preservar suas posições e os critérios do órgão seletor variam

de acordo com as necessidades do momento. Considerando que, em grande parte dos partidos brasileiros (principalmente nos contextos municipais) o órgão seletor é composto ou ao menos altamente influenciado pelas elites locais (Siavelis; Morgenstern, 2008. Braga; Veiga; Miríade, 2009. Braga; Speck, 2022. Braga, 2008. Anjos, 2018. Maymone, 2023), acredito que essa classificação consiga ter relevância para a argumentação teórica apresentada. No entanto, admito que mais evidências são necessárias para maior refinamento teórico.

Neste tópico até o momento, foram apresentadas e classificadas (mesmo que de forma simplificada) várias características importantes do contexto brasileiro como um todo. No entanto, este trabalho pretende avaliar a Região Metropolitana do Recife (RMR) e apenas os candidatos para o cargo de vereador. Apesar da relevância do contexto nacional, é compreensível que a dimensão estadual (e regional, considerando o litoral pernambucano) recebam uma atenção maior na discussão. É um fato na literatura de recrutamento e seleção no Brasil que a maioria dos trabalhos foca em municípios ou estados apenas, e isso se apresenta como uma certa limitação para a generalização dos resultados e na montagem de um quadro nacional (Braga; Speck, 2022). Mas para atingir conclusões mais confiáveis dentro do escopo e potencial dessa argumentação, é importante centralizar os esforços nessa dimensão subnacional (melhor reservado para um tópico próprio especificamente sobre a Região Metropolitana do Recife) e nos candidatos a vereador.

É coerente imaginar o cargo de vereador como um “ponto de entrada” na política, sendo o primeiro degrau na carreira para crescer na hierarquia da elite partidária. No entanto, essa linha de raciocínio, apesar de correta para alguns casos, não representa a única ou maior motivação de um indivíduo para entrar na disputa eleitoral. Grande parte dos indivíduos que se candidatam a vereador acabam não ascendendo para outros cargos, buscando reeleições ou abandonando a vida política após a derrota ao invés de seguir carreira (Lima; Barreto, 2013). Diversos fatores entram em jogo. Um indivíduo pode se desiludir com o processo após a quebra de expectativas irreais nutridas por visões idealizadas, entrar na disputa por puro “espírito aventureiro” ou até mesmo ser recrutado e selecionado para o cargo apenas por puro pragmatismo (como o caso das candidatas laranjas

para o preenchimento de cotas de gênero, citadas anteriormente), não buscando eleições subsequentes. É possível também que busquem somente a reeleição ao cargo de vereador, se mantendo como uma espécie de autoridade (ou elite) local. Também não são desconhecidos casos de pessoas que somente se candidatam para cumprir algum tipo de agenda pessoal, de autopromoção ou para dar visibilidade para alguma pauta específica (Maymone, 2023).

Nos contextos municipais do Brasil, as organizações internas partidárias não costumam ser elaboradas ou institucionalizadas de forma ampla, havendo a predominância de comissões provisórias e atuação extensa das elites locais formadas principalmente por oligarquias políticas (candidatos eleitos e figuras locais relevantes) que determinam os critérios de seleção (Braga; Speck, 2022. Anjos, 2018. Maymone, 2023). É coerente associar, então, uma força maior dos critérios informais e menor dos critérios formais estabelecidos pelo estatuto partidário. Seguindo esse raciocínio, é possível criar duas expectativas:

1- O mesmo partido, presente em dois contextos subnacionais diferentes, apresenta diferentes métodos de seleção.

2- Dois partidos diferentes, dentro de um mesmo contexto subnacional, apresentam características similares nos métodos de seleção.

Ao longo deste trabalho, retomo essas e outras expectativas para uma discussão mais específica. No momento, é interessante apresentá-las para ilustrar o potencial dos critérios informais e dos contextos subnacionais em moldar as estruturas internas do partido, principalmente do processo de seleção de candidatos. Assim como Braga e Speck (2022) apontaram um padrão duradouro nos perfis de candidatos selecionados para o cargo de vereador, a tese apresentada por Waneska Dos Anjos (2018) apontou em Salvador um padrão homogêneo nos perfis dos candidatos selecionados e uma enorme importância das regras informais, ainda pouco exaltadas na literatura, para compreender o processo. Interessantemente, a tese citada anteriormente também apontou para uma certa coerência entre os critérios formais e informais, em que os critérios formais se tornaram *guidelines* para os critérios informais. Onde as regras estabelecidas por estatutos eram mais inclusivas, as exigências feitas pelos atores do processo de seleção também demonstraram ser inclusivas (e vice-versa).

Outro ponto que torna relevante a concentração dos esforços desta dissertação apenas nos vereadores é a maior facilidade de um “político de primeira viagem” de ter sua candidatura aprovada (Lima; Barreto, 2013). Um pré-candidato que ainda não foi “testado em campo” e sem características que identifiquem um bom potencial eleitoral²⁴ tem maior dificuldade de se tornar um candidato para outros cargos, considerando a lógica anteriormente citada de “alocação eficiente de recursos”. Em tese, a menor quantidade de recursos exigidos para uma campanha e a necessidade de lançar candidatos, quando avaliada pelos tomadores de decisão do partido (Assim como o caso do P3, no quadro 5), permite a “testagem em campo” dos candidatos diretamente na arena eleitoral. O menor custo (Schaefer; Krause; Mancuso, 2024) e a constante necessidade de renovação elites políticas dos partidos para manter a competitividade (Norris, 1997. Peres; Machado, 2017. Cervi; Terron; Soares, 2020) nos municípios mantêm as elites partidárias locais buscando e recebendo potenciais candidatos a vereador.

Apesar das diversas características que interferem no processo de recrutamento de filiados e seleção de candidatos, desde regras do jogo definidas por órgãos nacionais responsáveis, eventos nacionais, características regionais e os critérios específicos dos indivíduos envolvidos, a literatura sobre recrutamento e seleção de candidatos no Brasil conseguiu avançar através da identificação de padrões no território brasileiro e de paralelos com outros sistemas partidários. Todas essas características específicas do sistema brasileiro e seus diversos subsistemas se tornam relevantes tanto para quadros municipais, estaduais e nacionais das organizações internas partidárias. Mesmo mudando os jardineiros e as plantas cultivadas, os jardins secretos permanecem como uma característica constante do processo de recrutamento e seleção de candidatos. Mas tanto no Brasil como no mundo, as descobertas já estabelecidas sobre esses processos não petrificam o suficiente. Mudanças em contextos globais, novas dinâmicas eleitorais (e pré-eleitorais) e uma resignificação do que é ser “filiado” a um partido apresentam novos desafios aos que estudam partidos políticos e eleições.

²⁴ Recursos financeiros, relevância nacional/local, base eleitoral.

2.4- Novas dinâmicas de organização intra-partidária: do recrutamento à seleção

Através dos tópicos anteriores, foram apresentados diversos conceitos sobre o funcionamento interno dos partidos políticos, a importância e os objetivos do recrutamento de membros para as fileiras de um partido, razões e resultados das diversas maneiras de selecionar um candidato, fatores que interferem nesses processos internos e alguns achados evidenciados pela literatura ao longo dessa busca por compreender quem e como escolhe quem pode ganhar uma eleição. É importante, neste momento, enfatizar como esse trabalho, apesar do grande esforço empreendido, consegue apenas expor a “ponta do *iceberg*” do duradouro debate sobre partidos políticos. No entanto, nenhum dos pontos anteriores (simplificados ou não) pode ser compreendido isoladamente. Partidos políticos, sistemas partidários e sistemas eleitorais não existem em um vácuo e interagem constantemente com mudanças nas estruturas diversas da sociedade, tecnologia e outras dimensões que não conseguiriam entrar de forma satisfatória nesta dissertação.

Mesmo sendo algo complexo, é importante separar um momento nesta discussão para apresentar ao menos a superfície de novos debates e caminhos que surgem em diferentes escalas na literatura sobre seleção e recrutamento partidário. Ao mesmo tempo, é importante estabelecer limites para evitar fugas desnecessárias do tema e mergulhos em “tocas de coelho”²⁵. Estabeleço como principal tema deste tópico as mudanças nas plataformas e organizações partidárias causadas pelas novas dinâmicas nas relações internas dentro de um partido e nos processos eleitorais.

Antes de entrar em uma discussão teórica sobre essas mudanças, gostaria de apresentar um breve relato de uma experiência pessoal não como evidência anedótica de mudanças na sociedade, mas como uma introdução ao que será discutido mais adiante. Ao chegar ao último ano do ensino médio, no meio dos meus 16 anos, eu possuía um grande interesse em compreender e participar ativamente dos processos políticos que eu tanto assistia na televisão e

²⁵ *Rabbit Hole*. Alusão a “Alice no país das maravilhas”, utilizada atualmente para descrever momentos de distração profunda e enorme gasto de tempo para a compreensão de algo que não tem relevância (principalmente no youtube).

acompanhava nas redes sociais²⁶. Não satisfeito em ler alguns livros que havia em casa e acompanhar as manchetes de jornais, decidi que o próximo grande passo seria me unir a um partido e participar ativamente da vida política daquela organização. Conversei com pessoas que eu conhecia e busquei (principalmente através do meu computador) algum partido que apresentasse um conteúdo programático idêntico ou próximo o suficiente das minhas convicções ideológicas. Ao encontrar o partido “X”, fiquei satisfeito com sua plataforma (apresentada por um colega de longa data) e, decidido a me juntar, fui conversar com minha família (por ser menor de 18 anos) para definir minha filiação.

Minha avó, já tendo experiências passadas com partidos políticos e em uma tentativa de desencorajar uma escolha precoce, me alertou dos deveres dos filiados de pagar taxas mensais, do incômodo que era o deslocamento para preencher fisicamente a “papelada” e do tamanho do comprometimento que era ser filiado a um partido político. No entanto, a realidade havia mudado e todas essas características eram (ao menos no caso do partido X) apenas lembranças de uma época que já havia passado. Todo processo tinha passado a ser efetuado pela página virtual do partido, toda papelada havia sido reduzida a apenas 5 parágrafos e não havia nenhum tipo de pagamento recorrente ou obrigatório, apenas doações voluntárias. O processo de filiação levava 15 minutos e poderia ser feito e desfeito a qualquer momento e lugar, dependendo apenas de conexão com a internet. Como filiado, eu recebia uma carteirinha virtual e era convidado a fazer parte de reuniões locais, mas sem qualquer tipo de obrigatoriedade de presença. Após alguns meses, entrei na graduação e acabei me afastando ideologicamente do partido, me desfiliando apenas um ano depois.

A diferença entre as experiências descritas pela minha avó e o processo que eu presenciei ilustram um pouco da mudança nos processos de se filiar a um partido político. Algo que na memória dela se assemelhava a entrar em um clube restrito, na minha perspectiva foi tão trivial como criar um perfil em uma rede social. Mas isso não é apenas uma demonstração de uma mudança causada pela tecnologia,

²⁶ Vale ressaltar que o fim do meu ensino médio foi em 2018.

mas também uma demonstração de mudanças nas relações entre o partido e seu filiado.

Os partidos, ao enfrentarem problemas na obtenção de novos membros, começaram a adaptar suas estruturas de uma maneira a diminuir os custos e aumentar os incentivos para um indivíduo que não conseguiria se comprometer (ou não teria interesse) com modelos mais rígidos ou ortodoxos de filiação. Isso não significa que os modelos antigos desapareceram por completo, apenas que novas modalidades de filiação surgiram para atender demandas específicas do partido e dos potenciais filiados. Novas modalidades tendem a ser mais acessíveis, centralizadas e baseadas no meio virtual, criando diferentes maneiras de se associar a um mesmo partido. As estratégias de filiação *multi-speed*²⁷ buscam aumentar os incentivos da filiação, reduzir seus custos e se desprender das antigas noções de filiação (Scarrow, 2015).

Apesar da dificuldade em estabelecer causas únicas ou definitivas, um padrão que vem se apresentando ao longo dos últimos anos é uma diminuição nas formas tradicionais mais ativas de filiação e participação nas organizações partidárias, ao mesmo tempo que há um crescimento dos membros menos engajados nas discussões internas e “fãs” periódicos, como nas campanhas eleitorais (Young, 2013. Scarrow, 2015). As reverberações dessa mudança no recrutamento sobre o processo de seleção de candidatos ainda não são totalmente compreendidas em totalidade no Brasil, mas não é exagero afirmar que existem.

As eleições de 2018 e 2020 apresentaram algumas dessas novas dinâmicas de mobilização através de campanhas eleitorais efetuadas por “cidadãos marqueteiros”, ou seja, não necessariamente ligados a uma organização partidária mas exercendo funções normalmente atribuídas a membros partidários no período de campanhas eleitorais, se comunicando entre si (em meio físico ou digital) para distribuir conteúdo promovendo algum candidato. O uso de *whatsapp* e outros canais de comunicação permitiu a criação de organizações extra-partidárias (ligadas

²⁷ De acordo com Scarrow (2015), partidos que encorajam a filiação (através de bonificações), reduzem os custos do processo filiatório (através da internet, por exemplo) e criam novas modalidades de filiados (com menos obrigações) são partidos com filiação “*multispeed*”.

ou não ao partido) para mobilizar o eleitorado, coordenar campanhas e difundir estratégias (Chagas; Carreiro, 2023). Apesar desse fenômeno ser mais atrelado à figura do candidato do que à identidade do partido como um todo, alguns partidos rapidamente se adaptaram para incorporar esses grupos em suas fileiras, ampliando ou criando seus próprios canais de difusão de informações neste mesmo estilo.

Essa nova maneira de “militância *online*” pode ser episódica (restrita ao período eleitoral) ou se manter por longos períodos de tempo, mas se incorporam ao conceito de filiação *Multi-speed*, reduzindo drasticamente os custos e compromissos do engajamento e oferecendo novas vantagens e funções para aqueles que desejam integrar as fileiras de um partido. Apesar de parecer uma “militância *light*”, essas novas maneiras de engajar politicamente através do meio virtual não significam que todos os novos modelos de recrutamento de candidatos são apenas pragmáticos, temporários e sem nenhum tipo de formação política. Filiações com menor custo e compromisso coexistem com as maneiras mais tradicionais de engajar com um partido, servindo apenas como novos graus de engajamento dos membros partidários, que com o tempo, podem almejar mais direitos e privilégios dentro de um partido ao mesmo tempo se tornando mais tolerantes com deveres extensos (Scarrow, 2015).

Há outros fatores que interferem “de fato” na filiação partidária. Cervi, Terron e Soares (2020) evidenciaram em uma análise dos municípios brasileiros (através de modelos espaciais de regressão) que municípios mais desenvolvidos e socioeconomicamente estruturados tinham menor crescimento de filiados do que municípios com perfil econômico rural e baixo desenvolvimento social. Os autores argumentam um caráter menos ideológico e mais pragmático da filiação, mas admitem limitações metodológicas para essa afirmação. Outro ponto importante apontado pelos autores são os altos indicadores de filiação partidária no Brasil (em contraste com a Europa). No entanto, ainda há poucos trabalhos que analisam minuciosamente esse fenômeno e as mudanças recentes com relação aos tipos de filiação.

Dentro da tipologia estabelecida por Peres e Machado (2017), todo o processo de recrutamento discutido até agora se enquadra no recrutamento de bases. Com relação ao recrutamento de elites ou potenciais candidatos, se torna mais complicado estabelecer impactos ou mudanças pela obscuridade do processo. Em partidos com maior inclusividade, o impacto se torna claro pela participação mais ampla de diversos novos setores dos membros partidários na seleção de quem se torna candidato. Um partido, por exemplo, pode ter um modelo de filiação onde os membros que não contribuem financeiramente ou não tenham uma ligação firme com o partido não participem das convenções de seleção de candidatos, oferecendo um incentivo para o aumento do grau de comprometimento dos filiados ao mesmo tempo que permite que indivíduos menos interessados em participar dessa decisão ainda façam parte da estrutura partidária. Para partidos mais exclusivos e coordenados por elites partidárias, geralmente locais para o cargo de vereador (Braga; Speck, 2022. Anjos, 2018. Maymone, 2025), essa mudança não necessariamente implica modificações diretas no processo de decisão. A manutenção das elites partidárias como entes poderosos não se limita apenas ao Brasil. No leste europeu, as lideranças partidárias de longa data tem mais poderes dentro do partido, principalmente no processo de seleção como um todo ou no fator de “palavra final” (ratificando ou não a escolha), demonstrando também algumas tendências em direção ao personalismo e menor institucionalização em alguns tipos de partidos ou em contextos onde a liderança é fundadora do partido (Marino, 2025). No entanto, ainda não existem neste momento no Brasil estudos aprofundados que busquem essas características a nível nacional ou analisando todos os partidos que compõem o sistema partidário brasileiro de forma satisfatória (Braga; Speck, 2022).

Portanto, as novas dinâmicas de participação e engajamento nas estruturas partidárias se tornam um conhecimento importante para adentrar nas dinâmicas de recrutamento e seleção de candidatos e no que significa “ser recrutado”. Ao mesmo tempo, essas mudanças não significam que as maneiras de selecionar candidatos no Brasil mudaram do dia para a noite e muitas das estruturas já estabelecidas ou permanecem similares, ou os impactos causados pelas mudanças ainda não foram captados pela literatura. Mesmo com a redução de filiados no mundo (Scarrow, 2015), o Brasil ainda demonstra grande crescimento nas estruturas partidárias

municipais, tanto pela adaptação dos partidos para estruturas de filiação *multi-speed* como também pela mantida relevância das fileiras partidos como espaço de reivindicação (Cervi; Terron; Soares, 2020). Os órgãos seletores em grande parte dos partidos brasileiros continuam sendo formados por elites partidárias locais com pouca institucionalização (Braga; Speck, 2022. Anjos, 2018. Maymone, 2023), o que reforça a ideia do menor impacto causado nas estruturas de seleção pelas mudanças de recrutamento das bases partidárias.

Apesar das grandes mudanças nas campanhas eleitorais e nas relações entre partidos e filiados, ainda é complexo afirmar os impactos dessas mudanças nas estruturas decisórias do partido. As novas dinâmicas de recrutamento de bases partidárias favorecem, mas não necessariamente determinam mudanças nas maneiras de selecionar candidatos. Mesmo que não afetem diretamente as estruturas de decisão, as novas maneiras de interação entre o eleitorado e o candidato podem gerar mudanças nos critérios formais e informais. É possível que o engajamento em redes sociais em um perfil ou a existência de uma rede de apoiadores possa se tornar um argumento sólido apresentado por um pré-candidato para comunicar as elites partidárias com o poder de decisão que ele tenha um bom potencial eleitoral, ou até mesmo como maneira de mensurar o desempenho eleitoral de uma maneira simples.

3- Amostra: a região metropolitana do Recife

A região metropolitana de Recife engloba 14 municípios e é considerada a 3ª mais densamente povoada do país²⁸ e 7ª na população total (IBGE, 2022). É uma das cinco mesorregiões²⁹ divididas do Estado de Pernambuco, composta pelos municípios: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife, São Lourenço da Mata. Apesar da enorme quantidade de municípios, a conurbação característica de regiões metropolitanas gera um ambiente onde as populações têm contato consistente entre si.

Figura 1- Mapa da Região Metropolitana do Recife



Fonte: Página oficial da Prefeitura do Recife, data Desconhecida³⁰.

A cidade de Recife, que nomeia a região metropolitana, é a capital do estado de Pernambuco. As capitais estaduais comumente são foco dos estudos sobre seleção e recrutamento partidário por sua relevância e potencial em demonstrar dinâmicas do recrutamento e seleção partidários, pela maior chance de encontrar estruturas partidárias a serem estudadas e para evitar problemas ao misturar diversos contextos subnacionais (Braga; Speck, 2022). A escolha do foco para toda

²⁸ Em habitantes por KM².

²⁹ As outras quatro seriam: o Sertão pernambucano, o São Francisco pernambucano, o Agreste pernambucano e a Mata Pernambucana.

³⁰ A imagem foi retirada do [endereço virtual](#) da prefeitura do Recife.

a região metropolitana parte de duas principais causas. A primeira é que esse trabalho inicialmente pretendia atingir todo o estado de Pernambuco, algo que se mostrou inviável pela estrutura metodológica pretendida e a falta de recursos para captar satisfatoriamente características locais nos municípios de todo o estado.

No entanto, a delimitação geográfica da Região Metropolitana por completo ao invés de somente a capital do estado vem justamente da proximidade e relevância dessa região. Considerei viável a inclusão dos municípios dessa região por julgar tanto o potencial de encontrar dinâmicas similares de seleção dentro de um contexto subnacional menos heterogêneo como também da necessidade de contribuir com o avanço da agenda de pesquisa³¹. A segunda causa é mais pragmática: a residência em Olinda (um dos 14 municípios da RMR) e a facilidade de locomoção entre os municípios próximos. Pela demanda de parte da metodologia por contato (físico ou virtual) com o objeto de estudo e pelos conhecimentos locais adquiridos ao longo da formação acadêmica, juntamente com a ausência de trabalhos (com exceção de outro, de autoria própria) que estudassem especificamente essa delimitação geográfica, a Região Metropolitana do Recife se tornou uma escolha óbvia para a base desse trabalho.

Assim como apontado por Tarouco (2022), pouco se sabe sobre o sistema partidário pernambucano. Estratégias de recrutamento partidário, comportamento das elites, funcionamento de campanhas, organização partidária, o processo de seleção de candidatos, importância da ideologia e diversos outros fatores ainda são incógnitas na produção sobre o estado, e a RMR não se torna uma exceção. Eventos globais como a pandemia de Covid-19, nacionais como a eleição (e recentemente condenação) de Bolsonaro e estaduais como a disputa constantemente acompanhada pela mídia e redes sociais entre a Governadora Raquel Lyra (PSD) e João Campos (PSB) embaralham mais ainda as poucas descobertas que a literatura consegue definir sobre o estado.

³¹ Braga e Speck (2022) criticam as limitações geográficas estabelecidas por pesquisas sobre seleção de candidatos e argumentam sobre a possibilidade de trabalhos mais expansivos. Ciente dessas críticas, acreditei que seria uma reprodução desse problema a limitação apenas para Recife, mas também aceitei que o estado por completo seria uma delimitação inviável. A RMR surgiu como um bom “compromisso”.

Apesar dessas enormes lacunas, vale lembrar o escopo reduzido deste trabalho e que, apesar do grande esforço, acredito que as contribuições não necessariamente sejam suficientes para sanar todas as dúvidas possíveis no estado, mesmo sobre seleção de candidatos (que é o foco principal desta pesquisa). Também defendo os argumentos apresentados anteriormente de que mais trabalhos sobre estruturas organizacionais partidárias devem buscar resultados mais generalistas e menos delimitados em apenas pequenas regiões, mas afirmo que negligenciar esse caráter regional implica perder uma riqueza de detalhes sobre os processos envolvidos, principalmente nas regras informais do processo de seleção.

Antes de prosseguir, é importante apresentar superficialmente alguns dados descritivos que ilustram a realidade da RMR na esfera municipal. Nas eleições municipais de 2024 (principal recorte temporal deste trabalho), dos 29 partidos homologados pelo TSE, 28 lançaram candidaturas para vereador nos municípios da RMR. Desses 28 partidos, 22 conseguiram eleger ao menos um candidato e nenhum conseguiu eleger candidatos em todos os municípios (Conjunto de Dados TSE, 2024³²). Antes de prosseguir, é importante dizer que não estão sendo levados em consideração os candidatos que, após eleitos, mudaram de partido³³.

Os três partidos que mais elegeram vereadores foram o Partido Socialista Brasileiro (35 eleitos), o Republicanos (26 eleitos) e o Partido Social Democrático (22 eleitos). Notavelmente, o PSB e o PSD são respectivamente os partidos do Prefeito de Recife, João Campos, e da Governadora de Pernambuco, Raquel Lyra. O Partido dos Trabalhadores, partido do presidente da república no momento da eleição (e ainda em exercício) elegeu um total de 10 vereadores, enquanto o Partido Liberal (Partido de Bolsonaro que disputou as eleições contra o PT de Lula nas eleições de 2022) elegeu 18 vereadores. O desempenho “menor” dos partidos que protagonizaram as eleições de 2022 para a presidência pode ter várias origens, como a “divisão do trabalho” entre partidos, problemas de campanha ou o reflexo da disputa estadual entre o prefeito de Recife e a governadora do estado. O sucesso eleitoral do Republicanos também gera um ponto de interesse, mas não pretende

³² Informações retiradas dos conjuntos de dados de votação nominal e votação em partido do TSE por município/zona eleitoral.

³³ Migração partidária é um tópico relevante, mas está fora do escopo dessa análise

ser explicado neste trabalho. Outro resultado interessante desse levantamento é que apenas um único partido não lançou candidatos para o cargo de vereador (mesmo tendo lançado um candidato à prefeitura do Cabo de Santo Agostinho): o PCB (Partido Comunista Brasileiro). Outros 6 partidos disputaram, mas não conseguiram eleger nenhum candidato a vereador: PCO (Partido da Causa Operária), PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), PMB (Partido da Mulher Brasileira), PRTB (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro), UP (Unidade Popular) e o CIDADANIA.

O fato de todos os partidos (com exceção do PCB) participarem das eleições municipais para o cargo de vereador em pelo menos um município da região é coerente com o que foi apresentado anteriormente. As eleições municipais apresentam um menor “custo” de lançamento de candidaturas (Schaefer; Krause; Mancuso, 2024) e existe, no Brasil, um aumento de difusão dos partidos na dimensão municipal, mesmo que isso não seja sinônimo de organizações partidárias estruturadas no nível municipal (Braga; Speck, 2022). A disputa regional entre os partidos do prefeito da capital e da governadora do estado que se refletem nos candidatos eleitos também demonstra a importância de contextos subnacionais nos processos eleitorais. É importante afirmar também que durante os períodos de campanha em 2024, não era incomum (e nem limitado a essa eleição ou à RMR) a associação de partidos e candidatos a vereador e prefeito com lideranças que participaram das eleições nacionais de 2022, especificamente os candidatos Bolsonaro (PL) e Lula (PT). Esse último ponto relembra também a importância dos contextos nacionais ao examinar esses eventos.

A Região Metropolitana do Recife apresenta 14 municípios, 28 partidos participantes nas eleições para vereador de 2024, 22 partidos vitoriosos (com pelo menos um um vereador eleito) e mesmo com alguns se sobrepondo em sucesso eleitoral, nenhum que tenha tido sucesso em todos os municípios. O partido que mais se aproxima de aparecer em todos os municípios da região é o Republicanos, que, de 14, elegeu vereadores em 12. Da mesma maneira, nenhum município apresentou vereadores eleitos de todos os partidos (sendo Recife o mais próximo, com 14 partidos diferentes). Mesmo que de forma não determinante, os resultados evidenciam duas dinâmicas regionais, sendo a primeira a disputa entre os partidos

de Raquel Lyra e João Campos e a alta competição na região, que apresentou todos os partidos menos um (PCB) na disputa por cargos de vereador.

Outro ponto interessante de ser analisado é a quantidade de órgãos ativos (provisórios ou definitivos) dos partidos nos municípios da RMR. De acordo com o Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) do TSE³⁴, existem 24 partidos com órgãos partidários provisórios ou definitivos dentro dos municípios da RMR³⁵ com um total de 121 órgãos ativos (66 provisórios e 55 definitivos). Coerentemente, Recife apresenta a maior quantidade de órgãos definitivos (13) enquanto Jaboatão, Camaragibe e Paulista aparecem empatados em diretórios municipais provisórios (7).

Tabela 1- Diretórios provisórios e definitivos por município.

Município	Órgãos provisórios	Órgãos definitivos	Total de órgãos
Recife	6	13	19
Jaboatão dos guararapes	7	7	14
Paulista	7	5	12
Cabo de Santo Agostinho	6	5	11
São Lourenço da mata	6	5	11
Camaragibe	7	3	10
Olinda	6	4	10
Ipojuca	5	3	8
Igarassu	4	2	6
Abreu e Lima	3	2	5
Ilha de Itamaracá	3	2	5
Moreno	3	2	5
Itapissuma	2	1	3
Araçoiaba	1	1	2

Fonte: Elaborado pelo autor.

³⁴ Dados colhidos em 20 de dezembro de 2025.

³⁵ Os órgãos do PCdoB aparecem diretamente ligados à Federação com o PT e o PV, enquanto esses dois últimos demonstram órgãos juntos da federação ou separados.

O PT (Partido dos Trabalhadores) é o partido com maior presença de órgãos definitivos, com uma presença em 12 municípios, enquanto o PV (Partido Verde) apresenta uma maior quantidade de órgãos provisórios, com um total de 10 (sem contar com os órgãos registrados da federação PT/PCdoB/PV). É necessário afirmar que a ausência de órgãos registrados em municípios da RMR não define com clareza a presença ou ausência de órgãos estaduais ou nacionais atuando dentro do limite geográfico da região. Pelo caráter municipal dos filtros escolhidos na coleta de dados, sedes regionais, estaduais e nacionais acabam não sendo incluídas nos números apresentados. No entanto, apresentar esses órgãos restritos à dimensão municipal apresenta a vantagem de limitar a observação apenas a partidos com estruturas puramente municipais. Outro fator interessante desses dados descritivos é que eles caminham no direcionamento apresentado das tendências municipais onde os partidos preferem criar órgãos provisórios ao invés de estabelecer definitivos. Uma análise mais profunda pode buscar identificar certos padrões como alguma relação entre quantidade de órgãos partidários e população ou PIB, mas foge ao escopo deste trabalho.

Através da quantidade de órgãos (tanto provisórios como definitivos) é possível, também, observar algumas discrepâncias entre os municípios. Recife, por ser a capital estadual, não surpreende ao apresentar a maior quantidade (19). Jaboatão (14), Paulista (12) e diversos outros municípios apresentam uma quantidade menor, mas não tão atrás da capital. Araçoiaba, no entanto, apresenta apenas 2 órgãos registrados (sendo um provisório), o que condiz com sua posição de menor município da RMR³⁶.

A análise da região metropolitana como uma única unidade e a interpretação desses resultados como um “dossiê” do subsistema pernambucano resultaria em análises incompletas. O intuito desta apresentação superficial não é contribuir diretamente com os estudos do subsistema pernambucano (ou do microcosmo da Região Metropolitana do Recife). Essa breve análise descritiva serve para ilustrar o cenário imediatamente após as eleições de 2024 e demonstrar, mesmo que

³⁶ Em população e outros indicadores. IBGE 2022.

superficialmente, o recorte geográfico e temporal escolhido para realizar a metodologia de campo deste trabalho. Os questionários e entrevistas foram aplicados logo após esses resultados eleitorais (na metade do segundo semestre de 2025) e os participantes foram incentivados a pensar especificamente nas eleições de 2024 para dar suas respostas. Portanto, como parte do dever de dar transparência às condições que puderam interferir nos resultados apresentados ao longo do trabalho, se torna importante contextualizar o momento em que os dados foram colhidos.

Outro fator importante é que algumas informações não foram incluídas nessa análise, como a quantidade de candidatos lançados por cada partido e análise minuciosa sobre cada município que, a princípio, foram desconsideradas. Outro ponto que não foi aprofundado mas que não possui tanta relevância para a construção dessa pesquisa é o das mudanças pós-eleição, como a migração de candidatos eleitos para outros partidos. Apesar da relevância para compreender a fidelidade partidária, as dinâmicas pós-eleitorais e os incentivos para alguns critérios de seleção, este trabalho não leva em conta pelo escopo de sua análise pretendida. Por fim, muitos eventos pré-eleições de 2024, como a mudança de partido da Governadora Raquel Lyra (do PSDB para o PSD), a ascensão de João Campos nas campanhas eleitorais e as alianças locais durante as eleições não foram analisados tão profundamente de maneira suficiente a fazerem parte do contexto geral, tanto pelas limitações metodológicas como pelo curto prazo de tempo para mensurar (ou ao menos gerar racionalizações sólidas) os efeitos nas organizações internas partidárias específicas do estado de Pernambuco de maneira satisfatória.

Em retrospectiva, argumento também que a delimitação da Região Metropolitana do Recife como recorte geográfico apresentou diversas limitações não previstas no processo de coleta de dados. Mesmo dentro da mesma mesorregião, os municípios ainda apresentam diferenças gritantes entre si. Recife, por ser a capital do estado de Pernambuco, apresenta fatores e características socioeconômicas que contrastam com os outros municípios como Araçoiaba, com os indicadores de desenvolvimento social e econômico mais baixos da região e completamente opostos à capital. Essas questões geram assimetrias que dificultam a análise da região como uma única unidade e prejudicam conclusões mais

concretas. Além disso, como vai ser explicitado no capítulo 5, houve enorme dificuldade em obter dados nos todos os 14 municípios, limitando-se apenas a Recife, Olinda e Paulista. Pelo caráter qualitativo do trabalho, objetivos pretendidos e ausência de teste de hipóteses, estas dificuldades não invalidam seus resultados, mas geram uma maior necessidade de cautela no que pode ser afirmado. A Região Metropolitana de Recife ainda se torna uma escolha interessante que, considerando os argumentos que apresento no início do capítulo, torna a análise mais abrangente (mesmo que reduzindo o nível de detalhe) do que uma limitada a Recife e ao mesmo tempo diminui alguns dos perigos de pular para uma unidade de análise muito extensa, como o estado de Pernambuco por completo.

4- Os critérios formais: Análise dos Estatutos Partidários

No segundo capítulo, foram discutidos os processos internos partidários de recrutamento e seleção de candidatos com relativa profundidade, estabelecendo algumas características dos seus diversos formatos, potenciais fatores que interferem na formulação dessas estruturas internas e possíveis impactos das diversas formas de decidir quem se torna um candidato. Dentro da discussão sobre os diversos critérios adotados pelos órgãos seletores, foram divididos dois tipos: os formais e os informais. Os critérios formais, apresentados principalmente nos estatutos partidários, determinam as principais estruturas internas do partido e caracterizam o órgão seletor “ideal” que aquela organização busca apresentar. No entanto, os critérios informais (assim como a nomenclatura sugere) não se apresentam explícitos, necessitando de meios mais elaborados para serem encontrados e identificados. Critérios informais podem ser sancionados por critérios formais ou surgir de forma completamente independente (Anjos, 2018).

Os dois tipos de critérios, apesar de assumirem diferentes importâncias em contextos diferentes, são necessários para a total compreensão do processo de seleção como um todo e observar isoladamente cada um deles pode gerar uma grande perda de informação. A própria definição apresentada de critério informal como sendo algo não oficial nas diretrizes partidárias, exige a compreensão de quais são os critérios formais de um partido, ao mesmo tempo que a observação limitada a critérios formais deixa a desejar por negligenciar os *inputs* dos *gatekeepers* nos momentos de decisão de candidaturas. Neste capítulo, analiso brevemente os estatutos de alguns dos partidos brasileiros para gerar uma classificação dentro das características de Hazan e Rahat (2010) ao mesmo tempo com algumas das peculiaridades de cada estatuto.

Os estatutos foram analisados buscando identificar três principais características: Como o estatuto define os procedimentos formais para a seleção de candidatos para eleições proporcionais municipais, os critérios estabelecidos para um potencial candidato a vereador e a autonomia da instância municipal de decidir esses candidatos. Os resultados foram explicitados individualmente em tópicos e

em quadros ilustrativos gerais. Os critérios já estabelecidos na legislação não serão incluídos a não ser que o partido apresente alguma diferenciação notável.

Apesar dos interessantes resultados potencialmente gerados na análise e comparação entre todos os estatutos de partidos presentes no Brasil (homologados pelo TSE), pretendo limitar os estatutos examinados através da relevância para esta análise, ou seja, para a RMR. No entanto, para delimitar mais ainda a análise, alguns critérios de inclusão precisam ser estabelecidos para analisar um estatuto de um partido. A relevância nas disputas nacionais e regionais poderiam se apresentar como o primeiro critério. O PL (Bolsonaro) e o PT (Lula) se apresentam como dois partidos a serem incluídos pela relevância nacional e o PSB (do prefeito João Campos) e o PSD (da governadora Raquel Lyra) pela relevância regional. No entanto, a subjetividade dessa “relevância” abre espaço para críticas e uma demanda de um método mais robusto de inclusão na análise. Portanto estabeleço alguns critérios que ampliam a definição de relevância para mais partidos ao mesmo tempo que restringem o suficiente os estatutos a serem analisados para tornar o método viável, ou seja, sem sacrificar o aprofundamento.

O primeiro critério determina que apenas os partidos com pelo menos uma sede partidária na RMR, seja ela provisória ou definitiva, sejam incluídos na pesquisa. A justificativa para esse critério é da necessidade da presença física do partido no nível municipal dentro do recorte geográfico para atingir alguma relevância nas análises subsequentes. O segundo critério é a necessidade de ter eleito, no mínimo, 10 vereadores nas eleições de 2024, distribuídos de qualquer maneira nos 14 municípios. Apesar desses critérios, ainda sobram 10 partidos elegíveis para a análise estatutária: PSB, REPUBLICANOS, PSD, PL, PP, MDB, PODE, SOLIDARIEDADE, AVANTE, PSDB e PT. Como 10 partidos ainda é um número que foge à viabilidade de uma análise aprofundada e considerando os objetivos finais deste trabalho, foi adotado como último critério o número total de filiados dentro dos municípios da RMR³⁷ contabilizado no período eleitoral de 2024, incluindo apenas os 5 partidos com mais filiados para tornar a análise viável. Através desses filtros, os partidos selecionados para análise foram: PT, PP, MDB,

³⁷ Retirado do sistema de dados abertos do TSE.

PSDB e PSB. Este último “filtro”, além de tornar possível uma análise mais qualitativa dos estatutos, define quais partidos possuem uma maior quantidade de filiados e, portanto, maior relevância na RMR. Isto não torna os partidos excluídos da análise estatutária “irrelevantes”, apenas permite um maior esforço de análise em uma menor quantidade de estatutos.

Portanto, ficam delimitados os 5 partidos abordados nesta análise. Todos os estatutos foram retirados do TSE³⁸ e diretamente dos endereços virtuais oficiais do partido³⁹, buscando sempre o estatuto mais recente aprovado. Também foram incluídas nas análises as diretrizes oficiais ou normas complementares publicadas pelos partidos sobre as eleições de 2024 em específico. Todos os partidos, com exceção do PSDB, operaram as eleições de 2024 em seus estatutos mais recentes. As convenções internas do PSDB aprovaram um novo estatuto na metade de 2025. Mesmo que essa decisão resulte em menor *futureproof*⁴⁰ dos resultados desse trabalho, foi analisado o estatuto vigente nas eleições de 2024, ou seja, o estatuto aprovado pelas convenções do partido em 2017).

4.1- Partido dos Trabalhadores

O estatuto do PT apresenta diretrizes detalhadas e específicas sobre o processo de seleção de candidaturas e sobre a competência das diferentes instâncias (nacionais, estaduais, municipais e zonais⁴¹). A comissão executiva ou diretório correspondente deve abrir um período eleitoral para realizar o processo de decisão interno de quem será um candidato. Para se tornar um candidato, um membro deve:

- Estar filiado ao partido por 6 meses no momento da convenção.
- Não ter pendências financeiras com o partido;
- Assumir um compromisso programático (através de documento oficial registrado em cartório);

³⁸ Através dos arquivos disponíveis para baixar sobre cada partido.

³⁹ Em alguns casos o partido divulga em seu próprio endereço o estatuto em arquivos de maior qualidade, permitindo uma análise melhor.

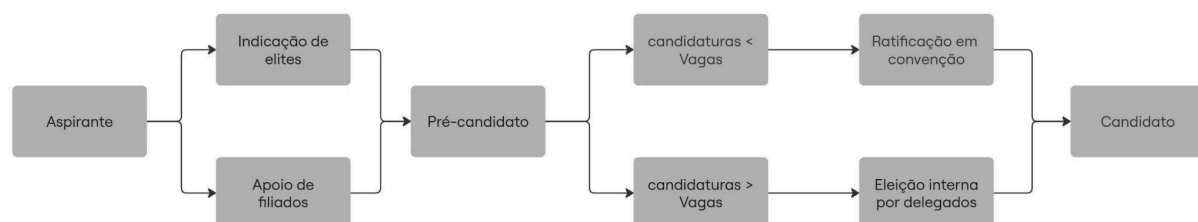
⁴⁰ “Algo à prova do futuro”. Estratégia utilizada para evitar a obsolescência de algo.

⁴¹ “Sub municipais”, pensadas para municípios de grande porte ou para permitir que uma zona rural e urbana se mobilizem de maneiras diferentes, por exemplo.

- Não ter sido eleito para três mandatos consecutivos na mesma casa legislativa (ou dois, no caso do Senado Federal).

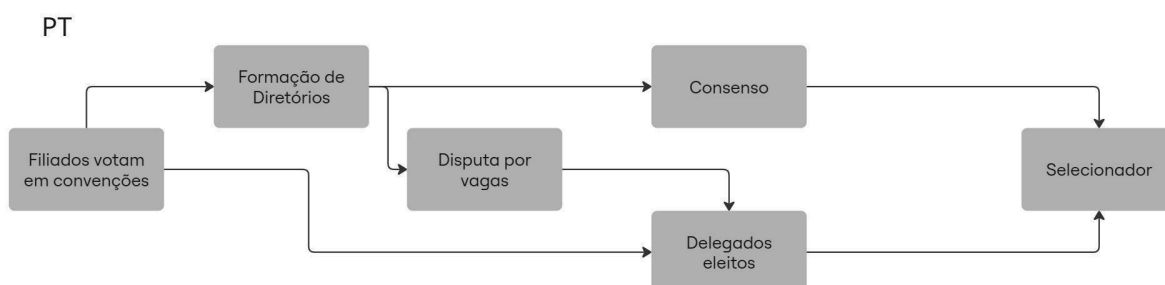
No caso específico de vereador, o aspirante deve apresentar um “pedido de indicação à pré-candidatura” acompanhado de assinaturas de três membros do diretório municipal (eleitos em convenção do partido através de votação), um núcleo de base ou diretório zonal (organizações sub municipais dirigidas por voto interno) ou 2,5% do total de filiados que participaram do último “Encontro”⁴² no município. Após ter a pré-candidatura aprovada, o pré-candidato pode ter sua candidatura aprovada na convenção caso o número de pré-candidaturas seja menor do que o número de candidaturas que o partido quer lançar e se adeque aos critérios anteriores, ou passar por um processo eleitoral interno nos Encontros no caso de mais pré-candidaturas do que vagas. Os pré-candidatos se organizam em chapas nos encontros e a distribuição de vagas é feita de maneira proporcional.

Figura 2- Trajetória do aspirante no PT



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 3- Formação do órgão seletor do PT



Fonte: Elaborado pelo autor

⁴² Os encontros ordinários do PT ocorrem em nível “zonal”, municipal, estadual e federal. De acordo com o estatuto, neles são deliberadas as pautas, estratégias e as candidaturas daquele nível. Os encontros são constituídos por todos os membros mas apenas os delegados podem votar.

As pré-candidaturas de vereadores são apresentadas nos diretórios municipais (ou zonais) em um período determinado pela organização nacional do partido. Após o período de apresentação das pré-candidaturas, os aspirantes necessitam aguardar os encontros, compostos por delegados eleitos, para defender suas candidaturas e saber se vão ser candidatos ou não. Os encontros, portanto, se tornam a convenção mais importante na seleção de candidatos a vereador no PT. Os encontros municipais (ou zonais) servem para definir quantas candidaturas o partido vai lançar no município, ratificar (quando há menos candidatos do que vagas ou há um consenso atingido no próprio diretório) as candidaturas de vereadores e também decidir (no caso de disputa por vagas ou falta de consenso) quais pré-candidatos serão lançados na eleição pelo partido através de votação interna por meio de chapas.

O processo de escolha dos “delegados” responsáveis por votar nos encontros também é organizado na esfera municipal e qualquer filiado com mais de um ano de filiação pode votar e ser votado para essas posições. Notavelmente, nos encontros municipais, apenas os delegados eleitos têm poder de voto e as lideranças dos diretórios, ocupantes de cargos eletivos municipais e demais membros podem participar apenas como ouvintes. No caso de falta de consenso dos diretórios e convenções municipais, as instâncias superiores (diretórios estaduais e nacionais) assumem o processo de seleção e determinam as candidaturas a serem lançadas.

Todo o processo de tomada de decisão ocorre no nível municipal (ou zonal) e é observado pelo nível superior (estadual) que, somente em caso de omissão, exceção⁴³ ou descumprimento de medidas estabelecidas no estatuto e em convenções superiores, interfere diretamente no processo de seleção de candidatos. Os critérios para candidatos no PT caracterizam um processo mais exclusivo (certas restrições para aspirantes) ao mesmo tempo que demonstram uma relativa inclusividade (delegados eleitos por filiados) no formato do órgão seletor. Essa conclusão se adequa a outras observações na literatura (Braga; Veiga; Miríade, 2009). Também pelo que pode ser observado, há um alto nível de

⁴³ Indisponibilidade dos candidatos de última hora, falta de consenso ou qualquer evento que o diretório responsável não consiga resolver de maneira satisfatória dentro do prazo estipulado.

descentralização nos processos de seleção, com relativa alta autonomia dos diretórios municipais em formar convenções próprias⁴⁴ seguindo as diretrizes apresentadas por instâncias maiores.

O estatuto do PT apresenta diretrizes e processos muito bem definidos ao longo do seu conteúdo, estabelecendo um “passo a passo” coordenado para o filiado que deseja se candidatar a algum cargo eletivo e determinando regras específicas do processo de seleção em todas as suas etapas. Apesar da autonomia das convenções partidárias municipais em executar a seleção de candidatos, todo o processo é definido de uma maneira rígida que permite (ao menos nas regras estatutárias) pouca variação entre diversos municípios do país.

Com relação aos filiados, qualquer indivíduo acima de 16 anos pode adentrar as estruturas partidárias. Os filiados devem participar de reuniões sazonais das instâncias de que participam (zonal, municipal, estadual e nacional) e poderão compor órgãos dessas instâncias. A depender dos órgãos e convenções específicas, há mudanças nos critérios para participar na tomada de decisão e compor as estruturas decisórias do partido (como no caso dos delegados aos encontros). O estatuto apresenta também diversas estruturas de formação política dos filiados, como reuniões sazonais programáticas, demandas de coerência partidária dos filiados e candidatos, penalidades claras pelo desalinhamento do filiado à agenda do partido e ausência nas reuniões formativas. Através do estatuto, é possível caracterizar (pelos subtipos de Peres; Machado, 2017) a forma de recrutamento partidário do PT como principalmente Extensiva.

4.2- Partido Progressista

O estatuto do PP apresenta diretrizes para o processo de seleção de candidatos e um alto nível de autonomia das instâncias municipais neste processo. Os diretórios municipais são formados através de eleições onde os filiados (com no mínimo de 30 dias de filiação) do partido com residência eleitoral naquele município

⁴⁴ Importante enfatizar a hierarquia apresentada pelo estatuto e pelo maior poder dos órgãos nacionais e estaduais em definir diretrizes. Os órgãos municipais não são totalmente autônomos, mas possuem uma boa liberdade de organização interna.

participam para eleger alguma das chapas. Se uma chapa obtiver 80% ou mais dos votos, ela ocupa o diretório por completo, caso contrário, os cargos (de 15 a 45 no total) no diretório serão preenchidos de forma proporcional de acordo com os resultados do pleito. Dentro dos diretórios, alguns dos membros são eleitos para formar uma comissão executiva com função principal de operacionalizar as decisões do diretório.

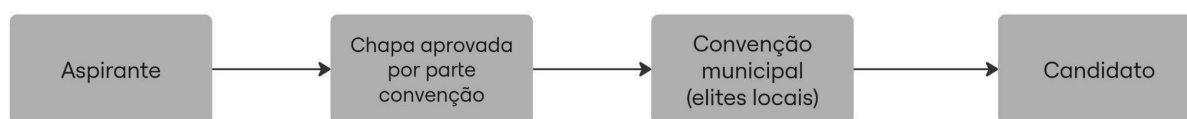
As convenções partidárias nos níveis municipal, estadual e nacional determinam (de acordo com os objetivos da formação da convenção) os candidatos para cargos eleitorais e realizam eleições para diretórios dos seus respectivos níveis ao mesmo tempo que determinam os delegados para convenções de nível superior⁴⁵. Com relação ao específico processo de selecionar candidatos para vereador a convenção é formada por membros específicos do partido:

- Membros do diretório municipal;
- Representantes do partido no congresso nacional e na assembleia legislativa que tenham domicílio no município;
- Membros do partido que ocupem cargo eletivo no governo municipal (vereadores e prefeitos).

As convenções de seleção, para serem válidas, necessitam da participação da maioria absoluta (mais da metade dos membros totais) dos membros explicitados acima e tomam decisões por maioria simples (ou seja, com base nos presentes). O estatuto define que para aprovar pré-candidaturas, os aspirantes devem submeter chapas para a aprovação dos membros participantes das convenções. As pré-candidaturas são apresentadas, discutidas e aprovadas dentro da convenção municipal e seguem as mesmas lógicas proporcionais apresentadas na composição do diretório. Caso a chapa ganhe com mais de 80% dos votos, será aprovada por completo, do contrário, as vagas serão distribuídas de forma proporcional pela quantidade de votos obtidos e de acordo com as lideranças das chapas.

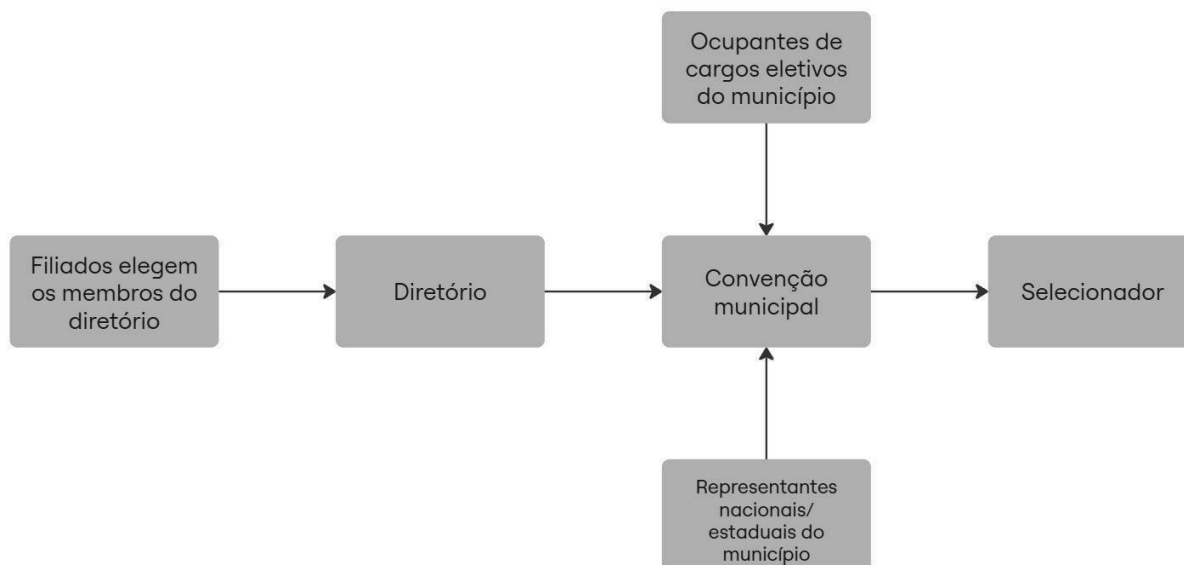
⁴⁵ Convenções municipais estabelecem delegados para as estaduais, que estabelecem os delegados para as nacionais.

Figura 4- Trajetória do aspirante no PP



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 5- Formação do órgão seletor do PP



Fonte: Elaborado pelo autor

Assim como no estatuto do PT, o estatuto do PP também determina que na omissão ou incapacidade dos diretórios municipais em determinar candidatos, as instâncias superiores (diretórios estaduais e nacionais) podem tomar decisões antes exclusivas aos diretórios municipais. As convenções municipais também têm a opção de delegar o processo de escolha dos candidatos à comissão executiva (que é um grupo seletor eleito dentro do diretório municipal), o que pode restringir ainda mais o órgão seletor. Diferentemente do PT, o PP estabelece que apenas ocupantes de cargos públicos do município, diretórios municipais e ocupantes de cargos nacionais e estaduais residentes no município, participem do processo de escolha de novas candidaturas, apresentando um processo de seleção mais exclusivo. A formação dos diretórios (parte do órgão seletor) apresenta poucas restrições, permitindo filiados com pelo menos 30 dias de filiação antes do pleito a votar nas chapas. No entanto, a participação garantida no processo de seleção dos

participantes que já ocupam cargos públicos e a concentração do poder decisório nas lideranças locais caracteriza um sistema mais exclusivo de formação do órgão seletor. Os critérios para se tornar candidato seguem outra direção, reduzidos à necessidade de filiação, caracterizando uma maior inclusão nessa dimensão. Todos esses achados são condizentes (apesar de algumas diferenças, como a ação das elites partidárias e o tempo mínimo de filiação) com a análise de 2013 de Braga, Veiga e Miriade em São Paulo⁴⁶.

Com relação ao recrutamento, o estatuto direciona os critérios formais apenas para coerência programática imediata, mas sem a apresentação de instituições formativas obrigatórias fortes e presentes no processo de recrutamento, caracterizando o recrutamento partidário do PP como principalmente intensivo⁴⁷.

4.3- Movimento Democrático Brasileiro

O estatuto do MDB apresenta diretrizes para a formação dos diretórios e convenções municipais de forma similar às do PP, com a adição da possibilidade de convenções e diretórios zonais⁴⁸ (similar ao PT). Assim como os partidos anteriores, delega grande autonomia para as convenções municipais de selecionar os candidatos a vereador, conferindo poder decisório a instâncias superiores (estaduais e nacionais) apenas na ausência de estruturas municipais ou em casos de omissão. O partido determina como participantes das convenções municipais de escolha de candidatos:

- Membros do diretório estadual residentes no município
- Membros do diretório municipal
- Parlamentares do partido com domicílio eleitoral no município
- Delegados eleitos por convenções zonais (quando aplicável)

⁴⁶ Na análise citada, o artigo conclui que no PP e no PFL, apenas lideranças partidárias participam da seleção através da investigação com outros elementos além do estatuto. Portanto, apesar de poder apontar similaridades, as metodologias e conclusões não são completamente iguais.

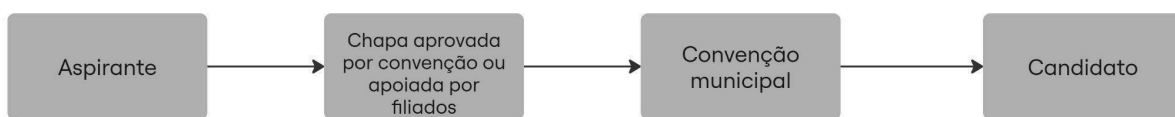
⁴⁷ Não significa ausência total de formação política no partido, apenas que o estatuto não demanda esse tipo de formação para os filiados e nem apresenta estruturas internas de formação política de forma clara.

⁴⁸ Neste caso, fortalecidas por serem responsáveis (quando presentes) por eleger delegados a estruturas estaduais.

Os membros dos diretórios municipais ou zonais são formados através de membros eleitos por convenções no mesmo nível (Município ou zona), ex-presidentes municipais do partido e o líder da bancada partidária na câmara dos vereadores. Os diretórios municipais do MDB são compostos por 45 membros e 15 suplentes. As convenções que determinam a composição do diretório possuem os mesmos participantes das convenções de escolha de candidatos, com a adição de membros filiados ao partido. A restrição para a participação do filiado nos processos decisórios (de votar e ser votado) é de 6 meses (ou 30 dias em caso de convenções convocadas por comissões provisórias).

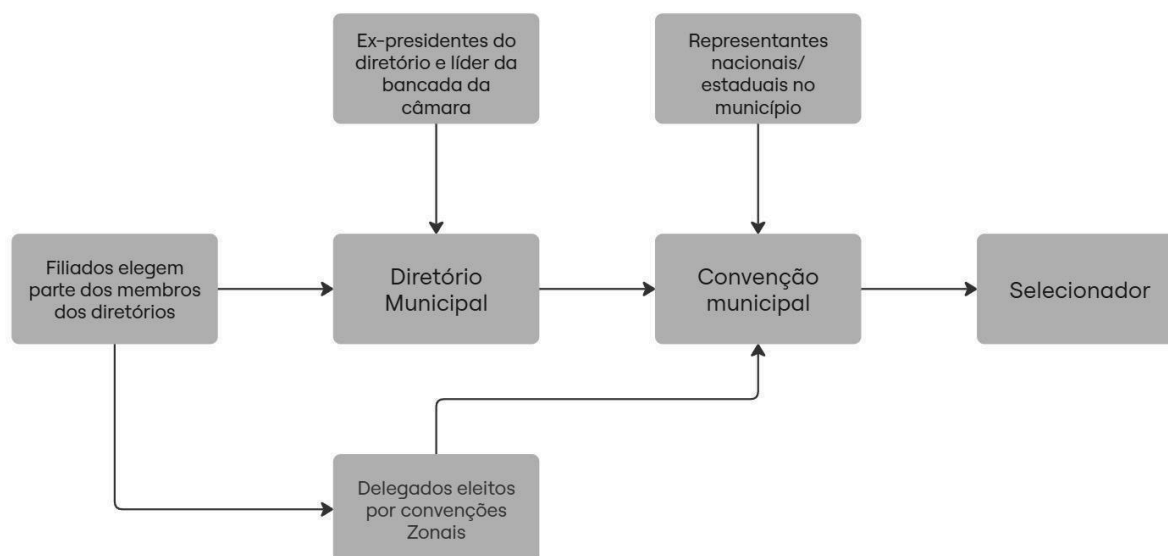
As direções municipais (eleitas com participação dos filiados do município), a direção atual, parlamentares, vereadores e prefeitos eleitos pelo partido com residência eleitoral no município decidem quais dos pré-candidatos terão suas candidaturas aprovadas. Os pré-candidatos devem se organizar em chapas e as vagas para as candidaturas serão distribuídas de forma proporcional (similarmente aos estatutos anteriores). As direções municipais e zonais (dentro do município) que participam do processo de deliberação são eleitas através de votos onde todos os filiados (com restrição de tempo no partido, como dito anteriormente) participam. A trajetória do aspirante é similar à ilustrada na Figura 4, mas tanto a trajetória como a estrutura do órgão seletor diferem o suficiente para exigir novas ilustrações.

Figura 6- Trajetória do aspirante no MDB



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 7- Formação do órgão seletor do MDB



Fonte: Elaborado pelo autor

As estruturas partidárias e a trajetória do aspirante apresentam algumas similaridades com as apresentadas nos outros partidos, principalmente com o PP. As elites partidárias detêm certo poder de validar as chapas inscritas (que devem ser aprovadas pelos diretórios) e a distribuição das vagas para os pré-candidatos (quando não há chapa única) ainda depende das lideranças das chapas. A formação de chapas, no entanto, é apresentada de maneira mais clara (com relação ao processo) e o estatuto determina prazos, procedimentos e diretrizes gerais para a formação de chapas em todas as instâncias. A adição dos diretórios e convenções zonais também adiciona uma dimensão não apresentada no PP e o órgão seletor apresenta uma maior variedade na origem dos membros. A formação do órgão seletor do MDB, portanto, se apresenta como mais inclusiva ao permitir a participação de todos os filiados (com 6 meses de filiação) nas estruturas dos diretórios que compõem, em grande parte, os membros das convenções. Com relação ao processo de seleção de candidatos, o partido se apresenta como uma espécie de meio termo entre o PT e o PP, ainda sendo considerado como menos inclusivo mas determinando alguns mecanismos dentro do próprio estatuto para permitir o registro de pré-candidaturas de forma clara e relativamente acessível. Esta conclusão é similar aos achados encontrados em 2013 no trabalho de Braga, Veiga e Miríade em São Paulo.

Com relação ao recrutamento, o estatuto do MDB não apresenta obrigatoriedade de cursos formativos para filiados. No entanto, há a promoção de estruturas internas partidárias (como o MDB Mulher) que buscam promover pautas programáticas do partido através de reuniões sazonais e cursos formativos de base. Apesar da não obrigatoriedade da participação dos filiados nesses órgãos e estruturas internos, a delimitação da existência e de suas funções dentro do estatuto sugere tanto o uso do recrutamento intensivo como extensivo pelo partido. A ausência de obrigatoriedade, no entanto, sugere que o MDB é majoritariamente extensivo em sua forma de recrutamento.

4.4- Partido da Social Democracia Brasileira

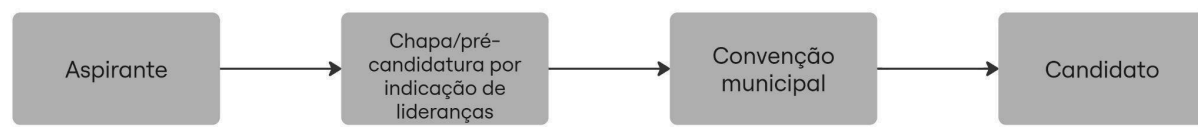
O estatuto analisado do PSDB é uma exceção dentre os outros presentes nessa análise por não ser o mais recente do partido. Como foi explicitado anteriormente, o recorte de tempo dessa dissertação é o período das eleições de 2024 e seria inconsistente analisar um estatuto aprovado após o pleito. Isso não sugere que o PSDB tenha alterado suas estruturas internas de maneira tão radical a tornar toda a análise do estatuto obsoleta, mas é necessário compreender que este trabalho não consiga captar as mudanças e os resultados não devem ser interpretados como um retrato atual do partido.

O estatuto do PSDB, similarmente aos partidos anteriores, estabelece diretrizes para a formação de convenções de seleção de candidatos e dos membros dos diretórios municipais, sendo os critérios para fazer parte da convenção de seleção de candidatos:

- Membros do diretório municipal;
- Parlamentares (em todos os níveis) que residam eleitoralmente no município;
- Membros do diretório estadual com domicílio no município;
- Delegados eleitos do município para a convenção estadual de seleção;
- Delegados eleitos por diretórios zonais (em municípios com mais de 500 mil habitantes).

As convenções do PSDB são formadas por grupos similares aos das convenções do PP e do MDB com algumas pequenas mudanças. Os diretórios municipais e zonais são eleitos através de todos os membros filiados com seis⁴⁹ meses de permanência no partido enquanto residentes no município/zona. O partido reduz o tempo de filiação para 30 dias quando se trata da filiação de titulares de mandatos eletivos ou “figuras notórias”⁵⁰. Portanto, os membros partidários sem funções específicas atuam na eleição dos diretórios municipais/zonais, feita através de chapa e de forma proporcional similarmente ao PP e ao MDB. Com relação ao processo de seleção a candidaturas a vereador, o estatuto não define especificamente as plataformas de apresentação das chapas com pré-candidaturas para vereadores, apesar de determinar a distribuição proporcional, o que sugere indicações por parte de lideranças partidárias locais. Também similar aos partidos anteriores, o diretório municipal estabelece uma comissão executiva municipal.

Figura 8- Trajetória do aspirante no PSDB

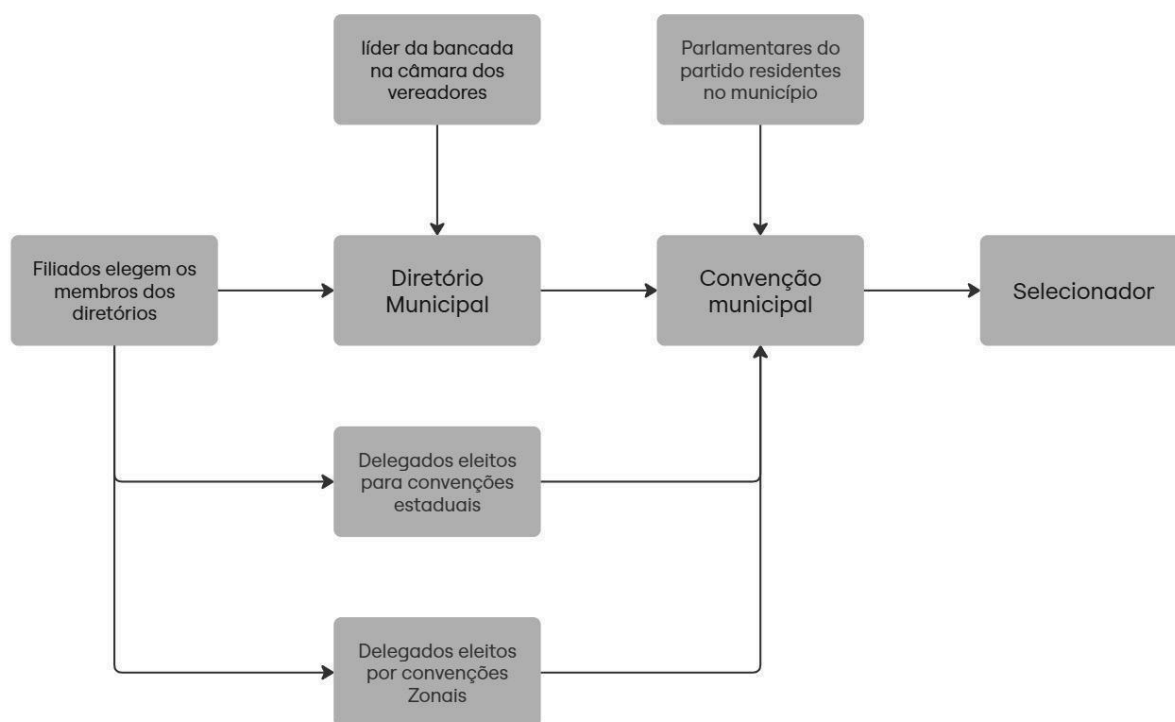


Fonte: Elaborado pelo autor

⁴⁹ Exceto nos casos da eleição do primeiro diretório no município/zona (30 dias)

⁵⁰ “A critério da comissão executiva superior”

Figura 9- Formação do órgão seletor no PSDB



Fonte: Elaborado pelo autor

A convenção municipal tem suas decisões ratificadas pela instância superior (órgãos estaduais), mas não há indícios no estatuto que garantam o poder de seleção de candidatos por essas instâncias superiores no caso de omissão da esfera municipal. As conclusões que podem ser retiradas com relação à formação do órgão seletor são relativamente próximas das apresentadas sobre o MDB. O diretório permite que todos os membros filiados no município (com restrição de tempo) decidam os diretórios que compõem o órgão seletor, o que caracteriza o PSDB em uma posição similar à do MDB e do PP. Através de um órgão executivo municipal o poder decisório de candidaturas fica concentrado em uma elite local que é parcialmente eleita em convenções e parcialmente composta por lideranças partidárias já estabelecidas (parlamentares residentes no município), o que caracteriza um órgão seletor menos inclusivo. Com relação aos critérios para candidatura, o estatuto não apresenta critérios rígidos além da filiação, o que indica alta inclusividade neste quesito.

Com relação ao recrutamento, o PSDB apresenta estruturas internas de formação política e encoraja candidatos e ocupantes de cargos a participarem

dessas estruturas. O partido, no entanto, não apresenta obrigatoriedade de participação dos filiados nessas formações. Considerando os dois tipos, é possível afirmar a partir desse estatuto que o PSDB pratica o recrutamento extensivo e intensivo, mas sem obrigatoriedades programáticas de formação política, o que implica um peso maior do recrutamento intensivo.

4.5 Partido Socialista Brasileiro

O estatuto do PSB define as comissões executivas como responsáveis por elaborar listas únicas com os nomes dos pré-candidatos e os “congressos”⁵¹ como a convenção de seleção de candidaturas. No nível municipal, as comissões executivas municipais recebem chapas que só são aprovadas caso apresentem apoio de 5% dos membros votantes no congresso municipal. É interessante destacar que o estatuto estabelece três critérios avaliativos (e ordem de importância) para a seleção das chapas apresentadas. É possível questionar a subjetividade e importância desses critérios, mas é interessante evidenciar a apresentação explícita deles no estatuto.

1. Candidatos com militância partidária comprovada e vida orgânica;
2. Candidatos que militam no movimento social;
3. Candidatos com notória expressão política no campo progressista

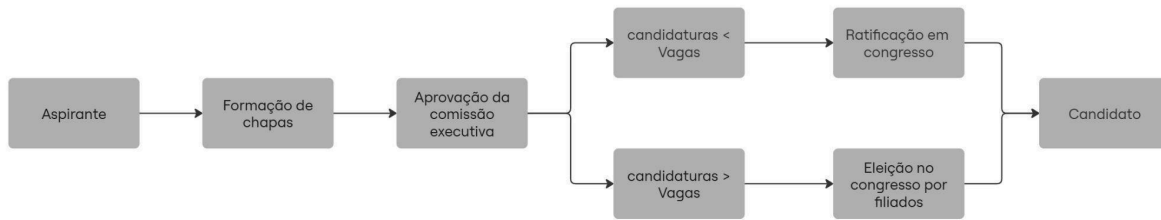
Continuando com relação à estrutura do órgão seletor, a comissão executiva municipal é eleita pelos membros dos diretórios municipais. Os diretórios e seus membros são eleitos através de congressos municipais com participação permitida dos filiados com residência eleitoral no município em específico⁵². O estatuto por si não define as especificidades de cada congresso e nem membros fixos dos diretórios, mas determina que a criação de congressos para formar novos diretórios municipais cabe apenas à comissão executiva nacional. Eleitos os diretórios e definidas as comissões executivas, estas recebem e filtram as pré-candidaturas (apresentadas em chapas) e apresentam-nas nos congressos municipais

⁵¹ Nomenclatura oficial no estatuto para convenções, similar aos “encontros” no PT.

⁵² No estatuto em si não fica clara essa participação dos filiados, mas foi possível ver através de diretrizes específicas para 2024.

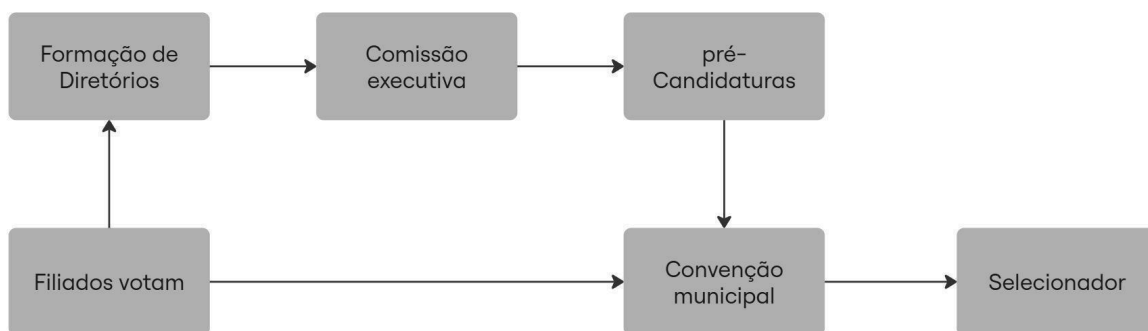
específicos, que ratificam e escolhem (no caso de mais pré-candidatos do que vagas) as candidaturas lançadas.

Figura 10- Trajetória do aspirante no PSB



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 11- Formação do órgão seletor no PSB



Fonte: Elaborado pelo autor

O estatuto do PSB é notoriamente o mais antigo e menor em quantidade de páginas de todos os partidos presentes nessa análise e boa parte dos critérios e diretrizes são delegados ao diretório e comissão nacional em convenções periódicas. Mesmo assim, é possível determinar a trajetória do aspirante e a maneira como é formado o órgão seletor. Dentre todos os partidos, o PSB apresenta uma estrutura municipal mais similar a do PT, preenchida de critérios programáticos e com uma maior participação dos membros filiados. O estatuto não estabelece requisitos⁵³ aos filiados para participar das decisões internas e nem para se candidatarem a cargos eletivos dentro e fora do partido, com exceção da coerência programática e participação ativa em alguma das entidades de militância do partido.

Pelo que estabelece o estatuto, os critérios para candidaturas são inclusivos e programáticos. O órgão seletor da entidade municipal é formado, principalmente,

⁵³ Além dos estabelecidos pelas regras nacionais dos partidos políticos, como ter título de eleitor, estar em dia com as obrigações políticas...

pelas comissões executivas (selecionando pré-candidatos) e pelas convenções formadas pelo eleitorado residente no município (selecionando os candidatos). A característica, portanto, é de um “seletorado”⁵⁴ um pouco mais inclusivo que o apresentado pelo PT. As convenções e comissões executivas municipais, no entanto, ficam mais restritas a decisões das instâncias superiores, o que caracteriza no PSB um maior nível de centralização (ao menos pelo estatuto) do que nos outros partidos analisados. O estatuto não estabelece completamente todos os processos municipais, deixando parte a ser definido pelas convenções e diretórios superiores e exalta bastante essa hierarquia e dependência.

Com relação ao recrutamento, o PSB apresenta estruturas internas de formação política com certo nível de obrigatoriedade. Ao ser considerada virtuosa a participação do filiado é obrigatória a do pré-candidato nas estruturas formativas. Através do estatuto, é possível posicionar o PSB como similar ao PT em relação ao recrutamento, ou seja, majoritariamente extensivo.

4.6- Conclusão da análise dos estatutos

Todos os 5 estatutos analisados apresentaram algumas semelhanças, principalmente entre o PP, MDB e PSDB e entre o PT e o PSB. Apesar de pequenas diferenças, todos os estatutos definiram uma estrutura mais descentralizada, órgãos seletores mais exclusivos e critérios para candidaturas mais inclusivos. Apesar de não ter sido comentado nas análises individuais, todos os partidos apresentaram estatutos relativamente similares, com alguns trechos repetidos entre eles. Isto não implica necessariamente em estatutos “copiados”, mas sim em documentos que surgiram dentro de um mesmo sistema partidário e que partem das mesmas regras gerais. As diferenças, no entanto, servem para caracterizar algumas diferenças entre os estatutos apontadas no quadro 6, que também serve como um breve resumo desta análise:

⁵⁴ Tradução direta do termo *Selectorate*, utilizado por Hazan e Rahat e outros autores na língua inglesa. Neste trabalho, o termo é utilizado de forma alternada e com o mesmo significado de “órgão seletor”.

Quadro 6- Características dos estatutos

Partidos	Órgão seletor	Potencial candidato	Autonomia municipal
PT	Delegados e Diretórios municipais	Filiado por 6 meses no momento da convenção, alta coerência programática ⁵⁵	Instâncias superiores ratificam as decisões ou atuam em caso de omissão/ descumprimento
PP	Diretórios municipais, elites locais e ocupantes de cargos eletivos	Filiados sem restrições explícitas com aprovação das elites locais	Instâncias superiores ratificam as decisões ou atuam em caso de omissão/ descumprimento
MDB	Diretórios municipais, liderança da bancada e delegados zonais	Filiados sem restrições explícitas com apoio das elites ou de parte dos filiados locais	Instâncias superiores ratificam as decisões ou atuam em caso de omissão/ descumprimento
PSDB	Diretórios municipais, liderança da bancada, delegados zonais e ocupantes de cargos eletivos	Filiados sem restrições explícitas com apoio das elites locais	Instâncias superiores ratificam as decisões apenas
PSB	Membros filiados do município e comissões executivas	Filiados com alta coerência programática e participação nas entidades partidárias	Instâncias superiores determinam a existência das municipais e detêm poder de interferir nas decisões internas

Fonte: Elaborado pelo autor

Outro ponto interessante é que, apesar de algumas especificidades, todos os estatutos definiram (em diferentes níveis) os diretórios municipais como parte integral do processo de seleção. Nenhum partido elevou a decisão para instâncias superiores (em casos normais) ou anulou a participação dos diretórios municipais, determinando órgãos seletores formados apenas pelos filiados locais. As características evidenciadas concordam com os padrões encontrados na literatura e apresentados no capítulo 2 deste trabalho (Siavelis; Morgenstern, 2008. Braga; Veiga; Miríade, 2009. Braga; Speck, 2022) e possivelmente apresentam características que serão reproduzidas em outros estatutos não incluso neste

⁵⁵ Coerência programática é tecnicamente um requisito para candidatos e filiados em todos os partidos. Aponto esse requisito no PT em específico pela apresentação de termos e sanções específicos de coerência programática para candidatos de maneira exclusiva.

trabalho. No entanto, a ausência da análise de outros estatutos juntamente com a limitação a apenas o estatuto mais recente do partido evitam implicações mais precisas e profundas da análise.

Além das três características principais apresentadas no início do capítulo (formato do órgão seletor, critérios formais e a autonomia municipal) e a adição da investigação do tipo principal de recrutamento apresentado pelo partido, foi possível identificar outra dimensão de avaliação entre os estatutos: a formatação oficial. Tanto PP, MDB, PSDB e PSB apresentam estatutos similarmente formatados em seus sites oficiais, sendo esses as versões digitais natas ou digitalizadas⁵⁶ dos documentos apresentados no TSE. Nesses casos, o conteúdo dos estatutos é idêntico e a formatação é idêntica ou quase idêntica aos presentes no repositório oficial do Tribunal Superior Eleitoral. O PT, no entanto, apesar de apresentar o conteúdo idêntico ao repositório oficial⁵⁷, apresenta em seu endereço virtual uma formatação radicalmente diferente, polida e com elementos estilísticos (fonte, cores e elementos pré-textuais). Apesar de ser difícil estabelecer critérios para esse elemento e estipular impactos dessas mudanças, principalmente pela sua subjetividade, a diferente formatação do estatuto do PT para os filiados implica em uma maior atenção na apresentação do estatuto partidário para as bases filiadas. Essa maior atenção também facilita a análise individual do estatuto. O estatuto do PT também apresentou de forma mais clara os processos internos de seleção de candidatura, tanto em linguagem como na presença de detalhes e caminhos específicos para candidatos e membros do órgão seletor.

Os estatutos do PT e do PSB (até certo nível) são os únicos entre todos os analisados que definem estruturas formativas internas obrigatórias para seus membros e potenciais candidatos. Os dois partidos apresentam de forma específica critérios e “virtudes” dos membros e pré-candidatos relacionados à participação de cursos formativos e da coerência programática, enquanto os demais estatutos apenas apontam a coerência programática dos membros como uma obrigação, mas sem definir estruturas obrigatórias. Os documentos do MDB e do PSDB, apesar de não determinarem nenhum tipo de obrigatoriedade, apresentam estruturas internas

⁵⁶ Impressas, assinadas e digitalizadas.

⁵⁷ O que é lógico, considerando a obrigatoriedade de aprovação do conteúdo pelo TSE.

de formação programática e encorajam os membros a participarem das mesmas. A ausência de obrigatoriedade, no entanto, caracteriza a formação política dos membros como opcional. O estatuto do PP, apesar de demandar coerência programática, não delimita órgãos ou estruturas específicas de formação política.

Quadro 7- Estruturas internas de formação política

Estruturas de formação política	Estruturas delimitadas e obrigatórias	Estruturas delimitadas e opcionais	Sem estruturas delimitadas
Estatutos	PT PSB	MDB PSDB	PP

Fonte: Elaborado pelo autor

A presença constante de pequenas comissões (os diretórios municipais) tanto em acatar e apresentar pré-candidatos e (na maioria dos casos apresentados) de decidir os candidatos que serão lançados pelo partido na escala municipal contribui para o argumento de que as elites locais detêm alto poder de decisão. Além disso, as elites locais se tornam verdadeiros *gatekeepers*⁵⁸ ao determinar quais candidaturas poderão ser avaliadas pela estrutura partidária ou não. Os critérios formais apresentam diretrizes e estruturas de seleção mas, pelo seu caráter formal, acabam não captando as especificidades dos agentes envolvidos no processo de seleção de candidatos na formação de candidaturas. No próximo capítulo, apresento os resultados da coleta de dados através de questionários e entrevistas semi-estruturadas com filiados e elites partidárias locais dentro da RMR buscando evidenciar alguns desses potenciais critérios informais que escapam da análise dos estatutos.

⁵⁸ Apesar de não serem os únicos em todos os casos, a análise dos estatutos evidencia a constante importância dessas elites ao decidir as candidaturas.

5- Elementos informais do processo de seleção de candidaturas

Os critérios informais, como apresentados no capítulo 2, incorporam os elementos com potencial de afetar o processo de recrutamento de bases partidárias e a seleção de candidaturas do partido dentro das diversas instâncias internas. Os critérios informais são demandas ocultas nos estatutos partidários mas incorporadas pelos *gatekeepers* tanto para aprovar pré-candidaturas dos aspirantes como para selecionar dentre esses pré-candidatos os que entrarão na eleição carregando o nome do partido. Os critérios informais podem ter diversas origens, podendo partir de interpretações diferentes de diretrizes partidárias abrangentes, eventos no período pré-eleitoral (no contexto nacional, estadual e local), convicções/preferências⁵⁹ específicas dos *gatekeepers* ou outros tipos de critérios avaliativos que podem ter base no contexto eleitoral ou não.

A rigidez dos critérios formais (estatutos) pode limitar o poder dos *gatekeepers* através de processos de formação, seleção e ratificação de pré-candidaturas descritos em amplo detalhe ou estabelecendo critérios únicos para avaliar as candidaturas. No entanto, a manutenção da autonomia e da flexibilidade dos órgãos seletores municipais se mantém como um padrão dentre os estatutos apresentados anteriormente (mesmo que em diferentes níveis) para a fácil adaptação a situações específicas ou contextos regionais, algo que os estatutos afirmam abertamente⁶⁰. Os critérios formais, portanto, ratificam ou não delimitam (através da omissão) a formação de critérios informais específicos pelas elites locais nas eleições municipais. Esses critérios informais “ratificados” pelos estatutos obviamente não incluem diretamente a exclusão feita por *gatekeepers* de certos setores da sociedade (por crença ou questões étnicas, sexualidade ou gênero), mas podem contribuir para sua disseminação ou não a partir da ausência de diretrizes específicas ou mecanismos internos de desencorajamento desses critérios. Apesar

⁵⁹ O indivíduo pode ser intolerante religioso, acreditar que mulheres não tem “perfil” para a política, ter algum tipo de preferência étnica ou qualquer convicção/preferência com base na origem social/cultural dos aspirantes, por exemplo.

⁶⁰ Em todos os estatutos analisados (com exceção parcial do PSB), os diretórios ou convenções municipais tinham como atribuição a definição de estratégias e análises de conjuntura do contexto municipal para determinar a quantidade e a formação das candidaturas lançadas ao legislativo municipal.

da relevância do tema, limitações metodológicas impedem este trabalho de determinar exatamente esses mecanismos ou fatores estatutários que mitigam/favorecem o surgimento desses critérios informais específicos.

Coleta de Dados na RMR

A análise dos estatutos partidários por si só é insuficiente para a captação desses critérios informais, o que dificulta bastante a mensuração da sua extensão e de suas implicações para o processo partidário de seleção de candidatos como um todo. Apesar da dificuldade envolvida em identificar essas características tão importantes quanto sigilosas do processo pré-eleitoral, há maneiras já apresentadas por trabalhos anteriores (Anjos, 2018. Maymone, 2023) de identificar esses critérios em nível qualitativo de análise. A aplicação de questionários, amplamente difundida não somente na ciência política como em diversas outras áreas do conhecimento que necessitam buscar evidências empíricas, se torna uma dessas maneiras de coleta de dados.

Os questionários podem ser aplicados de forma presencial ou a distância (ligações ou por plataformas virtuais) e possuem um amplo alcance para a coleta de respostas a questões previamente definidas. Seus resultados podem ser representativos de uma realidade (com amostragem) ou trazer *insights* gerais sobre determinados assuntos. Outra maneira com menor escopo mas maior riqueza de informações é a aplicação de entrevistas semiestruturadas. Apesar da menor difusão do método na ciência política⁶¹ em comparação com os questionários, o método de entrevista semiestruturada apresenta um potencial de obtenção de informações pela sua menor rigidez e maior adaptabilidade a questões específicas que possam surgir durante a entrevista. Esses métodos, além de permitirem a identificação dos critérios formais e aspectos gerais através da perspectiva dos participantes (também encontrados nos estatutos), facilitam de forma única a captura dos critérios informais presentes nestes processos internos pré-eleitorais.

⁶¹ As entrevistas semi-estruturadas são extremamente frequentes em trabalhos jornalísticos na produção de matérias ou artigos para veículos de mídia. Apesar disso, variações da metodologia aparecem em trabalhos científicos mas de forma limitada na ciência política, de acordo com Rocha (2020).

Os dois métodos de coleta de dados apresentados anteriormente apresentam uma característica similar: envolvem diretamente o objeto de estudo, ou seja, membros partidários, *gatekeepers* e participantes ativos na seleção (filiais ou candidatos). Por envolverem seres humanos de forma direta, todo planejamento de coleta foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) responsável da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) através de projeto enviado para a Plataforma Brasil⁶². A coleta de dados, portanto, seguiu diretrizes específicas estabelecidas pelo CEP e adaptadas pelo pesquisador para evitar qualquer tipo de dano material ou emocional aos participantes e garantindo a confidencialidade dos mesmos. A submissão e aprovação ao CEP é comum para trabalhos da área de saúde ou que envolvam tópicos extremamente sensíveis (como vítimas de violência), o que pode sugerir certo “exagero” do pesquisador ao incluir o CEP em uma pesquisa com membros e lideranças partidárias.

No entanto, argumento que a aprovação do CEP, apesar de aumentar a quantidade de trabalho e tempo envolvido para a realização da pesquisa, se torna necessária e benéfica para esta dissertação. Por se tratar de um trabalho com coleta primária de dados, ou seja, direto da fonte, e por trabalhar temas potencialmente traumáticos ou sigilosos, tanto o pesquisador como os participantes devem ter mecanismos legais que defendam seus interesses e direitos ao participar do trabalho. Além de mitigar o risco de causar situações de desconforto para o participante, o CEP determina diretrizes para o uso dos dados obtidos, garantindo que o pesquisador possa utilizar o material coletado da maneira apresentada no projeto. Além da segurança do pesquisador e do objeto de estudo, é possível argumentar que o CEP aumenta a “percepção de legitimidade” do estudo⁶³, fortalecendo a confiança dos participantes e incentivando a participação. Admito que a última afirmação não possui embasamento de trabalhos empíricos, apenas de experiência própria. Mesmo sem o último benefício, a segurança e bem estar do pesquisador e dos participantes faz parte de um comprometimento ético do conhecimento científico e mais do que justifica a participação do CEP na aprovação dessa pesquisa.

⁶² Sistema unificado do ministério da saúde para a submissão de projetos que envolvam seres humanos. O documento de aprovação do projeto se encontra nos anexos.

⁶³ A presença de termos específicos, documentos oficiais e de caminhos claros e diretos para que o participante retire-se da pesquisa quando quiser passam a ideia de algo oficial.

Antes de adentrar nos procedimentos específicos de coleta de dados e nos resultados obtidos por cada um, é importante discutir algumas das limitações e desafios encontrados por este trabalho. O primeiro desafio foi o acesso aos respondentes. Todo o processo de coleta desta etapa foi efetuado com o apoio de familiares ou pessoas próximas que se dispuseram a compartilhar inicialmente o questionário para dar início ao processo de bola de neve⁶⁴. Os questionários foram enviados diretamente aos potenciais respondentes que poderiam (sem nenhum tipo de obrigatoriedade) enviar para outros potenciais respondentes e as entrevistas foram realizadas através de contatos entre conhecidos do pesquisador ou diretamente dos respondentes dos questionários.

Outra limitação foi a baixa taxa de resposta. Por conta da ausência de plataformas de difusão de alto alcance (como as redes internas de comunicação entre membros partidários), o trabalho enfrentou uma baixa adesão, o que já se apresenta como uma característica comum do uso de questionários e as limitações implícitas do método de entrevista. As limitações específicas de cada método serão apresentadas nos seus respectivos tópicos, mas é possível afirmar de maneira geral que os resultados aqui obtidos não são (e nem pretendem) ser representativos de todo o universo da análise (Região Metropolitana de Recife). Apesar disso, ainda é possível formular conclusões e argumentos a partir dos achados. Por se tratar de uma análise qualitativa, não houve “pisos” nem “tetos” de respondentes, apenas a busca pela maior quantidade possível dentro dos limites do pesquisador para enriquecer a análise posterior à coleta.

Em retrospectiva, o recorte geográfico foi extenso demais e a ausência de limitações sólidas de quais partidos seriam estudados (ao invés de optar por incluir todos) traria mais benefícios e é fortemente recomendada para trabalhos de escopo similar. Mesmo com o objetivo de cobrir toda a RMR, os resultados cobriram apenas os municípios de Olinda, Recife e Paulista.

⁶⁴ Estratégia de difusão de questionários onde os participantes são encorajados a compartilhar os questionários, gerando mais participantes e criando um efeito “bola de neve”

Toda a trajetória metodológica desta etapa desde a formulação dos instrumentos de coleta, a submissão ao CEP, a execução e a interpretação dos resultados foi marcada por limitações metodológicas, do objeto de estudo e do pesquisador em si. Em retrospectiva, apesar da utilidade da metodologia apresentada em captar as especificidades dos critérios informais, ainda houve limitações que poderiam ser mitigadas pelo refinamento das ferramentas metodológicas utilizadas ou da apresentação de metodologias diferentes e feitas sob medida para este objeto em específico. Algumas das limitações já apresentam meios de superação, como a contratação de empresas dedicadas à aplicação de questionários e entrevistas⁶⁵ mas que não puderam ser aplicadas a esta dissertação por limitações orçamentárias. Outras limitações, no entanto, partem da amplitude do recorte geográfico estudado e as soluções implicam a necessidade do aprimoramento de desenhos de pesquisa futuros.

Essas limitações não implicam na nulificação das contribuições deste trabalho pois ainda é possível retirar conclusões do que foi obtido (como dito anteriormente). Além disso, acredito que as críticas e o refinamento das metodologias aplicadas ao estudar os processos internos de seleção partidária só têm a contribuir com trabalhos futuros e, ao apontar as limitações e problemas sofridos durante a coleta, este trabalho fornece material e direcionamento para o desenvolvimento de trabalhos futuros robustos que possam enfrentar problemas similares. A exposição das dificuldades e o aprendizado obtido através das limitações se torna, mesmo que de forma não planejada, uma das maiores contribuições desta dissertação.

5.1- Questionários

Os questionários foram utilizados como uma das principais formas de coleta de dados na RMR, seguindo como inspiração para o conteúdo das perguntas os questionários aplicados na tese de Anjos (2018). A metodologia foi incluída na coleta pelo potencial de obter informações específicas sobre os membros partidários respondentes, tempos de filiação, percepções sobre os órgãos seletores do próprio

⁶⁵ Que potencializam a quantidade de mais participantes.

partido e, em seções específicas, de pessoas que tentaram se candidatar em 2024 e suas experiências com os *gatekeepers*. O questionário foi aplicado exclusivamente de forma virtual, através da plataforma *google forms*. Foram apresentadas 46 perguntas no total, sendo essas perguntas divididas em 9 seções específicas que apareciam ou não a depender das respostas às últimas perguntas. Através de alguns testes, foi determinado que o tempo de resposta seria de 15 a 25 minutos em média, a depender de que seções seriam apresentadas ao participante.

Seguindo as diretrizes do CEP, nenhuma das perguntas permitiu a identificação dos respondentes, não houve coleta dos nomes ou endereços de e-mail utilizados para responder os questionários e todas as perguntas se apresentavam como “opcionais”, não havendo nenhum tipo de obrigatoriedade de resposta a questões específicas para completar o questionário. O questionário por completo e suas respostas⁶⁶ se encontram disponíveis nos apêndices deste trabalho. Os critérios de inclusão para ter as respostas validadas foram :

- Residir eleitoralmente em algum dos 14 Municípios da RMR;
- Ser membro filiado de qualquer partido político com órgão municipal presente na RMR.

Após a elaboração, os questionários foram enviados por e-mail, Instagram e whatsapp⁶⁷ para todos os parlamentares, gabinetes e câmaras municipais da RMR, candidatos às eleições de 2024 registrados no TSE, perfis públicos de caráter partidário (tanto da organização como de indivíduos) e para familiares e conhecidos do pesquisador dentro dos critérios de inclusão. Apesar dos diversos meios de divulgação do questionário, o pesquisador admite que não contabilizou o total de envios em todas as suas formas e nem consegue identificar o total de indivíduos que chegaram a ver o convite para responder ao questionário (pela difusão entre respondentes). No entanto, estima-se que o pesquisador o enviou diretamente para mais de 200 indivíduos/organizações (considerando os 127 emails enviados

⁶⁶ As respostas foram tratadas pelo autor para evitar o reconhecimento dos participantes e para a padronização das respostas de algumas perguntas abertas. As respostas podem ser encontradas no projeto do [OSE](#) do trabalho.

⁶⁷ Todos esses meios foram utilizados de acordo com a disponibilidade e apenas para endereços/perfis explicitamente caracterizados como perfil público.

contabilizados e o histórico de mensagens no instagram e whatsapp). Em todos os meios, o envio do endereço para responder aos questionários era acompanhado de um texto de apresentação pré-escrito (ou não, no caso do whatsapp) sobre a pesquisa, o formato dos questionários, a garantia de confidencialidade e a finalidade da coleta de dados.

Com relação à preparação prévia aos envios, o pesquisador elaborou uma lista com os endereços de email dos vereadores atuantes e das câmaras municipais tanto para envio dos questionários como também para efetuar as entrevistas semiestruturadas. A ausência de meios de contato (ou até mesmo de listas dos parlamentares ativos) nos endereços virtuais de algumas das câmaras (notoriamente Olinda e Araçoiaba) gerou dificuldades na formulação desta lista prévia. Além dessas dificuldades de obtenção, grande parte dos endereços virtuais e/ou perfis de redes sociais estavam inativos⁶⁸ e não puderam ser utilizados para alcançar os parlamentares ou instituições municipais. Diversos canais tradicionais de comunicação não foram efetivos para alcançar muitos dos potenciais respondentes, principalmente os vereadores de diversos municípios da RMR.

O envio foi feito em 3 rodadas principais, sendo a primeira logo na abertura do questionário para respostas, a segunda no meio do processo e a terceira para anunciar o último dia de coleta. As rodadas tiveram sua data de início logo após a aprovação do projeto pelo CEP e a emissão do parecer e cada uma durou em média 7 dias.

Quadro 8- Rodadas de envio dos questionários

Rodadas de coleta	1 rodada (10/10/2025)	2 rodada (25/10/2025)	3 rodada (17/11/2025)
Principais ações tomadas	Envio de emails para os parlamentares e instituições. Envio para pessoas conhecidas.	Reenvio dos emails da primeira etapa. Envio para candidatos das eleições de 2024 e perfis públicos nas redes sociais.	Re-envio de emails e mensagens anunciando o prazo final da coleta (10/12/2025).

Fonte: Elaborado pelo autor

⁶⁸ Havia perfis sem atividades por anos e emails que retornavam com avisos de contas suspensas. Em alguns dos municípios, todos os e-mails dos parlamentares eram restritos a receber mensagens de contas apenas da mesma instituição.

Apesar da organização das três etapas, durante todo o processo (do início de outubro ao início de dezembro) envio dos questionários para potenciais respondentes continuou. A estrutura de três etapas não foi definida previamente e é apenas uma categorização dos principais momentos de disseminação dos questionários e das adaptações feitas pelo pesquisador para mitigar a baixa adesão. Inicialmente foi planejada apenas a 1ª, sendo as duas seguintes consequências do pouco funcionamento da estratégia de “bola de neve”.

Apesar de não haver um mínimo de respondentes para validar os resultados pelo caráter qualitativo da coleta, havia uma expectativa de um total de 30 respondentes. A quantia final de participantes, no entanto, apenas alcançou um pouco mais da metade da expectativa, com 16 no total. Ou seja, com uma estimativa de 200 indivíduos/grupos que receberam o questionário diretamente (sem contar com a difusão entre respondentes), apenas 16 respostas foram obtidas. É difícil estabelecer um diagnóstico preciso para a baixa adesão, principalmente considerando a falta de mecanismos pré-estabelecidos para captar essas causas. A baixa adesão pode ter sido um efeito do tema do questionário, a forma de difusão, público alvo e/ou da falta de incentivos para responder. Não adianta tentar especular sobre as potenciais causas sem evidências concretas.

Retornando a estrutura do questionário, as nove⁶⁹ seções foram divididas em:

1. Apresentação do questionário, dos termos do CEP e concordância com a coleta (Uma pergunta apenas para demonstrar concordância com a participação).
2. Informações gerais (Idade, etnia, gênero, etc).
3. Trajetória política (Qual partido, município, foi filiado em outro partido)
4. (caso tenha tentado ser candidato em 2024) motivos para aprovação/reprovação da candidatura pelo partido e motivações do candidato.
5. opinião do respondente sobre o processo interno de seleção.

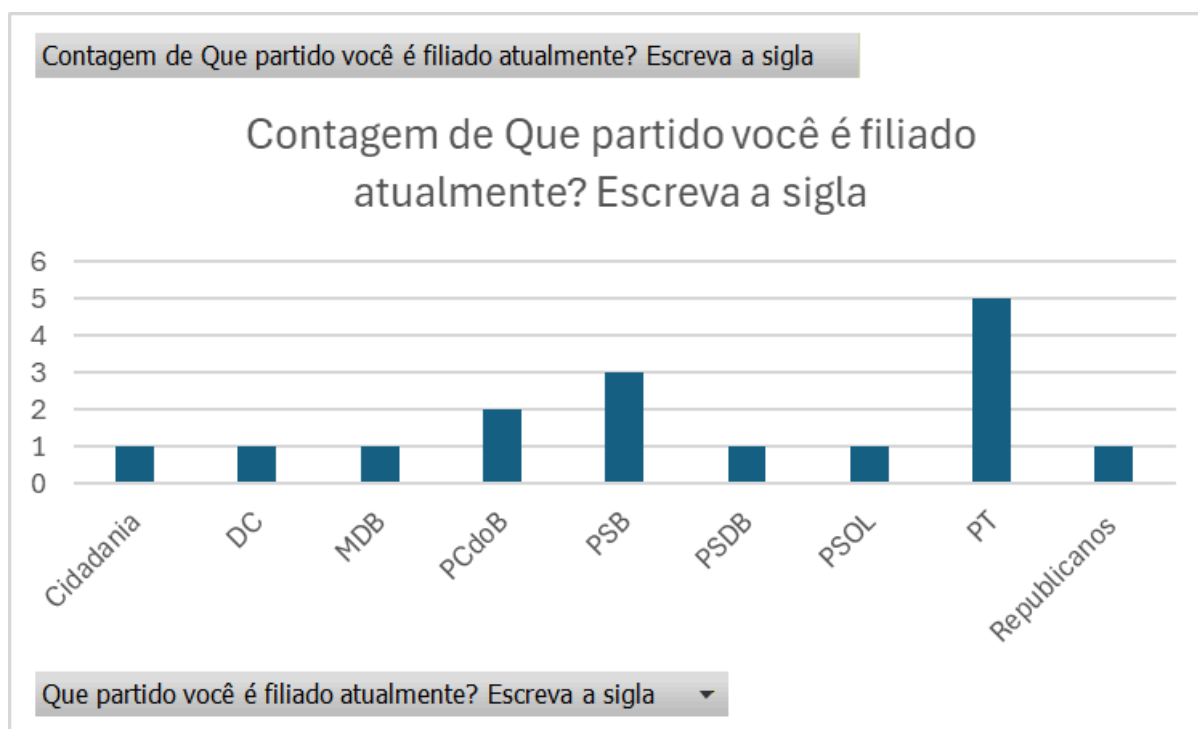
⁶⁹ As “seções” são divisões de formatação no *Google Sheets*. As perguntas aparecem em uma “página única” determinada por quais compõem aquela seção. Portanto, eu utilizo tanto como delimitação temática como estética (para não ficar uma página muito grande) e funcional (para respondentes que utilizam telefone).

6. Continuação do anterior, mas com perguntas de escalas de 1 a 10 (separadas por questões estéticas).
7. continuação da seção anterior, mas com perguntas de múltiplas alternativas (EX: quais são os espaços que seu partido prioriza para buscar candidatos?).
8. (caso tenha sido candidato em 2024) Opinião do candidato com relação a sua candidatura.
9. Agradecimento pela participação, pedido para compartilhar o questionário e uma versão reduzida dos termos do CEP e contato do pesquisador (sem perguntas).

A grande maioria das perguntas foi de múltipla escolha, com a presença de uma alternativa aberta para o preenchimento. A maioria dessas perguntas recebeu resposta dos 16 participantes, com exceção das direcionadas apenas a candidatos, nas quais apenas dois respondentes participaram. Em retrospectiva, as seções 4 e 8 não foram unificadas em apenas uma seção, para não criar um fluxo muito grande de perguntas e pela separação entre o processo de formação de pré-candidaturas (aprovação interna pelas convenções do partido) e de candidaturas concretizadas (experiências pós-convenção no período de campanha).

Com relação à distribuição dos 16 respondentes, 9 são de Recife, 4 de Olinda e 3 de Paulista, atingindo apenas 3 dos 14 municípios da RMR. Com relação aos partidos, os respondentes se apresentaram como filiados do Cidadania, Democracia Cristã (DC), MDB, Partido Comunista do Brasil (PCdoB), PSB, PSDB, PSOL e Republicanos, apresentando uma variedade de 9 partidos no total. Apesar da pouca variedade de municípios (apenas 3), a presença de 9 partidos diferentes entre os respondentes gera variedade suficiente para a análise. Os três municípios representados são aqueles imediatamente próximos do município de residência do autor, o que pode ter sido reflexo da difusão dos questionários juntamente com a grande presença de órgãos partidários existentes nesses municípios. O gráfico 1 ilustra os partidos que os participantes afirmaram ser filiados.

Gráfico 1 - Partidos dos respondentes



Fonte: Elaborado pelo autor no Excel através dos questionários.

As primeiras perguntas do questionário (na seção 2) buscam identificar algumas características socioeconômicas dos respondentes. Apesar de não ser a prioridade do trabalho, essas perguntas permitem a criação de uma breve descrição das características de quem respondeu ao questionário⁷⁰. Os respondentes tinham em torno de 50 anos, quase todos homens e com nível superior completo. Com relação à Cor/Etnia e Religião/crença, metade se apresentou como da cor “Branca” e como católicos.

Apesar da separação por partido, não é possível classificar os partidos de acordo com os achados deste trabalho, principalmente pela ausência de uma amostra representativa dos membros do partido e de todos os partidos ativos na RMR. No restante deste tópico, serão apresentadas apenas as conclusões que podem ser retiradas do questionário que são relacionadas ao processo de seleção de candidatos no geral e sobre os critérios informais.. Essas conclusões, apesar de não partirem de uma amostra representativa dos partidos e filiados na unidade geográfica de análise, servem para ilustrar alguns padrões já apresentados

⁷⁰ As informações completas, juntamente das respostas dos questionários, estão presentes no OSF.

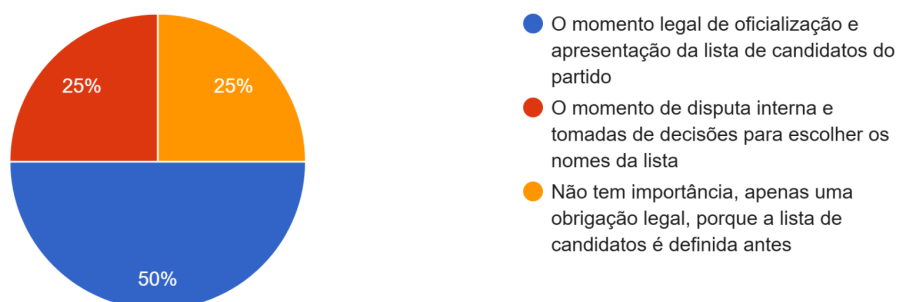
anteriormente na literatura e, em específico, demonstrar a presença desses padrões na RMR.

Com relação à percepção do processo geral de seleção dos candidatos pelos filiados respondentes, os resultados apontam para a enorme importância das elites partidárias na indicação e na decisão final de quem poderá concorrer às eleições. Apesar dos respondentes enfatizarem a existência de meios participativos para filiados nas discussões e na decisão final (através de voto direto ou necessidade de apoio de parte dos membros), os dirigentes e lideranças locais dos partidos assumem o protagonismo. Quase todos os respondentes (com exceção de 1 respondente filiado ao PSB) apontaram as lideranças partidárias⁷¹ como responsáveis pela escolha dos candidatos. A participação ativa de filiados através de assinaturas para formação de chapas e processos eleitorais internos para seleção de candidato foi uma opção selecionada por 8 dos 16 respondentes.

Com relação à principal convenção de escolha, metade dos respondentes (8) apontaram o “momento legal de oficialização das candidaturas” como a principal, enquanto a outra metade se dividiu igualmente entre o “momento de disputa interno” e “nenhuma”.

Gráfico 2 - Principal Convenção de escolha do partido

Na sua opinião, qual a principal convenção do seu partido no período das eleições
16 respostas



Fonte: Elaborado pelo próprio google sheets a partir das respostas obtidas.

⁷¹ A pergunta dizia: “De uma maneira geral, como o seu partido seleciona os candidatos para as eleições?”.

Nas perguntas de avaliação (1 a 10) do processo de seleção de candidaturas, os respondentes se apresentaram (de uma maneira geral) favoráveis às estruturas definidas pelo partido, em poucos casos oferecendo notas menores que 5⁷². Em retrospectiva, faz sentido a alta avaliação dada pelos respondentes às estruturas dos partidos que os mesmos escolheram para compor. No entanto, é interessante apontar a menor nota dada pelos respondentes no quesito “é burocrática/adota regras formais e etapas claras”, onde houve maior variação das notas atribuídas pelos respondentes. As respostas não são ruins (menores que 5), mas apenas se dividem mais e não atingem, em sua maioria, o 10. Apesar da possibilidade de implicar uma menor importância das regras formais, a expressão “burocrática” detém uma carga negativa, o que pode ter causado essa discrepância nas respostas e em retrospectiva, não deveria ter sido usada. Analisando os respondentes individualmente, alguns atribuem a mesma nota e a grande maioria apresenta pouca variação nas respostas das perguntas de avaliação, mas atribuem notas radicalmente diferentes à pergunta com a expressão “burocrática”. A partir desses problemas apresentados, a utilização das respostas da avaliação das organizações internas se torna inviável.

Com relação aos espaços priorizados para o recrutamento de filiados dos partidos, os respondentes consideram em grande maioria (13) que os movimentos sociais são priorizados para o recrutamento. Empatados em segundo lugar vêm os sindicatos e as categorias profissionais (9) e em terceiro lugar, com menor evidência, as universidades (6). Demais espaços receberam menor importância, inclusive as redes sociais (4 escolhas). Apesar de não ser possível afirmar de forma geral (pelas limitações metodológicas), é possível identificar indícios da importância dos movimentos sociais para a composição de fileiras partidárias. A baixa taxa de escolha das redes sociais e da mídia tradicional (TV, Jornal e Rádio) também aponta para um recrutamento “boca a boca” (através de conversas pessoais), e propagandas direcionadas a certos setores da sociedade, como evidenciado pela alta escolha dos movimentos sociais, sindicatos e categorias profissionais. O recrutamento em universidades também caracteriza a existência de órgãos

⁷² A pergunta pedia uma nota de 1 a 10 em que 1 indicava “discordo plenamente” e 10 “concordo plenamente”.

específicos para recrutar estudantes, normalmente caracterizados como “juventudes” pelos estatutos.

Nas perguntas com o intuito de identificar os critérios informais do processo de seleção, os respondentes apontaram como principais (mais da metade selecionou as alternativas) a expectativa de bom desempenho nas eleições⁷³ e o tratamento prioritário para quem buscava reeleição ao cargo. As perguntas que buscavam identificar os critérios informais apresentavam diversos elementos que poderiam interferir na seleção de candidatos a vereador, sendo uma parte os critérios formais (decisões da convenção, trajetória e fidelidade partidária e as próprias regras do partido). Apesar de não serem suficientes para determinar o grau de importância, os resultados apontam para a existência desses critérios informais. No entanto, ao contrário das expectativas, a alternativa que apontava a existência de um critério informal forte baseado na capacidade do candidato de custear sua própria campanha só foi apontada como principal elemento por 1 dos respondentes.

Por fim, os 2 respondentes que afirmaram terem sido candidatos nas eleições de 2024 eram filiados do PSB e PCdoB. Os dois respondentes apresentaram trajetórias e opiniões diferentes sobre seus respectivos partidos mas apontaram a existência de critérios informais. O candidato do PSB apontou a importância da capacidade de custear a própria campanha como um dos 3 critérios principais para selecionar candidatos, enquanto a candidata do PCdoB aponta a expectativa de votos/base eleitoral como um dos critérios principais. O candidato do PSB não apontou a indicação de elites partidárias como principal meio de seleção de candidatos, apontando a formação e votação de chapas no congresso (assim como descrito na análise do estatuto do PSB) como meio de seleção enquanto a candidata do PCdoB apontou tanto a indicação por dirigentes como a eleição através de delegados. Como última etapa desta seção, foi apresentada uma pergunta aberta direta sobre pré-requisitos para candidaturas para captar algum tipo de critério informal não previsto pelas perguntas anteriores. Ambos responderam “estar apto” e “disposição”.

⁷³ A expectativa de desempenho eleitoral conta como um critério informal por não ser explicitado nos estatutos partidários ou regras gerais como um critério para ser candidato.

As conclusões que podem ser retiradas dos resultados dos questionários condizem com os apontamentos da literatura. As respostas dos questionários apontam para órgãos seletores compostos, principalmente, por elites partidárias locais e, em até certo ponto, por filiados apenas. A alta influência dos diretórios locais e lideranças de grupos internos condiz com o alto poder de elites partidárias, inclusive das locais, de escolher ou ao menos indicar as candidaturas do partido para vereador. Também é possível apontar a existência e importância de critérios informais não definidos pelo estatuto para selecionar as candidaturas, o que era um dos principais objetivos do uso de questionários. Também é possível apontar alguns achados com relação à forma do recrutamento de filiados, caracterizada principalmente por esforços dedicados a setores específicos da sociedade (movimentos sociais, sindicatos e categorias profissionais específicas) e sem uso extenso de mídias virtuais (redes sociais) ou tradicionais (TV, jornal e Rádio). Isso não implica o desuso desses meios, mas aponta um recrutamento mais individual e específico.

Apesar de cumprir com o objetivo de atribuir importância aos critérios informais e identificar alguns deles, como prioridades a reeleições e a importância de recursos próprios, a coleta de dados através dos questionários foi (no geral) insatisfatória. Apesar de ser possível a retirada de algumas conclusões sobre as organizações partidárias na RMR, erros cometidos e limitações do próprio método causaram alguns problemas, como a baixa difusão dos questionários. As perguntas sobre autoavaliação das organizações partidárias também apresentaram resultados insatisfatórios, principalmente pela forma como foram estruturadas e pelos critérios de inclusão escolhidos.

Como aprendizados possíveis dessa aplicação do método de questionários, aponto que a formulação de amostras representativas e o auxílio de empresas especializadas em preparar e difundir questionários⁷⁴ são recomendáveis para retirar conclusões generalizáveis sobre o processo de seleção dos partidos. Os critérios de inclusão foram insatisfatórios⁷⁵, podendo ser refinados para incluir principalmente os filiados ativos no partido que participem ou observem de forma

⁷⁴ Por falta de recursos financeiros e pelos limites de tempo, esses recursos não foram utilizados.

⁷⁵ Mas justificados pela baixa adesão esperada.

mais direta o processo de seleção. A formulação mais elaborada de perguntas/proxys que consigam mensurar os critérios informais também seria benéfico para pesquisas futuras que busquem identificar os processos de seleção. Por fim, o uso da plataforma *google forms* foi definido pela sua gratuidade. O uso de outras plataformas (com ferramentas específicas/mais avançadas de mensuração) também pode ser uma recomendação feita através dos aprendizados desta pesquisa, mas não invalida a utilidade do *google forms* para pesquisas com menor orçamento.

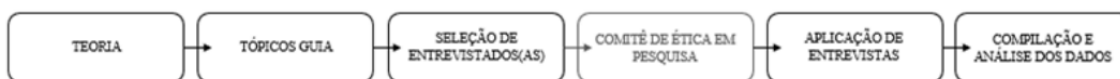
Outro apontamento é a inefetividade de diversos meios tradicionais em alcançar os potenciais respondentes, podendo gerar dificuldades para conseguir propagar o questionário para o público alvo. Essa limitação se aplica principalmente às potenciais respostas obtidas de e-mails e pode ser mitigada pelo uso de canais alternativos, como mensagens através de redes sociais. No entanto, a maioria dos perfis públicos são “robotizados” com resposta automática e podem ser calibrados para descartar de imediato aproximações que se assemelham com mensagens de envio em massa, encorajando o uso de mensagens personalizadas.

5.2- Entrevistas Semi-estruturadas

As entrevistas semiestruturadas foram o segundo método de coleta de dados nos municípios da RMR. A metodologia foi estruturada através das diretrizes estabelecidas pela literatura (Rocha, 2020) e sofreu influências das experiências passadas (Maymone, 2023). Apesar da menor quantidade de participantes possíveis⁷⁶, a metodologia de entrevistas semiestruturadas permite uma obtenção extensa de informações específicas com relação ao tema estudado. Pelo fato de serem semiestruturadas, o método permite a criação de um roteiro “flexível” que inclui perguntas motivadoras presentes em todas as entrevistas ao mesmo tempo que garante espaço para a inserção de perguntas específicas elaboradas no momento da entrevista para esclarecer as especificidades das respostas dadas pelos diferentes entrevistados. A figura 12 ilustra as etapas para a execução do método.

⁷⁶ Pela necessidade de encontro virtual ou físico entre o entrevistador e o entrevistado e pelo tempo exigido (cerca de 40 minutos).

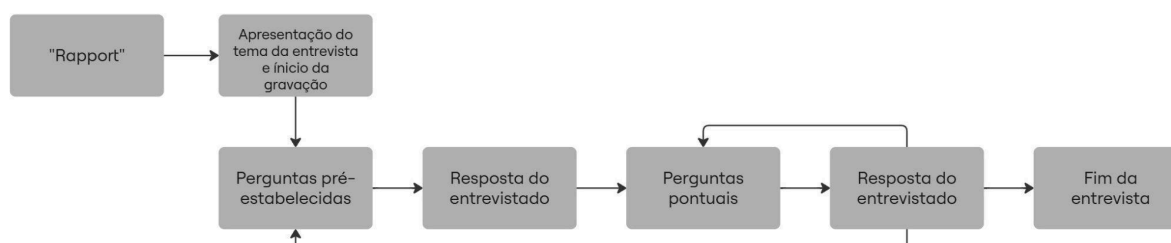
Figura 12- processo de desenho metodológico das entrevistas semiestruturadas



Fonte: Rocha (2020).

Além da “roteirização”, as estruturas semiestruturadas presentes neste trabalho também apresentam outras características definidas pelo trabalho de Rocha (2020), como a presença de um processo de *Rapport*⁷⁷ e a ocultação do tema específico da entrevista para evitar que o entrevistado prepare respostas prontas. A figura 13 apresenta a estrutura padrão de uma entrevista no modelo apresentado no trabalho citado anteriormente e utilizado neste desenho de pesquisa.

Figura 13- Exemplo de entrevista



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas diretrizes da literatura (Rocha. 2020)

Durante o processo para estabelecer *rapport*, o entrevistador conversa com o entrevistado sobre diversos tópicos⁷⁸. Quando o entrevistador considerar que o processo de *rapport* foi concluído ou se muito tempo já se passou, ele deve apresentar a temática da pesquisa e as especificidades da entrevista. Após a concordância do entrevistado, a gravação se inicia e o entrevistador inicia com uma das perguntas estabelecidas no roteiro (geralmente em ordem) e prioriza falar o

⁷⁷ Técnica da psicologia e da comunicação utilizada para estabelecer de forma rápida uma relação de confiança e empatia entre duas pessoas desconhecidas.

⁷⁸ Caminho até o local, eventos do dia ou a temática geral da entrevista.

mínimo possível, focando principalmente em manter o entrevistado no tema. Através disso, o entrevistador vai direcionando e aprofundando a conversa através de perguntas (pré-determinadas ou pontuais) para obter as informações necessárias. Após a satisfação do pesquisador ou imposição do entrevistado, o entrevistador encerra a gravação e pergunta se o entrevistado quer falar algo a mais ou retirar alguma de suas falas anteriores (por qualquer razão), dando fim à entrevista (Rocha, 2020).

Assim como o conteúdo questionário, o roteiro base e o planejamento das entrevistas passou por apreciação ética do CEP para mitigar os riscos envolvidos no processo. Portanto, além de explicitar o tema e os objetivos da pesquisa, o entrevistador desse trabalho também apresentou para cada entrevistado os termos do CEP específicos para realização da pesquisa, explicitados através do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Os entrevistados, assim como os respondentes dos questionários, não poderão ser identificados e o conteúdo das entrevistas pode ser apresentado na dissertação apenas dentro desses limites.

O roteiro elaborado consistia em diversas perguntas que podiam ou não ser feitas (dependendo das respostas obtidas) e sem uma ordem pré-definida. O roteiro completo das entrevistas pode ser encontrado no apêndice do trabalho, mas consiste (em síntese) nas seguintes etapas:

1. Apresentação do tema da pesquisa e identificação do entrevistado (posição no partido e trajetória da filiação).
2. Origens e perfil dos filiados e candidatos.
3. Como aconteceram os processos internos do partido nas eleições de 2024 (se foram excepcionais ou ordinários).
4. Como o partido buscou ou recebeu (dependendo da oferta) candidaturas em 2024 e se houve dificuldades.
5. Quais critérios para candidaturas e qual seria o “perfil ideal” de um pré-candidato.
6. Como é a distribuição de recursos entre candidaturas.
7. Nível de autonomia do órgão municipal e diferenças nos municípios da RMR.

Apesar de alguns processos de seleção incluírem todos os filiados do diretório municipal, estar filiado ao partido não era suficiente para garantir que o entrevistado tivesse informações específicas sobre os processos internos do partido. Ao contrário dos questionários, cada entrevista demanda esforço individual do pesquisador, portanto os potenciais participantes foram avaliados previamente de forma mais rígida. Os critérios de inclusão do método de entrevistas priorizaram participantes ativos (pré-candidatos e candidatos “de fato”) e potenciais *gatekeepers* (elites partidárias) com *insights* únicos sobre os processos específicos de seleção de candidatos. Além de residir ou estar ligados a estruturas partidárias presentes em algum dos municípios da RMR, os entrevistados precisavam preencher alguma das categorias listadas abaixo:

- Ter sido pré-candidato ou candidato ao cargo de vereador nas eleições de 2024;
- Ter participado ativamente do processo de seleção de filiados nas eleições municipais de 2024 (delegado eleito, membro de diretório/comissão, liderança de organização local do partido);
- Ter feito parte da formação de alguma pré-candidatura nas eleições de 2024 no partido (organização de campanhas internas ou na execução da candidatura).

Os meios de identificar e convidar os participantes para as entrevistas foram os mesmos utilizados nos questionários. O contato direto através das redes sociais, no entanto, assumiu um papel fundamental em contraste com a comunicação por e-mail, sendo a principal maneira de discutir a realização de entrevistas e de definir horários e locais para a realização das mesmas. Os meios de contato foram identificados através de perfis públicos ou apresentados por pessoas próximas⁷⁹ dos potenciais entrevistados que, ao tomarem conhecimento da pesquisa, se dispuseram a formar uma ponte entre o pesquisador e o participante.

⁷⁹ Amigos, familiares ou membros do gabinete.

Foram realizadas 3 entrevistas no total com uma duração média de 40 minutos. A expectativa do pesquisador era de 6 entrevistas (considerando o tempo para a realização da dissertação), mas problemas com relação à difusão (explicitados no tópico anterior), a baixa acessibilidade dos potenciais entrevistados e a dificuldade de conciliar a agenda do entrevistador com os participantes causaram uma redução nas entrevistas obtidas.

Quadro 9- Partido dos entrevistados, motivo de inclusão e meio de execução da entrevista

Partido do entrevistado	Motivo da inclusão	Meio de execução ⁸⁰
PT	Liderança de organização interna partidária e membro do “seletorado” em 2024	Virtual (<i>Google Meets</i>) Gravada por <i>software</i>
PT	Participante da formação de pré-candidatura em 2024 e liderança de organização interna partidária	Virtual (<i>Google Meets</i>). Gravada por <i>software</i>
PSB	Vereador eleito e membro do “seletorado” em 2024	Presencial. Gravada por telefone.

Fonte: Elaborado pelo autor

Apesar da menor quantidade de entrevistas do que o esperado, as entrevistas realizadas ocorreram dentro das expectativas. O desenho metodológico previamente determinado (sem amostragem e de aspecto qualitativo), apesar de se enriquecer por coletas mais amplas e diversas, não sofre pela baixa adesão. O processo de “*rapport*” foi executado com sucesso em todas as entrevistas e todos os participantes demonstraram alto nível de solicitude em contribuir com a pesquisa⁸¹. Foi identificado que os 3 entrevistados estavam em “bons termos” com o partido, o que mitiga o risco de comentários difamatórios de motivação pessoal. Ao mesmo tempo, a garantia de anonimato e a clareza dos objetivos da pesquisa⁸² serviram como incentivos para que as respostas dadas não fossem influenciadas por receio de “retaliação” ou de prejudicar a imagem do partido.

⁸⁰ Nas duas entrevistas virtuais foi utilizado o software da placa de vídeo de computador próprio.. Na entrevista presencial, foi utilizado o telefone por causa de um defeito do gravador dedicado.

⁸¹ Além de cumprir com os propósitos do trabalho, as entrevistas foram marcadas por momentos descontraídos, memoráveis e informativos (dentro e fora do tema) que, infelizmente pela garantia do anonimato ou por fugir do tema, não puderam ser incluídos aqui.

⁸² Uso das informações coletadas sem juízo de valor e sem o intuito de favorecer/prejudicar o partido.

As conclusões que podem ser retiradas das entrevistas após a análise são limitadas, mas interessantes. Os 3 entrevistados fazem parte de dois partidos que tiveram seus estatutos analisados neste trabalho e confirmaram a existência das estruturas apontadas anteriormente. No entanto, nas 3 entrevistas, os participantes enfatizaram que apesar da existência da estrutura formal, que divide tarefas entre os filiados (através da eleição de delegados ou por eleições internas) e as elites partidárias (diretório/comissões executivas), as últimas detinham o maior poder de escolha e de “palavra final” dos candidatos. A estruturação do “seletorado” era uma mera formalidade e as lideranças locais tanto indicaram como aprovaram candidaturas entre si. A participação dos filiados foi descrita como passiva e limitada apenas para demonstração de potencial eleitoral das pré-candidaturas e as convenções oficiais foram descritas como “apenas um momento de aclamação do que já foi decidido anteriormente”.

Os entrevistados do PT comentaram sobre as eleições de delegados e de diretórios municipais, enfatizando a presença de características clientelistas e personalistas do processo. Um deles comentou que essas eleições internas ocorrem “de forma não muito republicana”. Ainda sobre as eleições internas, os entrevistados comentaram que pela falta de obrigatoriedade do voto, o maior fator decisivo é a mobilização de bases próprias, o que favorece a manutenção de lideranças já estabelecidas. Os próprios diretórios municipais definiram internamente pequenas comissões dedicadas (chamadas de “grupos de trabalho”) para avaliar e filtrar as pré-candidaturas submetidas, que são aprovadas ou não pelo diretório municipal. Essas decisões, portanto, eram tomadas principalmente por lideranças partidárias locais e os casos de disputa em convenção eram raríssimos, se tornando exceções à regra. O entrevistado do PSB afirmou que as lideranças municipais do partido concentravam o poder decisório de candidaturas, indicadas previamente por elites partidárias locais.

Todos os entrevistados descreveram a coerência programática como o primeiro critério para aspirantes, o que não difere dos achados estabelecidos na análise dos estatutos. No entanto, com relação a critérios informais para selecionar candidaturas (ocultos no estatuto), os entrevistados apontaram a importância do

desempenho eleitoral previsto e da capacidade de financiar (totalmente ou em grande parte) a própria campanha, além de uma prioridade clara a quem iria disputar a reeleição ao cargo. Os candidatos à reeleição recebem tratamento prioritário e já são considerados aprovados pelo partido, com pouquíssimas exceções (como envolvimento em polêmicas). Outros aspirantes são avaliados com base em performances eleitorais anteriores, bases eleitorais (através de apoio de grupos internos do partido ou de grupos da sociedade⁸³) e na capacidade de financiar uma campanha eleitoral. Apesar de não haver uma barreira rígida e explícita (como nos critérios formais), as elites partidárias desencorajam ou não aprovam candidaturas que não apresentem esses elementos, a não ser que a oferta de aspirantes com essas características seja menor do que a quantidade desejada de candidaturas, exigindo menor rigidez dos *gatekeepers*, similar ao que foi apontado pela literatura (Norris, 1997). A seguir, apresento um quadro ilustrativo das características priorizadas pelos *gatekeepers* de acordo com os entrevistados:

Quadro 10- Características do aspirante

característica do aspirante	Descrição	Impacto na avaliação dos <i>gatekeepers</i>
Buscando a reeleição	Aspirante que já ocupa o cargo de vereador	provavelmente será candidato novamente. Tratamento prioritário.
Testado em “campo”	Aspirante que já concorreu anteriormente para algum cargo eletivo	Permite uma boa avaliação do desempenho eleitoral.
Bem mobilizado	Possui apoio de alguma base eleitoral dentro/fora do partido	Permite uma avaliação moderada do desempenho eleitoral.
Possui recursos financeiros	Pode financiar parcialmente/totalmente sua campanha.	Diminui os custos da candidatura. Menor risco para o partido.

Fonte: Elaborado pelo autor

Essas características não são exclusivas e um candidato pode apresentar várias ou todas ao mesmo tempo, aumentando suas chances de ser selecionado. Os entrevistados afirmam que apesar de não serem critérios para submeter uma candidatura, o aspirante que não apresentar alguma dessas características tende a

⁸³ Movimentos sociais, sindicatos, associações de bairro ou qualquer grupo que expresse abertamente apoio ao pré-candidato.

ser desencorajado pelos *gatekeepers*. No entanto, em momentos onde o partido pretende lançar mais candidaturas e há escassez de candidatos com essas características, os *gatekeepers* tendem a ser mais lenientes, aprovando candidaturas “arriscadas”. Em uma das entrevistas, o participante afirmou que quando o partido disputou em 2024, diversas candidaturas foram lançadas apenas para “bater a meta” e, pela incerteza dos resultados, não houve investimento adequado nas campanhas desses candidatos. Algumas dessas características se assemelham com os indicadores de potencial eleitoral identificados na tese de Anjos (2018).

O maior fator para selecionar um pré-candidato apresentado foi o potencial de bom desempenho eleitoral, não necessariamente para eleger o candidato, mas para contribuir para o quociente partidário⁸⁴. Nem todas as candidaturas foram lançadas para eleger o candidato em específico, podendo ter sido lançadas apenas para contribuir com o desempenho do partido na eleição como um todo. Candidaturas sem potencial de voto aparente foram lançadas apenas para cumprir com obrigações específicas (como a cota de gênero) ou nos casos em que o “custo” para o partido era menor do que os potenciais ganhos, ou seja, quando o candidato possuía capacidade de financiar a própria campanha ou na escassez de “candidatos ideais”.

Quando questionados com relação à distribuição dos recursos dos partidos entre as candidaturas, os entrevistados afirmaram que havia uma desproporcionalidade e que os recursos iam principalmente para “aqueles que a gente sabia que ia ganhar”. Os entrevistados preferiram não adentrar neste tópico e um deles apenas afirmou que a distribuição era definida pela direção do partido no município e que “não era igualitária”. Não houve muitos comentários específicos com relação aos processos de filiação, mas os entrevistados afirmaram que as filiações eram motivadas principalmente por dois fatores: coerência programática e influência de lideranças partidárias.

⁸⁴ Aumentando a quantidade de cadeiras obtidas na câmara municipal pelo partido.

Com relação a autonomia e diferenças entre os diretórios municipais dentro da RMR, os entrevistados apontaram que há discrepâncias entre os diretórios municipais. Recife, por ser a capital do estado, foi apontada como o município com estruturas mais “bem definidas” e elites partidárias complexas, enquanto os outros municípios tinham menos estruturas e elites partidárias mais homogêneas (às vezes compostas por apenas um indivíduo). Os órgãos partidários, no entanto, possuíam autonomia suficiente para exercer suas funções e selecionar os candidatos em suas próprias jurisdições. Para enfatizar a importância das elites partidárias em municípios menores, um dos entrevistados afirmou que “cada município é um feudo”.

As conclusões retiradas das entrevistas, apesar de limitadas, permitem o levantamento de questões interessantes com relação aos processos internos de seleção. Os achados são, em grande parte, coerentes com a literatura apresentada no segundo capítulo. Os partidos buscam apoiar candidaturas de maneira a evitar custos desnecessários e mitigar riscos (Schaefer; Krause; Mancuso, 2024), aplicam critérios formais e informais baseados principalmente no potencial de voto e as decisões são efetuadas principalmente por lideranças locais (Anjos, 2018. Braga; Speck, 2023). Um “achado acidental” que exige maior investigação se trata das características dos processos eleitorais partidários internos que elegem os diretórios partidários e delegados de convenções. Em relação às diferenças da análise estatutária e dos achados das entrevistas, apesar da prescrição de meios participativos para os filiados de forma direta ou indireta no processo de seleção de candidatos, a maior parte do poder decisório recai sobre as elites partidárias e os *gatekeepers*, sendo os processos participativos apenas uma “aclamação”.

6- Considerações finais

Ao longo desta dissertação, busquei contribuir com a literatura nacional que busca compreender e esclarecer os obscuros processos internos de recrutamento e seleção de candidatos. Assim como explicitado na introdução, a pesquisa atingiu “relativo sucesso” em gerar conclusões. Com relação aos objetivos específicos, todos com exceção do último “Identificar potenciais variáveis contextuais dos municípios e da eleição de 2024” conseguiram ser concretizados.

A análise dos estatutos e as coletas de dados através de questionários e entrevistas conseguiram descrever algumas características gerais do formato do órgão seletor no nível municipal e os resultados, apesar de não atingirem um nível suficiente de generalização, concordaram com achados prévios na literatura, principalmente com os achados de Braga e Speck (2023). Os questionários e as entrevistas evidenciaram tanto a importância dos critérios formais do partido como a existência e importância dos critérios informais aplicados por *gatekeepers* para selecionar os candidatos, além de conseguir identificar alguns desses critérios no nível municipal que se demonstraram similares aos achados de Anjos (2018) sobre Salvador. Através desses critérios, foi possível encontrar que os partidos priorizam os perfis com “alta performance eleitoral” e “baixo custo de investimento”. A alta autonomia dos órgãos municipais e desigualdades entre os mesmos (principalmente entre Recife e outros municípios) também foram apontamentos recorrentes, o que condiz com o levantamento de Braga e Speck (2023).

As elites partidárias não somente demonstraram alta relevância na decisão final, mas também se apresentaram os principais (ou até mesmo os únicos) responsáveis por captar e aprovar os aspirantes. Mesmo em estruturas que permitiam, em teoria, a participação de todos os filiados de maneira quase irrestrita para escolher entre os pré-candidatos, as elites partidárias ainda foram apontadas como responsáveis por determinar unicamente quais dos aspirantes teriam as pré-candidaturas escolhidas para competir e se tornar, de fato, candidatos. As convenções partidárias, apontadas como “uma mera formalidade”, apenas ratificam esta escolha previamente feita. Nos partidos que apareceram na análise estatutária

e na coleta na RMR, as convenções de renovação de elites e de seleção de candidatos ficam no encargo completo ou majoritário das elites locais, que dominam o processo.

O trabalho, no entanto, não conseguiu identificar de forma satisfatória potenciais variáveis específicas da RMR nas eleições municipais de 2024 e não pôde trazer contribuições nesse nível. Isto não significa que não existam potenciais variáveis específicas, apenas demonstra que as metodologias escolhidas e suas aplicações foram insuficientes para o cumprimento desses objetivos. Também não foram identificados critérios informais baseados em características étnicas, religiosas, de gênero ou sexualidade. A ausência de evidências não implica a não existência desses critérios e pode ser apenas um reflexo da ineficiência dos métodos utilizados para captar esses critérios informais em específico.

É importante dizer mais uma vez que o recorte geográfico foi demasiado ambicioso (apesar de já ser uma redução da ideia inicial). Os métodos de coleta escolhidos já são conhecidos pela baixa adesão e, ao levar em conta que apenas um pesquisador foi responsável pela difusão e pela coleta junto da alta demanda de tempo individual para cada envio de questionário mais a realização de entrevistas, é compreensível que a cobertura não tenha sido satisfatória. O resultado dessa ambição é que a RMR não foi explorada de forma satisfatória, sendo os resultados mais limitados aos municípios de Recife, Paulista e Olinda. Apesar de serem 3 municípios relevantes na região, a ausência de dados de municípios menores (como Araçoiaba) implicam uma grande perda de informações. Também é importante lembrar que esses municípios estão parcialmente dentro do contexto da Capital estadual, é plausível esperar resultados diferentes ao estudar municípios do Agreste, por exemplo.

Outro comentário interessante a se fazer é sobre a certa desconexão entre a análise dos estatutos (no capítulo 4) e a coleta na RMR (capítulo 5) e a falta de aprofundamento nos partidos individualmente. Pelas limitações de tempo, as duas etapas foram feitas quase que simultaneamente. Ao planejar a coleta de campo, tive grande receio em limitar potenciais participantes (pela dificuldade de adesão) e acabei negligenciando o potencial benefício em sincronizar satisfatoriamente as

duas metodologias ao mesmo tempo que a ambição em buscar o máximo de informações sobre o subsistema da RMR me levou a tentar obter informações sobre todos os partidos. Como resultado, pouco pode ser dito especificamente sobre partidos individualmente. Uma maior ênfase em uma menor quantidade de partidos (limitados por ideologia, federação ou através de algum critério mais específico) permitiria um maior esforço de coleta de dados mais detalhada e uma análise mais rica.

Apesar desses problemas, os resultados ainda são interessantes. As conclusões desta dissertação são similares, apesar da menor escala, a outros da agenda de pesquisa. Concordo com os apontamentos feitos por Braga e Speck (2023) com relação ao estado da arte dos estudos sobre processos de recrutamento e seleção de candidatos e suas limitações. A ausência de pesquisa no nível nacional e a pouca atenção dada ao tema no Brasil limitam fortemente as conclusões geradas por trabalhos individuais em menor escala (como a presente pesquisa). A difícil acessibilidade aos participantes ativos do processo de seleção (principais fontes de informações) e a sensibilidade do tema (estratégia interna do partido) geram dificuldades na produção científica.

Um ponto não investigado dos resultados é a pouca ênfase dada aos meios digitais de seleção e recrutamento. Apesar de introduzir a temática na revisão, a dissertação mostra que os participantes da pesquisa não atribuem tanta importância aos meios virtuais de recrutamento e seleção de candidatos (apesar de reconhecer a efetividade no ponto de vista eleitoral). Isto pode ser algo da RMR, um sintoma da amostra resultante da pesquisa (majoritariamente de esquerda) ou resultado de algum fator desconhecido. Também é possível dizer que pela natureza dos processos seletivos de candidatos (formados por elites locais) e pela dimensão do nível municipal, seja compreensível a pouca “digitalização” dos métodos de obtenção de candidatos.

Por fim, apesar de não ser a prioridade, este trabalho abordou o recrutamento de filiados para as bases partidárias em todas as suas etapas, mas não obteve nenhuma informação relevante sobre o processo na coleta de dados na

RMR⁸⁵. Como dito anteriormente, ter limitado os partidos estudados e o recorte geográfico poderia, também, ter trazido mais detalhes sobre o recrutamento de filiados e de potenciais candidatos em cada partido.

Além de comentários específicos sobre esta dissertação, também enfatizo outro ponto com relação à linha de pesquisa. Boa parte dos dados coletados se baseia principalmente nos pré-candidatos que “sobreviveram” ao processo de seleção interna, ou seja, se tornaram candidatos de fato, excluindo os pré-candidatos que não foram selecionados pelo partido. É claro que a origem desse “enviesamento de seleção” não parte de uma falha metodológica, mas sim de uma necessidade pragmática dos desenhos de pesquisa ao buscar potenciais fontes sobre o processo de seleção. Já é difícil alcançar os candidatos que participaram do processo eleitoral e os partidos não costumam divulgar as listas completas de quem tentou se tornar candidato, principalmente considerando que muitos deles são vetados antes mesmo de entrar nas listas oficiais das convenções partidárias.

Para o projeto de doutorado, sugeri um desenho de pesquisa que busca sanar esses dois problemas da agenda, estabelecendo um estudo no nível nacional e que incluía essas “baixas” do processo de seleção, utilizando os aprendizados adquiridos dos sucessos e fracassos desta dissertação e de outros trabalhos antecedentes.

Retornando a dissertação, apesar da ausência de testes, os achados reforçam algumas hipóteses apresentadas pela literatura e, além disso, permitem o estabelecimento de algumas agendas de pesquisa:

Quadro 11- Agendas levantadas através das conclusões da dissertação

Agenda	Descrição e justificativa	Origem
Dinâmicas internas de sedes municipais	As sedes municipais têm suas estruturas formadas por elites que variam a depender do município (tamanho, fatores locais...). Seria interessante	Os entrevistados afirmaram que quanto menor a presença do partido em um município, menos participantes na seleção de candidatos.

⁸⁵ Ou melhor, em Paulista, Recife e Olinda.

	compreender melhor essas dinâmicas.	
Origem e dimensão dos critérios informais	Necessidade de compreensão dos Critérios informais e suas origens, principalmente em relação a oferta de candidatos. Também o quanto eles se baseiam nos critérios formais.	Conclusões de Norris (1997), Anjos (2018) e as conclusões desta dissertação.
Eleições intra-partidárias e convenções	Os processos internos de seleção de candidatos e renovação de elites podem ser altamente influenciado pelas elites atuantes.	Afirmações sobre o processo eleitoral interno por um entrevistado.

Fonte: Elaborado pelo autor

Além dos achados referentes à literatura, os resultados da pesquisa se tornam exemplos das aplicações das metodologias (apesar do enorme recorte escolhido) e do potencial e limitações de cada uma. A análise de estatutos se torna essencial por demonstrar os critérios formais e as diretrizes gerais do processo de seleção determinados pelo partido. Os questionários e entrevistas se tornam ferramentas úteis ao demonstrar um bom potencial de captar elementos que escapam à análise dos estatutos, demonstrando não só as aplicações práticas das diretrizes e critérios formais, mas também captando os critérios informais que o partido utiliza. A coleta de dados primários se torna essencial para avaliar os processos de seleção no nível local, principalmente pela escassez de estudos específicos sobre os processos internos de seleção de candidaturas no Brasil. Os questionários apresentados nesta dissertação, no entanto, geraram resultados insatisfatórios.

Por fim, esta dissertação não apresenta grandes saltos para a literatura de recrutamento e seleção de candidatos, mas se une a uma série de outros estudos nacionais apresentados ao longo da dissertação. Apesar da ausência de apontamentos específicos com relação ao subsistema partidário da Região Metropolitana do Recife, a similaridade com resultados encontrados pela literatura em outros municípios e regiões do país indica que a RMR reproduz comportamentos no sistema partidário que compõem e tornam as contribuições dessa dissertação relevantes para o quadro nacional. A RMR, apesar de única em

diversos sentidos⁸⁶, faz parte do sistema partidário brasileiro e ao evidenciar características similares com outros locais que participam desse sistema, os resultados dessa pesquisa contribuem para a uniformização necessária para compreender as organizações partidárias brasileiras. Como conclusão final, respondo a pergunta guia deste trabalho afirmando que possivelmente, em 2024, os partidos tenham decidido seus candidatos a vereador em Recife da mesma maneira como decidiram em outros municípios do país.

⁸⁶ Digo isso em nível emocional, por morar em Olinda.

Referências bibliográficas

ANJOS, Waneska. O jardim secreto das eleições: Processos partidários para elaboração das listas de candidatos a vereador nas eleições de 2016 em Salvador. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; BOLOGNESI, Bruno. Dossiê recrutamento político e seleção de candidatos nas democracias contemporâneas. Revista de Sociologia e Política, v. 21, p. 5-9, 2013.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; SPECK Bruno w. Organizações partidárias: estrutura organizacional, distribuição do poder, filiados e seleção de candidatos. 13º encontro da ABCP. Eleições e Legitimidade Democrática. Goiânia. UFG. 2022

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; RODRIGUES, Marcus; THOMAZINI, Marlon. Subsistema partidário paulista; formato e dinâmica de competição (1988 - 2018). In: PAIVA, Denise; PIETRAFESA, Pedro A. SISTEMAS PARTIDÁRIOS, PARTIDOS E ELEIÇÕES. 1998-2018 Tendências e dinâmicas na federação brasileira. Goiânia, GO: Editora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. p. 359-391.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; VEIGA, Luciana Fernandes; MIRÍADE, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 24, p. 123-142, 2009.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. Opinião Pública. 2008, v. 14, n. 2 , pp. 454-485.

BRASIL. Constituição de 1988. Emenda Constitucional Nº 97, Brasília, DF, 4 de Outubro de 2017. disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc97.htm. Acesso em: 15 de novembro de 2025.

BRASIL. Constituição de 1988. Emenda Constitucional Nº 117, Brasília ,5 de abril de 2022. disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc117.htm: 15 de novembro de 2025.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Dispõe sobre partidos políticos e as eleições. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 12 de novembro de 2025.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 23.675, Brasília, DF, 16 de setembro de 2021.. disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2021/resolucao-no-23-675-de-16-de-dezembro-de-2021>. Acesso em: 20 de Outubro de 2025.

CERVI, E. U.; TERRON, S.; SOARES, G. A. D. Filiação partidária: uma importante variável esquecida no Brasil. *Opinião Pública*, v. 26, n. 3, p. 494–521, dez. 2020.

CHAGAS, Viktor; CARREIRO, Rodrigo. Votando até cair o dedo:estratégias de campanha e mobilização de base em grupos de comunicação privada. Em: Aggio, Camilo; Cavassana, Fernando; MASSUCHIN, Michele G. *ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM REDE: o contexto digital em 2020*. Curitiba, 2023. p 47-76.

CROSS, W. P. Party Leadership selection and Intra-party democracy. em: CROSS, W. P.; KATZ, R. S. *The Challenges of Intra-Party Democracy*. [s.l.] OUP Oxford, 2013. p 100-115.

CROSS, W. P.; KATZ, R. S. *The Challenges of Intra-Party Democracy*. [s.l.] OUP Oxford, 2013. p 1-10, 170-177.

DE LIMA, Rafael Nachtigall; BARRETO, Alvaro. A carreira de vereador e a ambição progressiva: análise a partir do caso do Rio Grande do Sul (2002-2010). *Pensamento Plural*, n. 12, p. 91-115, 2014.

GALLAGHER, Michael; MARSH, Michael. *Candidate Selection in Comparative Perspective*. [s.l.] SAGE Publications Limited, 1988. p.1-19.

MARINO, B. Leaders or parties? Practices of candidate selection in Western Europe. *Party Politics*, 14 nov. 2025.

Maymone, Matheus. *Canaviais secretos: como os partidos pernambucanos decidem seus candidatos*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

Maymone, Matheus. RECRUTAMENTO PARTIDÁRIO EM PERNAMBUCO: Que outros fatores além do potencial de voto incentivam o recrutamento de candidatos em Pernambuco?. *Revista Eletrônica de Direito Eleitoral e Sistema Político*, v. 9, p. 139-155, 2025

NORRIS, Pippa et al. (Ed.). *Passages to power: Legislative recruitment in advanced democracies*. Cambridge University Press, 1997.

HAZAN, Reuven Y.; RAHAT, Gideon. Candidate selection: methods and consequences. *Handbook of party politics*, v. 4, p. 1545-1591, 2006.

HAZAN, Reuven Y.; RAHAT, Gideon. Candidate Selection Methods. *Party Politics*, v. 7, n. 3, p. 297–322, 2001.

HAZAN, Reuven Y.; RAHAT, Gideon. *Democracy within parties: Candidate selection methods and their political consequences*. OUP Oxford, 2010.

LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos estudos CEBRAP*, p. 21-37, 2010.

LOCATELLI, Luís; ASSIS, Pedro; ALVES, Vinícius. Organização partidária e racionalidade contextual: o Distrito Federal em um sistema partidário multinível. In: PAIVA, Denise; PIETRAFESA, Pedro A. *SISTEMAS PARTIDÁRIOS, PARTIDOS E ELEIÇÕES. 1998-2018 Tendências e dinâmicas na federação brasileira*. Goiânia, GO: Editora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. p. 49-81.

PAIVA, Denise; PIETRAFESA, Pedro A. *SISTEMAS PARTIDÁRIOS, PARTIDOS E ELEIÇÕES. 1998-2018 Tendências e dinâmicas na federação brasileira*. Goiânia, GO: Editora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2022. p. 9-14.

PERES, Paulo; MACHADO, Amanda. Uma tipologia do recrutamento partidário. *Opinião Pública*, Campinas, p. 126-167, v. 23, n. 1, p. 126-167, jan./abr. 2017.

ROCHA, Virgínia. *DA TEORIA À ANÁLISE: Uma introdução ao uso de entrevistas individuais semiestruturadas na ciência política*. Pernambuco: Revista Política Hoje, Vol 29, 2020.

SARTORI, G. *Parties and party systems : a framework for analysis*. Colchester: Ecpr Press, 1975.

SCARROW, S. E. *Beyond party members : changing approaches to partisan mobilization*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2015.

SCHAEFER, Bruno M; KRAUSE S; MANCUSO, Wagner P. Os efeitos da proibição das coligações proporcionais no comportamento dos atores. *Revista de Sociologia e Política*, v. 32, 1 jan. 2024.

SIAVELIS, Peter M.; MORGENSTERN, Scott. Candidate recruitment and selection in Latin America: a framework for analysis. *Latin American Politics and Society*, v. 50, n. 4, p. 27-58, 2008.

TAROUCO, Gabriela. Partidos e eleições em Pernambuco (1998-2018). In: PAIVA, Denise; PIETRAFESA, Pedro A. SISTEMAS PARTIDÁRIOS, PARTIDOS E ELEIÇÕES. 1998-2018 Tendências e dinâmicas na federação brasileira. Goiânia, GO: Editora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. p 149-181.

YOUNG, Lisa. Party Members and Intra-party democracy. em: CROSS, W. P.; KATZ, R. S. The Challenges of Intra-Party Democracy. [s.l.] OUP Oxford, 2013. p 65-81.

Apêndice

ROTEIRO BASE DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. Início focado em aprofundar sobre o tema do trabalho, foco nas eleições de 2024, sobre como vai ocorrer a entrevista, gravação, armazenamento de dados e da liberdade do entrevistado de não responder ou de desenvolver mais sobre tópicos que o mesmo quiser. Neste momento, o processo de Rapporting⁸⁷ terá início.
2. Pedir para o entrevistado se apresentar. Nome, cargo ocupado, partido e tempo de filiação.
3. Qual a sua trajetória? como chegou onde está e quais cargos ocupou
4. Como você se filiou ao partido atual? Quais motivações e requisitos?
5. A maioria das pessoas segue o mesmo caminho? De onde vem a maioria dos filiados?
6. Qual o perfil geral dos filiados do partido? Existe algo recorrente?
7. Com relação às eleições para vereador, há muitos filiados com intenção de se candidatar?
8. Você estava ativo no partido durante as eleições de 2024?
9. Como foi a conjuntura geral e do partido nas eleições de 2024?
10. Como ocorrem/ocorreram as candidaturas, os filiados se apresentam ou o partido busca interessados?
11. Existem requisitos fixos para um pré-candidato do partido ou varia a cada eleição?
12. Além dos requisitos, existem preferências com relação à pré candidatos? (Capacidade de financiamento, popularidade, perfil geral).
13. Como é o pré-candidato perfeito?
14. Como é o processo para ser pré-candidato e como é formalizado? Existe uma lista de fácil acesso?
15. Além do processo formal, existem regras informais/não faladas?
16. Existe, de alguma maneira, impedimentos informais? Algumas candidaturas são desestimuladas por alguma razão?
17. Você acha que o partido distribui recursos para candidatos igualmente? Há prioridades?
18. Onde na Região Metropolitana do Recife (RMR) o partido lançou candidatos em 2024?
19. O funcionamento interno do partido é parecido dentro dos municípios da RMR?
20. As lideranças partidárias nos municípios são autônomas entre si ou tem alguma mais forte?
21. Sobre as eleições de 2024 e/ou o que foi discutido, algo mais a acrescentar?

⁸⁷ Processo de tranquilizar o participante ao esclarecer detalhes da entrevista e de criar certa confiança durante a apresentação.

Observação: O roteiro serviu como base e guia para a entrevista. Dependendo das respostas do entrevistado houve a possibilidade de aprofundamento em algumas questões (perguntas de seguimento) ou de “pular” perguntas caso o entrevistado não soubesse/preferiu não responder. Algumas dessas perguntas já são “perguntas de aprofundamento” elaboradas pelo autor previamente.

Questionário e respostas

Pela formatação do questionário (Google Forms) e dos resultados (Planilha), os resultados foram enviados para o projeto do OSF. O endereço do projeto com os arquivos do questionário, resultados (tratados) e dados secundários utilizados em outras etapas do trabalho é este:

https://osf.io/76yzi/overview?view_only=313ef0fb12dd4684b87273245cc91482.

Anexo

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Como os partidos pernambucanos decidem seus candidatos a vereador

Pesquisador: MATHEUS MAYMONE DE BARROS DIAS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 89516725.7.0000.5182

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.800.468

Apresentação do Projeto:

A estrutura do projeto é clara, com objetivos bem delimitados e justificativa consistente com base na relevância da compreensão dos mecanismos internos dos partidos políticos no contexto democrático. A delimitação temporal (eleições de 2024) e geográfica (RMR) está bem justificada. O cronograma está adequado à proposta de trabalho e os recursos financeiros solicitados são modestos e compatíveis com a execução.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo primário do estudo é descrever os processos internos de seleção de candidatos a vereador na RMR, com ênfase nas eleições de 2024. Os objetivos secundários incluem a descrição do perfil dos pré-candidatos, dos órgãos internos dos partidos responsáveis pelas decisões, dos critérios de seleção adotados, das regras formais e informais envolvidas, e a classificação desses processos com base nas categorias propostas por Hazan e Rahat. Trata-se de uma proposta alinhada com a literatura científica e com os princípios de relevância social e

acadêmica estabelecidos na Resolução 466/2012.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Constam apenas nas Informações Básicas. A pesquisa reconhece riscos mínimos aos participantes, em especial relacionados à possível exposição de identidade, ao desconforto emocional

durante as entrevistas e ao desconhecimento do meio digital para participação virtual. Tais riscos são pertinentes, considerando que os participantes exercem ou exerceram papéis públicos ou partidários, podendo se sentir vulneráveis. As medidas de proteção adotadas incluem o sigilo das identidades e a utilização de entrevistas semiestruturadas gravadas mediante consentimento. No entanto, o projeto declara que não há benefícios diretos aos participantes, o que, segundo a Resolução 466/2012, deve ser contraposto com o compromisso ético de garantir, ao menos, o retorno social do conhecimento gerado.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa demonstra rigor metodológico e consciência ética ao delimitar claramente os critérios de inclusão e exclusão dos participantes. A ausência de cálculo amostral é justificada pela limitação operacional e pela natureza exploratória do estudo. A análise dos dados está bem planejada, com uso de análise de conteúdo qualitativa e, se possível, análise estatística descritiva via SPSS ou R. A proposta atende ao princípio da minimização de danos, conforme previsto pela resolução, e observa o respeito à dignidade e autonomia dos participantes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Não se aplica

Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não existem inadequações éticas que comprometam a realização da pesquisa, por isso somos de parecer favorável a sua execução.

OBS: O parecer original (retirado da Plataforma Brasil) se encontra no [OSF](#).